



ESS
ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

PPGSS
UFRJ



FAPERJ
Fundação Coordenação de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

COLEÇÃO
JPN
JOSÉ PAULO NETTO

123 4 56
VOLUME

Capitalismo contemporâneo: crise e barbarização da vida social

Cezar Maranhão

Glauca Lelis Alves

Mavi Rodrigues (orgs)

**CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:
crise e barbarização da vida social**

Coleção José Paulo Netto – Volume 4

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Andrade Medronho
Reitor

João Ramos Torres de Mello Neto
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ana Izabel Moura de Carvalho
Diretora

Guilherme Silva de Almeida
Vice-Diretor

Fátima da Silva Grave Ortiz
Diretora Adjunta de Pós-Graduação

Cézar Maranhão
Gláucia Lelis Alves
Mavi Rodrigues
(Orgs.)

**CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:
crise e barbarização da vida social**

Coleção José Paulo Netto – Volume 4
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2023



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações

Diagramação: Lurdes Lucena

Capas e selo da Coleção José Paulo Netto por Fábio Marinho.

Imagem original de capa desenvolvida com a ferramenta Adobe Firefly Image 2.

Copyright © by autor, 2023.

C2445 – MARANHÃO, C.; ALVES, G. L.; RODRIGUES, M. Capitalismo contemporâneo: crise e barbarização da vida social. Volume 4. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-6070-016-1



10.29388/978-65-6070-016-1-0

1. Capitalismo 2. Vida Social 3. Barbárie social. César Maranhão, Gláucia Lelis Alves, Mavi Rodrigues II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360



Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFITM - Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF - Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Mc – Rep. Dominicana
Armando Martinez Rosales - Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colégio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto Gonzáles Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordovi Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba - Cuba

A coleção José Paulo Netto – professor emérito da Escola de Serviço Social e referência para a Área de Serviço Social – compõe-se de pesquisas desenvolvidas por estudantes e docentes do nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujos resultados foram apresentados na sua maioria na VII Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica – JIPA, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2023 com a realização de conferências, mesas temáticas e apresentação de trabalhos nos diversos GT (grupos de trabalho). A JIPA é um evento consolidado no âmbito do nosso Programa e está na sua sétima edição com o objetivo de combater o isolamento intelectual muito presente na lógica da pós-graduação brasileira, por meio do intercâmbio e do debate das nossas pesquisas.

A partir de uma perspectiva crítica e voltada aos grandes temas contemporâneos que atravessam o Serviço Social e áreas afins, a diversidade das pesquisas existentes no nosso Programa é evidenciada no universo de seis volumes apresentados nesta coleção: 1 - Antirracismo, Lutas de Gênero e LGBTQIAPN+; 2 - Estado, Políticas Públicas e Lutas Sociais; 3 - Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do Trabalho e da Formação Profissional; 4 – Capitalismo Contemporâneo: crise e barbarização da vida social; 5 - Estado e Sociedade: análises sobre Desigualdades e Políticas Públicas e 6 – Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social. Agradecemos à FAPERJ pelo apoio para a concretização desta Coleção. Que esta coleção possa contribuir com as reflexões e análises sobre o nosso tempo e principais questões. Boa leitura!

Fátima Grave Ortiz
Coordenadora do PPGSS/UFRJ

SUMÁRIO

Apresentação	8
Cézar Maranhão - Gláucia Lelis Alves - Mavi Rodrigues	
Parte I - Elementos da crise do capitalismo contemporâneo.....	12
A crítica lukacsiana à manipulação da vida cotidiana: economia, política e vida social no capitalismo contemporâneo.....	13
Marcos Botelho - Marcelo Braz	
“A alma do negócio é você”: tecnologia e indústria da manipulação no capitalismo contemporâneo.....	24
Cézar Maranhão	
Direita antissistema ou triunfo temporário do capitalismo manipulatório no século XXI?	43
Mavi Rodrigues	
Junho de 2013 como um todo homogêneo ou como mobilização de classe média: Dois mitos nas interpretações sobre o período.....	58
Rafael B. Vieira	
Parte II - Elementos para pensar a barbárie social.....	72
Militarização da Política de Segurança Pública: apontamentos sobre intervenções policiais e militares em favelas cariocas.	73
Fernanda Kilduff - André Saldanha Costa	
Violência doméstica e a manutenção do patriarcado no capitalismo.	85
Luana Siqueira - Gláucia Lelis Alves	
A Política de Assistência Social no governo Bolsonaro: um panorama do desmonte	94
Mossicleia Mendes da Silva - Ana Paula Ornellas Mauriel	
Experienciando a construção do Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro.....	109
Rachel Gouveia Passos - Amanda de Almeida Sanches - Bruno Lopes Lima - Daniel de Souza Campos - Isabel Cristina Lopes Barbosa - Jessica Taiane da Silva - Lucas Moura Santos Silva - Priscila Fernandes da Silva - Thaissa dos Santos - Tatiana Wargas de Faria Baptista	
Sobre os/as autores/as.....	119

Apresentação

Nessas primeiras décadas do século XXI o capitalismo monopolista e seu insaciável apetite de acumulação vem configurando um ambiente econômico, político e cultural distópico. A crise imobiliária estadunidense de 2008, ao se espalhar para o conjunto da economia mundial, foi o estopim para um novo impulso do capital na busca por alternativas econômicas e políticas que recuperem as suas taxas de lucratividade. Ao perseguir seu intento as personificações do grande capital monopolista vêm mobilizando um verdadeiro arsenal cultural e ideológico para justificar a adoção de políticas contra-ofensivas que exacerbam as suas características exploradoras e expropriadoras. Tendências e contradições apenas embrionariamente analisadas por importantes teóricos marxistas do século XX foram exponencialmente exasperadas. O mesmo quadro histórico que indica saltos evolutivos das forças produtivas, com o desenvolvimento da chamada “indústria 4.0”, gesta também uma atmosfera social na qual os elementos incivilizados do capital se ampliam patrocinando um gradativo e contínuo processo de reificação e barbarização dos mais variados aspectos da vida social.

Nessas condições o capital, hiperconcentrado na esfera financeira, ao buscar a superação do cenário de crise, derrubará todas as barreiras que o impedem de restituir seu poder expansionista de exploração de sobretrabalho e de acumulação de capital. Novas áreas antes inexploradas serão abertas ao investimento privado de capital: recursos naturais preservados, fundos estatais considerados públicos, terras demarcadas como não exploráveis, reservatórios de força de trabalho precária e barata ainda não dominados, fontes de matéria-primas ainda não utilizadas e os mais diversos recursos naturais e sociais estarão na mira do grande capital e seu apetite expropriador. Por sua vez, o incremento de uma quarta revolução técnico-científica impulsiona novas formas de contratação que, por sua vez, são fios condutores para renovadas estratégias de intensificação do controle, manipulação e exploração da força de trabalho nos mais variados espaços de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias.

É esse o conjunto de temáticas exploradas no presente livro que tem por título, “Capitalismo contemporâneo: crise e barbarização da vida social”, integrante da Coleção Coleção José Paulo Netto”, em seu 4º volume, resultado de sínteses construídas por docentes e pesquisadores que compõem a Área I do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, concentrando temáticas relativas aos fundamentos ontológicos e históricos da teoria social crítica para desvelar a relação estrutural e estruturante entre modo de produção capitalista, classes sociais e suas configurações, a relação entre o Estado e as Políticas Públicas na sua contemporaneidade

As reflexões constantes nesse volume também foram fruto de debates na Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica (JIPA), importante espaço de democratização e socialização de resultados de pesquisas e debates empreendidos pelo PPGSS/UFRJ, possibilitando intercâmbio entre discentes de graduação e pós-graduação. Em sua última edição, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2023, reuniu em seus nove grupos de trabalho pesquisas que envolvem temáticas desde as questões mais centrais concernentes à formação profissional em Serviço Social, trabalho profissional, teoria social e fundamentos do Serviço Social, a temas como Estado, questão social, e as particularidades de seus

processos de controle social e violência, bem como as interfaces entre questão agrária, urbana e ambiental, direitos humanos, movimentos sociais e políticas sociais.

Além de estarem em consonância com a JIPA, o livro em tela, constituído por 8 capítulos organizados em duas *partes* estreitamente vinculadas, apresenta reflexões candentes e necessárias para pensar aspectos particulares do capitalismo contemporâneo cujos traços gerais aludimos na abertura deste texto e que são fundamentais a compreensão das inúmeras manifestações de expropriações, opressões, violências e desmonte de direitos e políticas públicas e sociais da atualidade. A Parte I - *Elementos da crise do capitalismo contemporâneo* é composta por textos que buscam analisar aspectos gerais do capitalismo contemporâneo, tanto no que diz respeito às renovadas estratégias de recomposição das taxas de lucro e intensificação da exploração e das expropriações do capital, como também do incremento tecnológico que possibilitou ampliar o poder da manipulação capitalista trazendo múltiplas consequências políticas, ideológicas e culturais para a sociabilidade contemporânea.

Os dois primeiros textos que abrem esta coletânea, “*A Crítica Lukacsiana à Manipulação da Vida Cotidiana no Capitalismo: economia, política e vida social no capitalismo contemporâneo*” de Marcos Botelho e Marcelo Braz e “*A Alma do Negócio é Você: Tecnologia e Indústria da manipulação no capitalismo contemporâneo*” de autoria de César Maranhão, analisam a relação entre o capitalismo contemporâneo e a manipulação da vida social. O primeiro artigo recupera as contribuições teóricas clássicas de György Lukács sobre a construção de um verdadeiro aparato manipulatório capitalista, a partir do pós-1945, elencando categorias e temáticas importantes para a construção de uma crítica atual à manipulação da vida cotidiana. O segundo texto, também seguindo as elaborações teóricas lukacsianas sobre a manipulação capitalista, pretende atualizar o debate mostrando como as atuais transformações na dinâmica de acumulação do capital, na gestão da força de trabalho e no desenvolvimento da quarta revolução técnico-científica exacerbam e ampliam o potencial da “Indústria da Manipulação” abrindo uma nova fronteira de disputas ideológicas, políticas e culturais sobre o tempo livre da classe trabalhadora.

Já o artigo intitulado “*Direita antissistema ou triunfo temporário do capitalismo manipulatório no século XXI?*” de Mavi Rodrigues busca avançar na compreensão crítica da chamada “nova extrema-direita”, situando-a no ambiente sócio-cultural pós-crise de 2008, que possibilitou o crescimento do irracionalismo e o espraiamento de propostas políticas radicalizadas que renovam e intensificam a contra-ofensiva do capital contra o trabalho. No texto que fecha a primeira parte desta publicação intitulado “*Junho de 2013 como um todo homogêneo ou como mobilização de classe média: Dois mitos nas interpretações sobre o período*”. Rafael Vieira apresenta os resultados de uma pesquisa em andamento, realizada desde 2016, sobre as jornadas de junho de 2013. No artigo o autor faz uma análise crítica das principais abordagens teóricas sobre Junho de 2013 identificando os principais “mitos” que gravitam em torno das mobilizações que sacudiram a política brasileira e redefiniram os rumos futuros da luta de classes no Brasil.

Na *Parte II* deste livro, *Elementos para pensar a barbárie social*, estão reunidos os textos dedicados a tratar as muitas e diversas expressões da opressão e violência que atingem determinados segmentos sociais - mulheres, negros e negras, pobres, moradores de favelas, usuários dos equipamentos de saúde mental, etc. - e aparentam ser um fenômeno restrito a determinados sujeitos, como um fenômeno universal que se amplia e se intensifica desde a segunda metade dos anos 70 do século XX, quando a dinâmica de acumulação de capital assume um caráter destrutivo. A produção contemporânea e generalizada da barbárie da

vida social é aqui remetida, a partir de ângulos diversos de análise, e em maior ou menor grau, aos antagonismos do Modo de Produção Capitalista.

Em *Militarização da Política de Segurança Pública: apontamentos sobre intervenções policiais e militares em favelas cariocas*, Fernanda Kilduff e André Saldanha Costa nos instigam a pensar o fenômeno da militarização da política de Segurança Pública e da cidade do Rio de Janeiro como um componente das formas novas de gestão da pobreza e dos segmentos de trabalhadores desempregados a adquirir formas dramáticas com o avanço do neoliberalismo e a aparição da extrema direita. Elemento fundamental à constituição dessa bárbara gestão da pobreza, demonstrado pelos autores, foi desde anos 1970/1980, o ‘combate às drogas’ como eixo central da política norte-americana de intervenção militar nos países latino-americanos, a indicar como a militarização das atividades de segurança pública deve ser compreendida em articulação com os interesses econômicos e políticos dos grandes monopólios, dentre eles a expropriação das populações periféricas do uso de seus recursos naturais.

Escrito por Luana Siqueira e Gláucia Lelis Alves o segundo texto, *Violência Doméstica e a manutenção do patriarcado no capitalismo*, propõe abordar a violência doméstica como uma das muitas violências estruturantes do capitalismo, Modo de Produção assentado na socialização da produção e apropriação privada dos frutos do trabalho. Para tanto, as autoras buscam desvelar a importância do trabalho doméstico para acumulação capitalista e a violência doméstica como uma forma de controle do trabalho reprodutivo não remunerado e exercido por mulheres. Leitoras e leitores encontrarão também aqui o genuíno empenho em apontar as conexões entre o fenômeno do patriarcado, existente em outros Modos de Produção, com a existência da propriedade privada. Ademais para Luana Siqueira e Gláucia Lelis, o patriarcado no capitalismo está associado a objetificação das mulheres e a entronização (por amor ou por culpa) de uma cultura que atribui a elas, o papel de desempenhar o trabalho doméstico.

No capítulo intitulado *A política de assistência social no governo Bolsonaro: um panorama do desmonte* Mossicleia Mendes da Silva e Ana Paula Ornellas Mauriel buscam refletir sobre a assistência social num contexto de acirramento do capitalismo em crise e no qual o grande capital busca impor uma reprodução rebaixada da força de trabalho. A análise privilegia o período do Governo Bolsonaro (2018-2022) e nos oferece um balanço do aprofundamento do desmonte e da precarização desta política setorial, por três vias centrais: seu desfinanciamento, a adoção de uma acentuada burocratização (atualização e revisão) do CadÚnico e a disseminação de meios digitais para acesso aos benefícios assistenciais. Além disso, ao situar o referido desmonte da assistência social num quadro muito mais amplo de promoção da precarização da proteção social estatal, o texto em tela nos estimula a debater mais sobre os elos existentes entre os valores ultraconservadores do neofascismo e um programa econômico ultraneoliberal, em outros termos, de um neoliberalismo draconiano.

Por fim, o último texto *Experienciando a construção do Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro* é obra coletiva de Rachel Gouveia Passos e sua equipe do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), em parceria com a Coordenação de Atenção Psicossocial da Secretaria Estadual de Saúde (SESC/RJ). Escrito com o objetivo dar a conhecer a experiência ainda em curso da construção do Censo Psicossocial dos usuários atendidos na Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de

Janeiro (RAPS/ERJ), os autores nos apresentam sua compreensão teórica sobre a interseccionalidade entre classe, gênero e etnia - conceito-chave da pesquisa – e a dupla contribuição da mesma: qualificar os profissionais de saúde mental acerca das relações das opressões/exploração e o processo de sofrimento e adoecimento psíquico e construir marcadores sociais que permitam conhecer melhor as condições de vida dos usuários que são vítimas do racismo, sexismo, homofobia, violência armada, etc.

Com a presente publicação esperamos contribuir com o debate crítico sobre o capitalismo contemporâneo, tendo em vista a produção de subsídios heurísticos que contemplem questões e demandas de profissionais e pesquisadores do Serviço Social, bem como o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2023.

César Maranhão
Gláucia Lelis Alves
Mavi Rodrigues
(Comissão organizadora)

Parte I

Elementos da crise do capitalismo contemporâneo

A crítica lukacsiana à manipulação da vida cotidiana: economia, política e vida social no capitalismo contemporâneo

Marcos Botelho
Marcelo Braz

1. Introdução

No capitalismo monopolista do século XXI, tendências e contradições apenas embrionariamente analisadas por importantes teóricos marxistas do século XX foram exponencialmente desenvolvidas. Outras, que nem puderam passar pelo crivo da pesquisa precedente, se afirmaram. Uma das dinâmicas emergentes no século passado, a manipulação da vida cotidiana, alcançou um patamar impensável. Vivemos no mundo da “uberização do trabalho”, do “trabalho digital” e da “indústria 4.0” (ANTUNES, 2020), do “novo proletariado de serviços na era digital” (ANTUNES, 2018) e dos “infoproletários” (ANTUNES e BRAGA, 2009). Na realidade econômica e social do capitalismo contemporâneo, as estratégias de controle e manipulação do trabalhador pelo capital, seja na esfera diretamente vinculada aos processos de trabalho como em todas as demais dimensões da vida social são meios fundamentais dos processos de produção, distribuição e consumo, assim como das dinâmicas políticas e sociais. A manipulação da vida cotidiana é hoje fato comum, sentido e vivido como um meio inescapável do convívio social.

Por outro lado, toda sorte de teorias da conspiração, recusas, escapismos e irracionalismos predominam no debate contemporâneo acerca da manipulação da vida cotidiana, principalmente porque o eixo central dos debates, geralmente, remete exclusivamente às “redes sociais” e às “novas tecnologias de informação e comunicação”. Neste sentido, os fundamentos teóricos desenvolvidos por Lukács em relação ao tema da manipulação da vida cotidiana e sua crítica às abordagens burguesas sobre ele nos fornecem pressupostos fundamentais para o enfrentamento da complexa realidade contemporânea. Em primeiro lugar: o debate da manipulação deve sempre ser pensado na dinâmica econômica que produz e reproduz mercadorias, exploração, mais-valia, e neste mesmo processo, alienação e reificação das relações sociais. Outro ponto importante: a crítica a esta “oniabrangente manipulação”, ao mesmo tempo em que recusa a “ideologia burguesa do progresso”, deve se opor ao anticapitalismo romântico. São alertas preventivos importantes para uma crítica da vida cotidiana do mundo presente que se pretenda ancorada numa perspectiva totalizante e em premissas ontológicas.

2. A crítica da vida cotidiana no capitalismo monopolista

O domínio dos fundamentos teóricos para a crítica da vida cotidiana no capitalismo é uma exigência para a inteligibilidade da complexa realidade social contemporânea. Neste sentido, o legado da produção teórica de Marx é central. A razão se encontra nos contributos desta obra. Nela estão os fundamentos teóricos que nos permitem analisar a vida cotidiana

reificada do mundo em que vivemos e os passos evolutivos da constituição da vida cotidiana ao longo da história.

Lukács, seguindo a trilha de Marx, remete aos fundamentos ontológicos da vida social. O homem é, para eles, produto de sua própria autoatividade. Os indivíduos e a sociedade não são entidades que pairam no ar, ao contrário, brotam das relações vivas, terrenas, constituem-se na dialética real de suas vidas, na medida em que se reproduzem como indivíduos, que se apropriam das objetivações já criadas e produzem novas.

O maior legado marxiano para a compreensão da vida social deriva de sua análise sobre o funcionamento do modo de produção capitalista: os estudos sobre a estrutura da mercadoria englobam necessariamente uma crítica da vida cotidiana reificada. As categorias de *alienação* e de *reificação*, portanto, são fundamentais para a análise da vida cotidiana na contemporaneidade, pois, como afirma Heller, “quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas” (2008: 58).

O capitalismo monopolista é a fase em que a reificação alcança o conjunto da vida social. É quando “a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual”. E, assim, é “o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado” (NETTO, 1981: 81-82).

Lukács acompanhou a realidade de transformações econômicas do capitalismo monopolista de um modo geral, mas não se dedicou a estudar exaustivamente os desenvolvimentos teóricos neste campo¹. Mesmo sem aprofundar sua pesquisa nesta seara, Lukács esboçou uma caracterização das transformações vivenciadas nos países capitalistas centrais no século XX. Sua *Ontologia* reafirma que a dinâmica econômica tem papel determinante na vida cotidiana, nas concepções de mundo, na filosofia, na ciência e na arte. Uma ontologia marxista no século XX precisava se entender com a crítica da vida econômica dos novos tempos² e Lukács desenvolve uma crítica da vida cotidiana que desvende importantes determinações econômicas, políticas e sociais do capitalismo de seu tempo.

Na primeira fase do capitalismo monopolista, tanto o pensamento marxista como a filosofia e a sociologia burguesa se voltaram, de maneira renovada, às reflexões sobre a vida

¹ “Lukács tinha como pressuposto, para que tal renascimento [do marxismo] se operasse com êxito, a elaboração de uma crítica (radical e contemporânea) da dinâmica econômica do capitalismo atual – não poucas vezes, mencionou a premência de construir um *O capital do século XX* (aparentemente, ele não acompanhava o trabalho de marxistas ocidentais no trato do capitalismo pós-1945, pois chegou a observar nos anos 1960, decerto equivocadamente, que a última análise econômico-política relevante fora a de Lenin, redigida em 1916 e publicada no ano seguinte, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*). Mas tinha também a consciência de que, se essa tarefa lhe escapava, ela não poderia travar seu próprio esforço no plano teórico-filosófico (NETTO in LUKÁCS, 2012: 12).

² Em algumas passagens Lukács procurou avançar neste sentido, como a que transcrevemos abaixo: “Do final do século XIX até hoje está em andamento uma poderosa e rápida capitalização total, uma grande-industrialização de todas essas áreas; desde o vestuário, calçados etc. até víveres, esse movimento pode ser observado em toda parte. A diferença se evidencia palpavelmente, por exemplo, quando se compara o carro enquanto meio de locomoção com o automóvel, a motocicleta etc. Por um lado, acaba a possibilidade da pequena empresa tocada em moldes artesanais; por outro, com a motorização se dá uma multiplicação do círculo de consumidores. Soma-se a isso uma mecanização dos equipamentos cotidianos dos consumidores; máquinas de refrigerar, máquinas de lavar etc. ingressam na maioria das economias domésticas, sem falar de fenômenos como rádio, televisão etc. O rápido desenvolvimento da indústria química – basta lembrar os materiais sintéticos – fez com que desaparecesse em vastas regiões a pequena produção semiartesanal ou totalmente artesanal. E trata-se igualmente de um fato de conhecimento geral que, por exemplo, o sistema hoteleiro tenha se tornado um importante ramo do grande capitalismo, e isso não só no que se refere ao turismo urbano, mas também como surgimento paulatino de uma indústria de férias amplamente capitalizada. A forma mais típica da prestação de serviços não capitalista, o ramo dos empregados domésticos, encontra-se num processo generalizado de desaparecimento. O terreno da cultura também é tomado por esse movimento. Naturalmente havia rudimentos disso já no século XIX. Porém, a dimensão com que jornais, revistas, editoras, comércio e arte etc. se tornaram grandes capitalistas já representa uma mudança qualitativa na estrutura global” (LUKÁCS, 2013: 335-337).

cotidiana. A temática ganha destaque no século XX, especialmente após a Primeira Guerra Mundial e, mais explicitamente, no pós-II Guerra.

Um crítico marxista de primeira ordem do cotidiano alienado do pós-guerra foi Henri Lefebvre. De forma contundente, denunciou e revelou os traços mais gerais do que chamou de “sociedade burocrática do consumo dirigido”³, tendo percorrido (de 1947 a 1981⁴) – entre outros muitíssimos interesses teóricos – a análise sistemática da vida cotidiana, açando a temática a um patamar relevante no debate marxista.

Mas há uma grande diferença entre a interpretação lefebvreana e lukacsiana acerca do cotidiano. Lukács construirá uma teoria da vida cotidiana que leva em consideração a “ontologia da vida cotidiana”⁵: para ele a vida cotidiana é histórica, portanto, exhibe sempre novas dinâmicas, ininterruptamente, mas não pode ser eliminada da vida social. Lefebvre nega o caráter ontológico da vida cotidiana, confundindo vida cotidiana com vida alienada. É por isso que apregoa a necessidade de superação da vida cotidiana. Uma superação que deve ser levada a cabo através de uma “revolução”, que, para ele, se assemelha a um “projeto de renascimento da festa” (LEFEBVRE, 1969: 53). Apesar de sua vasta obra ser uma expressão clara de rechaço ao irracionalismo, neste ponto ela se aproxima à dos críticos românticos ao capitalismo monopolista⁶.

3. A crítica à manipulação da vida cotidiana no capitalismo monopolista

No campo do pensamento burguês forjado no capitalismo monopolista do século XX, há o encontro do “positivismo com o mundo religioso contemporâneo”: trata-se da extrema radicalização da “razão miserável” e do seu outro lado da moeda, o irracionalismo⁷. O fenômeno da reificação, como se pode notar, encharca o pensamento burguês da

³ Cf. LEFEBVRE, 1969, especialmente o *Capítulo Segundo*, p. 99-152.

⁴ Nas seguintes obras: *Critique de la vie quotidienne* (1947), *Critique de la vie quotidienne II, Fondements d'une sociologie de la quotidienneté* (1961), *Critique de la vie quotidienne, III. De la modernité au modernisme (Pour une métaphilosophie du quotidien)* (1981) e *La Vie quotidienne dans le monde moderne* (1968). Reunidos, os quatro primeiros, em inglês, em LEFEBVRE (2014). E o último, em edição portuguesa, em LEFEBVRE (1969).

⁵ György Lukács enfrenta pela primeira vez de modo sistemático o debate acerca do cotidiano quando se depara com a necessidade de sistematizar sua teoria sobre a peculiaridade do estético. Em sua obra capital dedicada ao tema, sua *Estética* (1963), constrói uma teoria sobre a vida cotidiana como tarefa preliminar ao desenvolvimento de uma estética marxista. Mas a sua formulação mais desenvolvida sobre a vida cotidiana encontra-se em sua *Ontologia do Ser Social*. Sua discípula, Agnes Heller, que tem por base o pensamento do mestre, vai dedicar especial atenção às características e razão de ser da vida cotidiana. Seguindo as pistas teóricas de Lukács, mas com uma interpretação própria, desenvolve sua concepção de cotidiano nas seguintes obras: “Sociologia da Vida Cotidiana” (1970) e “O Cotidiano e a História” (1970). Cf. publicação em espanhol da primeira em HELLER (1987) e edição brasileira da segunda em HELLER (2008).

⁶ É o que se vê nesta passagem: “A Revolução toma desde logo (violenta ou não-violenta) um novo sentido: ruptura do quotidiano, restituição da Festa. As revoluções passadas foram algumas festas (cruéis, sim, mas não houve sempre um lado cruel e violento nas festas?). A Revolução possível porá termo à quotidianidade, reinvestindo nela, brusca ou lentamente, a prodigalidade, a dissipação, a explosão dos constrangimentos. A revolução não se define, pois, apenas no plano econômico, político ou ideológico, mas mais concretamente no fim do quotidiano. Quanto ao famoso período de transição, assume mesmo um novo sentido. Recusa o quotidiano e reorganiza-o para depois o dissolver e transformar. Põe termo ao seu prestígio, à racionalidade ilusória, à oposição do quotidiano e da Festa (do trabalho e do divertimento) como fundamento da sociedade” (LEFEBVRE, 1969: 53).

⁷ Houve a exponenciação das características já desenvolvidas na passagem do século XIX para o XX. Lukács descreve algumas importantes inflexões, tais como, 1) “O domínio exclusivo da teoria do conhecimento, o afastamento sempre mais decisivo e refinado de todos os problemas ontológicos do âmbito da filosofia”; 2) “As diversas correntes dessa tendência (empiriocriticismo, pragmatismo etc.) põem de lado cada vez mais resolutamente o valor objetivo da verdade do conhecimento”; 3) “A substituição do conhecimento da realidade por uma manipulação dos objetos indispensáveis à prática imediata ultrapassa nesse ponto o neokantismo”, 4) “Uma tendência geral da época, que em última análise pretende a eliminação definitiva de todos os critérios objetivos de verdade, procurando substituí-los por procedimentos que possibilitem uma manipulação ilimitada, corretamente operativa, dos fatos importantes na prática” (LUKÁCS, 2012: 42-43).

decadência⁸, que se mostra refém e promotor da mistificação, no movimento pendular entre “a evasão irracionalista da 'angústia'” e o filisteísmo 'racionalista' da 'segurança'” (COUTINHO, 2010: 64).

Partindo da crítica da filosofia e sociologia burguesa, e baseado na teoria marxiana, Lukács *desenvolve um verdadeiro projeto de pesquisa sobre a cotidianidade*. Para ele, o caminho está aberto à exploração dos marxistas, já que a decadente teoria burguesa não foi capaz de levá-lo a cabo com êxito: este projeto passa pelo estudo da contraditoriedade da vida cotidiana, pela crítica das investigações abstratas, epistemológicas ou fenomenológicas, assim como de toda e qualquer “absolutização e idealização do passado, do presente ou de ambos” e deve ter como pressuposto “uma consideração histórica dos modos de manifestação relevantes da cotidianidade capitalista e, ao mesmo tempo, uma certa compreensão da direção real do processo histórico em seu conjunto” (LUKÁCS, 1966: 69-70). Segundo ele, a “reação romântica segue dominando hoje – aberta ou dissimuladamente – o estudo filosófico, na verdade, escasso, da cotidianidade e seu pensamento” (LUKÁCS, 1966: 70).

Sob o capitalismo, traços de uma “burocratização” e padronização das individualidades desenvolvem-se. O estudo da cotidianidade, portanto, deve apreender estes fenômenos, produtos da contraditoriedade da vida cotidiana, sem cair na romantização própria do pensamento burguês. Ele idealiza o passado ou, de modo oposto, agarra-se na “ideologia do progresso”, e é incapaz de compreender as contradições do capitalismo.

Lukács, crítico mordaz do anticapitalismo romântico, soube tratar com precisão o velho debate sobre o “progresso”. Apoiando-se na formulação marxiana que, ao mesmo tempo em que afirma a integralidade ontológica do homem, indica o caráter histórico-social da alienação que solapa, aparentemente, esta integralidade. Toma por base a anotação que, em suas *Teorias sobre a Mais-Valia*, Marx faz sobre a teoria de Ricardo, que defende, enquanto finalidade humana, a “produção pela produção”, e sob estes pressupostos, sustenta sua apologia ao capitalismo. Marx lembra que quando falamos em produção a ideia aí contida é a do “desenvolvimento da riqueza da natureza humana como auto-finalidade”, e que, “o superior desenvolvimento da individualidade tem que pagar-se com um processo histórico no qual se sacrificam os indivíduos” (MARX *apud* LUKÁCS, 1966: 69). Seguindo a trilha de Marx, Lukács afirma:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo – e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia –, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana” (LUKÁCS, 2013: 581).

Se Lukács já se embate, de modo profundo, com o irracionalismo desde sua *Destruição da Razão*, é em sua *Ontologia* que ele assenta “o terreno para uma crítica radical ao neopositivismo – mesmo que a crítica também se dirija às concepções tradicional-idealistas e irracionalistas da ontologia contemporânea (v.g., Heidegger)” (NETTO *in* LUKÁCS, 2012: 16-17).

⁸ Sobre a “decadência ideológica da burguesia”, Cf. LUKÁCS, 2010: 51-103.

⁹ Que é qualificada por Lukács como uma “apologia indireta, a defesa do capitalismo a partir de seus ‘lados maus’” (LUKÁCS, 2010: 56).

A ontologia de Heidegger é, segundo Lukács, a complementação orgânica do neopositivismo, é “um alçar ao plano ontológico da condição universalmente manipulada da sociedade na era do capitalismo altamente desenvolvido” (LUKÁCS, 2012: 84). Suas categorias são extraídas desta própria vida imediata, manipulada, e levadas ao patamar de dimensões irrevogáveis da vida humana. Para ele “o impessoal” é concebido como “o símbolo mais abrangente do estranhamento geral, o sujeito mais real da cotidianidade”. Dessa forma, ao expressar “as forças irreversíveis da vida atual” como “forças supratemporais”, ele estende esta inter-relação a toda a vida cotidiana e, assim, entrega o “ser humano à onipotência de ‘o impessoal’” (LUKÁCS, 2012: 90). É um método que exclui toda gênese histórico-social dos fenômenos. O império do “o impessoal”, descrito por Heidegger, é “uma tendência importante da manipulação social” do capitalismo monopolista:

O capitalismo quer criar uma ‘opinião pública’ para dominar e regular o mercado de acordo com os interesses do grande incremento da indústria dos bens de consumo e das prestações de serviços que assumiram a forma capitalista; por exemplo, para impulsionar cada vez mais energicamente para cima, aquilo que T. Veblen chamou de consumo de prestígio. Igualmente já vimos que essa tendência age de forma eficaz também na vida política como vontade de dirigir a ‘democracia de massas’ (LUKÁCS, 2012: 91).

Ou seja, a tendência antidemocrática explícita do capitalismo monopolista é encarada por Heidegger de modo aberto, natural, ou mesmo apologético. A única coisa que ele contrapõe a estas tendências é a angústia (LUKÁCS, 2012: 97). Para ele não há nem o “de-onde” nem o “para-onde”, há apenas o caminho do “ser-para-a-morte”.

Lukács constata, portanto, que um fato importante da atualidade é a coexistência entre a “técnica manipulatória” e a “concepção irracionalista” (LUKÁCS, 2012: 104). Para o neopositivismo, “as categorias – ontológicas – da singularidade, da particularidade e da universalidade absolutamente não existem”. Além disso, confunde-se “ser e conhecimento” e, por isso, para tal concepção “a lei estatística não expressa nenhuma determinidade” (LUKÁCS, 2012: 111).

Esta incapacidade de responder a partir de um ponto de vista ontológico aos problemas que se apresentam na contemporaneidade abre o caminho para o avanço da ontologia religiosa, para a “convivência pacífica” entre ciência e religião ou entre o extremo empirismo e o mais chão irracionalismo, em suas diferentes expressões. Estas tendências ideológicas de que estamos tratando têm o seu solo na realidade da vida cotidiana manipulada e retornam a ela, reforçando o enfraquecimento do “senso de realidade” na vida dos indivíduos.

[Trata-se da] perda do senso de realidade da maioria das pessoas que vivem em nossa época em virtude da crescente manipulabilidade de seu cotidiano. Esse senso, muito embora tenha como base um crescente afrouxamento das relações dos seres humanos com a realidade, possui conteúdos e direções muito diversas, correspondentes às diferentes questões da vida cotidiana das diferentes pessoas. Pode tratar-se da autossatisfação de dado dirigente bem-sucedido no detalhe, ou da desorientação dos dirigidos que não opõem resistência etc. etc., ao que se agrega inevitavelmente, na imensa maioria dos casos – permanente ou periodicamente – a experiência do vazio desse tipo de operosidade ativa ou passiva. Claro que esta também pode exprimir-se de maneira muito diferenciada, como autocomplacência, fuga por meio de

hobbies no tempo livre, tédio ou impulso à revolta, conjugado com a sensação a ela associada de que a revolta é inútil, que está condenada à impotência etc. Em toda essa variedade de reações restam, todavia, dois polos fixos: de um lado, o mundo manipulado; de outro, a irracionalidade das reações negativas a tal mundo. É a missão social para o neopositivismo e o existencialismo que, como tentativas de expressão intelectual da mesma situação sócio-histórica, possuem como predisposição fundamental comum a tendência teórica ao enfraquecimento do senso de realidade (LUKÁCS, 2012: 113).

Estas concepções burguesas são produtos do inédito grau de manipulação da vida cotidiana alcançado no capitalismo monopolista, visto que a “manipulação deixou para trás o estágio das experiências e postulados” e “exerce seu domínio sobre toda a vida, da práxis econômica e política à ciência” (LUKÁCS, 2012: 46). Os neopositivistas levaram a cabo, de maneira inédita, uma espécie de “matematização” da realidade social e uma forma supostamente elegante e eficaz de manipulação dos fatos (LUKÁCS, 2012: 50). A “razão miserável” despreza e nega preliminarmente qualquer possibilidade de revelar a realidade em sua totalidade, deixando um enorme campo aberto para que a religião interprete o mundo à sua maneira. Heller, discorrendo sobre a manipulação técnico-científica das ciências sociais, chega mesmo a indicar que a ciência, por vezes, pode tomar o lugar da própria necessidade religiosa: “a ‘ciência social’ manipuladora-tecnificada não representa mais que a religião de nossa época” (HELLER, 1987: 199).

O neopositivismo, que limita “o progresso ao que pode ser manipulado em termos estritamente técnicos, conservando a estrutura social que constitui o fundamento da técnica” (LUKÁCS, 2012: 126-127), expressa, de fato, uma “tendência geral da época”. Estas expressões da reificação cada vez mais desenvolvidas na vida cotidiana do capitalismo dos monopólios têm seu fundamento nas transformações econômicas vivenciadas na esfera da produção material. O estranhamento, no capitalismo monopolista, alcança o domínio das “mentes” e dos “corações” dos trabalhadores de forma mais intensa que anteriormente e não se restringe à esfera da produção. O panorama do pós-1945, traçado por Lukács, é o da constituição de uma “oniabrangente manipulação”. Amarra-se o homem em sua particularidade de uma maneira bastante refinada a partir “da indústria dos bens de consumo a serviço do grande capital” e do “consumo de massa”, que “cria um aparato ideológico muito extenso, que domina os órgãos da opinião pública”: trata-se do “consumo de prestígio”.

O ponto central de motivação é o consumo de prestígio, que toma forma como meio de criar uma ‘imagem’, como indução a ela; ou seja, a pessoa se veste, fuma, viaja, tem relações sexuais não por causa dessas coisas em si e por si, mas para aparentar no ambiente em que se vive a ‘imagem’ de certo tipo de pessoa que é apreciada enquanto tal. É evidente que, nesse caso, a ‘imagem’ é uma reificação explícita do fazer da própria pessoa, da sua própria condição, do seu próprio ser. Fica igualmente claro que a difusão e o predomínio universais dessas reificações da vida cotidiana fazem do estranhamento uma base tão fundamental da vida cotidiana que contra ela costumam no máximo levantar-se protestos bem abafados (descontentamento com o tédio no tempo livre etc.). Certos acontecimentos às vezes até chegam a provocar reações explosivas, mas justamente esse seu

caráter de happening, que permanece puramente no plano imediato, impede uma crítica mais aprofundada, que toque no ponto essencial da reificação e do estranhamento imperantes. Essa oposição crítica pressuporia a ruptura com as concepções de mundo manipuladoras cientificamente dominantes (sobretudo com o neopositivismo); ela teria de voltar-se contra o sistema, contra o império da manipulação (inclusive da democracia manipulada) (LUKÁCS, 2013: 716-717).

A alienação não pode ser dissociada do estágio das relações sociais de produção: o fenômeno da manipulação é a marca da intervenção econômica e política do capitalismo dos monopólios e o seu enfrentamento é fundamental no plano teórico e no plano prático-político. A “manipulação” não deve ser entendida como um fenômeno exclusivamente sociocultural, ela “surgiu da necessidade de oferecer mercadorias em massa para o consumo a muitos milhões de compradores singulares e, a partir disso, se transformou num poder que solapa toda vida privada” e “se estende a todas as esferas da vida, sobretudo à política” (LUKÁCS, 2013: 341). O consumo das massas trabalhadores aparece agora como uma “aspiração” de elevação do nível de vida; é valorizado positivamente e “novas categorias burguesas”, como o “consumo de prestígio”, penetram na vida dos trabalhadores¹⁰.

O produto destas tendências societárias é uma vida cotidiana marcada pelo tédio e, ao mesmo tempo, “pela sede insaciável de sensações”. Por vezes, do ponto de vista do indivíduo, as reações a este mundo extremamente empobrecido de subjetividade levam a “revoltas individualmente imediatas contra o próprio estranhamento pessoal”, mas que, mantidas como revoltas individuais inócuas, ao contrário de impulsionar “uma revolução social”, acabam por conformar uma “ideologia do fastio generalizado” (LUKÁCS, 2013: 803).

No plano político, a emergência desta “manipulação” consolida a separação entre as “formas de dominação capitalista” e a “democracia”. Isso se dá “na medida em que as massas foram excluídas de toda real participação nas decisões econômica ou politicamente importantes” (LUKÁCS, 2013: 779).

Mas a luta revolucionária deve partir necessariamente das questões e da práxis política cotidianas, afinal, “do centro real na práxis cotidiana dos homens faz parte não só o método (...), mas também a perspectiva que costuma pairar mais ou menos claramente diante dos olhos do homem singular no momento em que toma suas decisões” (LUKÁCS, 2013: 820). A vida cotidiana, portanto, diferentemente do que pensam os ideólogos da manipulação, comporta perspectivas. Em poucas palavras: “a perspectiva também é, antes de tudo, uma categoria da vida cotidiana”. Nela também estão presentes princípios gerais que motivam as decisões humanas. Neste confronto no interior da vida cotidiana podem surgir não só a

¹⁰ “O consumo vai se transformando, de acordo com a expressão de Veblen, cada vez mais numa questão de prestígio, de ‘imagem’, que o homem conquista ou preserva por meio daquilo que ele demanda para o seu consumo. Portanto, o consumo – analisado em primeiro plano e em escala maciça – não é dirigido tanto pelas reais necessidades, mas mais por aquelas que parecem apropriadas a proporcionar ao homem uma ‘imagem’ favorável para a sua carreira. E visto que, como igualmente já sabemos, esse desenvolvimento está associado a uma redução do tempo de trabalho e com um aumento do tempo livre, essas tendências igualmente se orientam pelas necessidades anteriormente descritas. Portanto, na medida em que o homem subordina o seu fazer e deixar de fazer no cotidiano à produção de sua ‘imagem’, é bem claro que, dessa elevação do nível de vida, deverá surgir um novo estranhamento, um estranhamento *sui generis*. O salário mais alto substitui o salário mais baixo, o tempo livre mais longo substitui o mais curto. Porém, esse desenvolvimento só aniquila alguns estranhamentos antigos, substituindo-os por uma nova espécie de estranhamentos” (LUKÁCS, 2013: 778).

negação da “manipulação e seus embasamentos teóricos”, como “o anseio por uma democracia não manipulada”¹¹.

E, através desta crítica prático-política que põe no centro a vida cotidiana, mais uma vez, Lukács identifica a superioridade do marxismo em relação às ideologias da manipulação.

Assim que uma realidade heterogênea se mostrar no âmbito da manipulação ‘extrapoladoramente’ homogênea, a sabedoria de sua manipulação terá de fracassar tanto na teoria como na prática – pelo menos em muitos casos de grande importância.

Desse modo, aparece o seguinte centro teórico (e que um dia se tornará prático) da própria crise e da saída para ela: a falsa posição dos homens com relação à realidade em consequência do sistema de manipulação e de sua superação. Trata-se de uma característica comum de autênticas revoluções que os posicionamentos com relação à realidade que se converteram em obstáculos à condução de vida humana adequada sejam ideologicamente destruídos e substituídos por posicionamentos novos e por novas objetivações [*Objektivationen*] correspondentes (LUKÁCS, 2013: 828-829).

O marxismo, desvencilhado de sua “petrificação” e degradação stalinistas, pode servir como um importante ponto de apoio teórico para a superação prática do estranhamento, para a criação de uma vida cotidiana não-alienada. Para tal, é necessária a superação da manipulação da vida cotidiana e da ordem social burguesa. Para Lukács, o voltar-se autenticamente contra esta manipulação “abriga dentro de si, como essência, um direcionamento espiritual ou prático para a própria realidade”. Por isso, “o que caracterizará o movimento de libertação da manipulação em todos os âmbitos da vida é o retorno ao próprio ser social enquanto fundamento irrevogável de toda práxis humana, de toda ideia verdadeira” (LUKÁCS, 2013: 830).

4. Conclusão

O retorno aos fundamentos do ser social na terceira década do século XXI nos levaria a uma análise muito mais complexa dos fenômenos da manipulação da vida cotidiana, que não poderiam ser analisados – nem em suas expressões mais embrionárias – por Lukács. Mas, ao desenvolver os fundamentos e um método para a pesquisa desta realidade, o legado de sua crítica da vida cotidiana do capitalismo nos alerta sobre os possíveis erros e os passos mais seguros no caminho do entendimento da cotidianidade do tempo presente.

Se a “sociedade burocrática do consumo dirigido”, de Lefebvre, e a “oniabrangente manipulação” da vida cotidiana, de Lukács, são categorias que expressam o alargamento dos domínios do capital sobre os trabalhadores para as esferas que extrapolam a produção, indicando a reificação do conjunto da vida social que se desenvolve no capitalismo monopolista do pós-1945, os desdobramentos das profundas transformações econômicas que se deram a partir do advento da “acumulação flexível” (HARVEY, 2014) engendraram uma realidade muito mais desenvolvida no que diz respeito às formas de domínio e

¹¹ “Em épocas de transição ideologicamente exacerbadas, que muitas vezes se transformam em preparativos para revoluções, os aspectos positivos e negativos das perspectiva geralmente entram em cena simultaneamente: a perspectiva de uma mudança geral das formas de vida, associada em sua imediatidade espontânea ao bem-estar pessoal, na maioria das vezes constitui, na mesma cotidianidade, também uma negação do estado de coisas vigente (ou de determinadas formas do vigente) e o desejo de novos tipos de um modo de vida modificado” (LUKÁCS, 2013: 821).

manipulação capitalistas da economia – inserindo-se mais amplamente nas diferentes etapas da produção, distribuição e consumo das mercadorias –, da política e da vida social, em detrimento das poucas esferas em que ainda se mantinha a autonomia das produções materiais e espirituais dos trabalhadores.

Lukács, que não pôde assistir ao filme “Você não estava aqui” (2019), de Ken Loach, caracterizou o fenômeno do “consumo de prestígio” desvelando as novas formas de estranhamento próprias ao contexto dos países desenvolvidos nos “anos dourados” do pós-guerra. Neste contexto, indica que “o salário mais alto substitui o salário mais baixo, o tempo livre mais longo substitui o mais curto”¹². Certamente, não poderia prever que a combinação da “oniabrangente manipulação” da vida cotidiana com o domínio autocrático dos processos de trabalho alcançada com a “uberização do trabalho” levaria à fusão de formas extremas de extração de mais-valia relativa e absoluta, mesmo nos países europeus mais desenvolvidos, como a realidade atual do trabalho na Inglaterra retratada no filme. Arriscamos dizer que, talvez, Lukács pudesse considerar que esta obra de Ken Loach expresse, na contramão da decadência ideológica burguesa na arte, uma forma de “vitória do realismo” no cinema.

O marxista húngaro não conheceu o devastador poder da “oniabrangente manipulação” da vida cotidiana em sua plena “libertação”: isso se deu com a disseminação das “redes sociais” e das demais tecnologias da informação e comunicação. Por isso, ele não precisou ler os “Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais” (2018), do cientista da computação Jaron Lanier. Se pudesse lê-lo, entenderia que o avanço da capacidade de manipulação da vida cotidiana levou “à criação de um modelo de negócio em que o incentivo é encontrar clientes dispostos a pagar para modificar o comportamento de alguém” e que a “mudança de comportamento foi transformada em um produto” que se alcança através da produção de emoções – sobremaneira, as emoções negativas. Certamente, o filósofo do século XX estaria impressionado não só com a realidade devastadora do “consumo de prestígio” escancarado nas redes sociais e as demais formas de reificação contemporâneas, mas também com a reprodução em nível cada vez mais rebaixado das alternativas – o escapismo e a apologia indireta – dos “críticos” liberais burgueses, como Lanier. E se surpreenderia que até mesmo na esquerda não são poucos aqueles que limitam a sua sociabilidade às relações virtuais, muitas vezes se tornando meros seguidores de animadores de redes sociais monetizados pelo capital.

Lukács, que destrinchou os determinantes históricos e os fundamentos ideológicos e teóricos do fascismo, não assistiu à emergência dos “Engenheiros do Caos” (EMPOLI, 2019). A ascensão da extrema-direita no mundo atual sinaliza, mais uma vez, mas de forma ainda mais profunda, a unidade entre a “razão miserável” – e a manipulação da vida cotidiana enquanto objetivo último desta – e o irracionalismo. Figuras como Donald Trump, Boris Johnson, Jair Bolsonaro, Beppe Grillo e Viktor Orban só se tornaram politicamente vitoriosas, entre outros determinantes, porque contaram com “o trabalho feroz de dezenas de ‘spin doctors’, ideólogos e, cada vez mais, cientistas especializados em Big Data” (EMPOLI, 2019). A “matematização” da realidade social – e a forma supostamente elegante e eficaz de manipulação dos fatos – e a separação entre as “formas de dominação capitalista” e a “democracia”, objetos da crítica lukacsiana há mais de 50 anos, conformam a realidade política do capitalismo contemporâneo. As palavras dos estadunidenses Herman Melville

¹² Cf. acima, nota 12.

(1819-1891) e Harry Braverman (1920-1976) sobre a insana cotidianidade reificada reproduzida no modo de produção capitalista continuam atuais.

Escreve o marxista Braverman: “Quanto mais avançada a ciência e quanto mais racionais os cálculos, mais veloz e calamitosamente esta irracionalidade é engendrada”. E, a seguir, cita a obra clássica do romancista: “Como o capitão Ahab¹³, o capitalista pode dizer: “Todos os meus meios são lúcidos, meus motivos e objetivos são loucos” (BRAVERMAN, 1981: 178).

A crítica lukacsiana da manipulação da vida cotidiana no capitalismo, por circunscrever-se ao século passado, não é suficiente para a análise do conjunto dos fenômenos contemporâneos, mas é uma referência imprescindível se buscamos nos afastar da apologia acrítica ao progresso e dos escapismos e angústias burgueses diante da vida cotidiana contemporânea. Afinal, a contradição fundamental que se revela na vida cotidiana reificada é derivada da contraditoriedade do modo de produção capitalista, que é, ao mesmo tempo, “progresso histórico” (“fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade”) e “meio civilizado e refinado de exploração” (MARX, 2011: 420). Sem entender esta contraditoriedade, não se vislumbra a sua superação e enreda-se na trama reacionária ou burguesa da idealização do passado ou do presente.

Referências

ANTUNES, R.; BRAGA, R.; NOGUEIRA, A. M. [et al.] (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. (org.) **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOTELHO, M. **A teoria social de Marx e a crítica da vida cotidiana no capitalismo: antecedentes e legado teóricos**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2018.

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2ª Ed. SP: Expressão Popular, 2010.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 25ª Edição. SP: Edições Loyola, 2014.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana. Prefacio de György Lukács**. 2ª Ed. Barcelona: Ediciones Península, 1987.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. SP: Paz e Terra, 2008.

LANIER, J. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais** (tradução de Bruno Casotti). - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Lisboa: Ulisseia, 1969.

¹³ Personagem de *Moby Dick*, de Melville.

LEFEBVRE, H. **Critique of Everyday Life. The One-Volume Edition.** London/New York: Verso, 2014.

LUKÁCS, G. **Estética I.** Barcelona & México, D. F.: Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, G. **Marxismo e Teoria da Literatura.** SP, Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social I.** SP: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social II.** SP: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I – Volume I** (28ª edição). RJ: Civilização Brasileira, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo e Reificação.** São Paulo: LECH, 1981.

“A alma do negócio é você”¹: tecnologia e indústria da manipulação no capitalismo contemporâneo

César Maranhão

1. O ponto de partida: um exemplo cotidiano da manipulação contemporânea

Em julho de 2016, o ex-vice-presidente de produto do Google Maps e ex-chefe do Street View, o estadunidense Jonh Hanke, através da sua companhia Niantic Labs², lançava no mercado de jogos eletrônicos o Pokémon Go! Uma experiência pioneira que unia várias tecnologias de mapeamento e rastreamento para possibilitar que o jogo fosse jogado no mundo real e não numa tela. O jogo é baseado em “realidade aumentada”³ e planejado para possibilitar uma verdadeira caça ao tesouro através dos mapas das cidades.

Uma vez que o usuário baixa o aplicativo da Niantic utilizará o dispositivo de geolocalização (GPS), a câmera e o microfone de seu celular para caçar criaturas virtuais chamadas de Pokémons. As criaturas virtuais aparecem na tela do celular como se estivessem ao lado das pessoas espalhadas pelas ruas da cidade: numa pizzaria, num shopping center, no quintal de uma casa, no banheiro de um restaurante ou num provador de uma loja.

Os Pokémons capturados são trocados por moedas do jogo e usados para combater outros usuários. A meta final do jogo é capturar uma grande variedade e conjunto de criaturas e ao longo de seu caminho o jogador vai acumulando experiência e sendo direcionado a cumprir missões.

Em um curto espaço de tempo o Pokémon Go! se tornou o aplicativo mais baixado e de maior receita nos EUA e em poucos dias já se percebia o padrão sem precedentes de sua dinâmica de negócios. Um bar na Virgínia oferecia desconto para uma equipe de Pokémon Go!; um café de São Francisco tinha promoções para jogadores; o dono de uma pizzaria em Nova York pagava cerca de 10 dólares para colocar dentro de sua loja itens do jogo para atrair Pokémons a um local específico e, com isso, conseguia colocar as criaturas dentro de sua loja atraindo e cativando jogadores que se transformavam em ávidos consumidores de suas mercadorias.

Aos poucos a febre do Pokémon Go! foi diminuindo, mas o impacto por trás da futilidade e aparente ingenuidade desse novo negócio da indústria do entretenimento se esconde uma das maiores e mais exitosas experiências de controle e manipulação dos comportamentos e desejos de consumidores da história do capitalismo. Segundo Zuboff (2020) o jogo, através de suas tecnologias de captação de imagens, sons, geolocalização e inteligência artificial algorítmica, tinha demonstrado que era possível através do celular

¹ Trecho retirado da letra da música “Propaganda” da banda pernambucana Nação Zumbi.

² Segundo Zuboff (2020, pág. 356) “[...] a Niantic Labs foi oficialmente criada como uma companhia independente com 30 milhões de dólares de financiamento do Google, da Nintendo (a empresa japonesa que a princípio abrigara o Pokémon Go em seus dispositivos de “Game Boy” no fim dos anos 1990) e da Pokémon Company.”

³ “Diferentemente da realidade virtual, que transporta o usuário para o ambiente virtual, a realidade aumentada mantém o usuário no seu ambiente físico e transporta o ambiente virtual para o espaço do usuário, permitindo a interação com o mundo virtual, de maneira mais natural e sem necessidade de treinamento ou adaptação. Novas interfaces multimodais estão sendo desenvolvidas para facilitar a manipulação de objetos virtuais no espaço do usuário, usando as mãos ou dispositivos mais simples de interação.” (TORI; KIRNER, 2006, pág. 20).

coletar múltiplas informações de seus usuários em escala global e ao mesmo tempo direcionar ações individuais específicas para oportunidades precisas do mercado local.

A experiência oculta sob o véu de frivolidade do jogo Pokémon Go! é apenas a ponta do iceberg de um monumental conjunto de ferramentas disponíveis atualmente, que possuem a funcionalidade de coletar informações, orientar e manipular comportamentos dos consumidores de mercadorias.

2. Capitalismo monopolista, controle e manipulação

Não é de hoje que a sociedade capitalista gera uma necessidade histórica de controlar e manipular as ações e o pensamento dos indivíduos, principalmente daqueles que são os responsáveis pela valorização do capital: os trabalhadores assalariados. Tal característica adquire forma e conteúdo particulares ao longo da dinâmica histórica de produção e reprodução do capital.

Desde que o modo de produção capitalista converteu o processo de trabalho em processo de valorização, que o capital gerou a necessidade de criar e recriar formas de controle do trabalho. Num primeiro momento histórico, que corresponde a gênese do capitalismo, houve uma concentração dos meios de produção nas mãos da burguesia e a transformação do processo de trabalho em um contínuo processo de extração de mais-valor, subsumindo formalmente o trabalho aos objetivos de valorização do capital. Posteriormente, com o desenvolvimento da manufatura e, depois, da grande indústria capitalista, com seu maquinário moderno, que a subordinação do processo de trabalho ao processo de valorização atinge um novo patamar, realizando aquilo que Marx denominou como subsunção real do trabalho ao capital⁴. A partir desse momento histórico, o fetichismo da produção é radicalizado e amplificado para diversos setores que participam da produção capitalista. Tal situação se acentuará ainda mais na passagem histórica do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista⁵.

O capitalismo concorrencial, na sua primeira fase, tem como resultado a revolução industrial e o desenvolvimento da máquina a vapor no fim do século XVIII. Entre 1848 e 1873 inaugura-se uma segunda fase do capitalismo concorrencial, que é consequência da primeira revolução tecnológica. Durante as primeiras duas fases constitutivas do capitalismo de livre concorrência, a grande indústria operada por maquinário moderno predominou apenas na indústria de bens de consumo e sobretudo na indústria têxtil. A fase imperialista surge no esgotamento da onda longa com tonalidade expansiva gerada pela primeira revolução tecnológica. (MANDEL, 1982).

Já sob essa nova etapa superior do capital, que surgirá uma segunda revolução técnico-científica (1893-1914) com a introdução massiva da eletricidade, das linhas de

⁴ Segundo Romero (2005) esse processo se caracteriza por duas determinações que constituem seu núcleo essencial: a) Por um lado, significa o revolucionamento dos meios de produção que criam novas forças produtivas, típicas do modo de produção especificamente capitalista, fazendo com que a exploração do trabalho se baseie principalmente na extração da mais-valia relativa. b) Por outro lado, tem como tendência oferecer um caráter científico ao processo de produção que pressupõe a divisão entre concepção e execução, centralizando a primeira em espaços externos ao chão de fábrica com objetivo de direcionar a última aos agentes produtivos diretos.

⁵ As disputas internacionais pela concretização da colonização de regiões inteiras e os conflitos armados daí decorrentes pela “partilha do mundo” inauguraram a moderna era imperialista. Desse modo, as transformações do capitalismo monopolista abrangem o aumento das organizações monopolistas no seio de cada país, o surgimento e amplificação do capital financeiro, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o mercado mundial e o movimento global do capital e também as mudanças na estrutura e forma de intervenção do Estado. (LENIN, 2012).

montagem, a difusão da gerência científica e das primeiras experiências de produção em massa, impulsionadas por pesados investimentos estatais. Importa sublinhar ainda que nesse período, para além do desenvolvimento tecnológico, a gerência científica possibilitou o desenvolvimento de técnicas cada vez mais apuradas para mensurar e aperfeiçoar a performance produtiva dos trabalhadores.

Mas é só no pós-segunda guerra mundial, com a terceira revolução tecnológica e o desenvolvimento da era da automação (informática e eletrônica), que se realizará plenamente uma época de fusão da ciência, tecnologia e gestão da produção numa escala jamais vista. A partir daí inaugura-se uma segunda subfase do capitalismo monopolista, nomeada por Ernest Mandel de “Capitalismo Tardio”, na qual “[...] A ciência podia se tornar efetivamente uma força produtiva direta.” (MANDEL, 1982, pág. 151). É nessa etapa que as transformações na dinâmica de acumulação e reprodução do capital possibilitarão a utilização sistemática da ciência e da tecnologia para a mais rápida transformação da força de trabalho em capital e o progresso da gerência científica com todas as suas técnicas de mensuração, controle e disciplinamento dos mais variados processos de trabalho. (MANDEL, 1982; BRAVERMAN, 1987).

3. Produção e consumo em massa no capitalismo tardio: gênese e desenvolvimento da Indústria da manipulação

Foi na etapa de desenvolvimento do capitalismo monopolista (mais ou menos a partir da década de 1960), que o sociólogo marxista francês, Henry Lefebvre, ao analisar o cotidiano das grandes cidades europeias, percebeu uma tendência do capital monopolista de não só desenvolver mecanismos cada vez mais sofisticados de controle e disciplinamento dos trabalhadores nas mais variadas esferas de produção e circulação de mercadorias, mas também a necessidade de construir um conjunto de procedimentos para direcionar o pensamento e as ações dos trabalhadores quando estão desfrutando de suas horas de lazer através de mecanismos de controle e direcionamento do consumo privado de mercadorias. Ao identificar essa tendência, nascente na sociedade capitalista, de controlar o consumo dos indivíduos nas suas horas de lazer, Lefebvre (1991) nomeou-a de “sociedade burocrática do consumo dirigido”.

Já para György Lukács, em sua obra madura, o que se coloca sob análise é a indubitável marca de uma fase superior do capitalismo que, ao demandar um controle e disciplinamento mais intenso dos trabalhadores em seu local de trabalho, exige também a manipulação dos comportamentos nas mais variadas esferas da vida social. Para Lukács (2014), o caráter essencialmente manipulatório do capitalismo atual nasceu da necessidade do capital, surgida principalmente depois da significativa diminuição da jornada de trabalho e do crescimento gradativo do tempo livre do trabalhador, de expandir a grande indústria capitalista para todos os poros da vida social, incluindo aí o tempo de lazer do trabalhador, que passa a ser visto como tempo de consumo.

Se recuarmos oitenta ou cem anos, ao tempo que Marx trabalhava, vemos que a indústria dos meios de produção estava, em sua essência, largamente organizada em uma escala capitalista; podemos observá-lo na indústria têxtil, na indústria de moagem, na indústria do açúcar, que formavam quase todos os setores econômicos da grande indústria capitalista. Ora,

nos oitenta anos seguintes, o consumo inteiro foi absorvido pelo processo capitalista. Não falo somente da indústria de sapatos, confecções, etc.; é muito interessante o fato de que com todas essas geladeiras, máquinas de lavar, etc., até mesmo o âmbito doméstico começa a ser dominado pela indústria. Mesmo o setor dos assim chamados serviços torna-se parte da grande indústria capitalista. (LUKACS, 2014, pág. 66).

Em sua obra madura, Lukács (2014) vincula o surgimento da moderna manipulação com a predominância da mais-valia relativa na dinâmica de exploração capitalista e a emergência da sociedade de consumo de massa de mercadorias. Na medida em que a forma de exploração capitalista tende a se acentuar através da mais-valia relativa alteram-se as condições de vida da força de trabalho, não só no que diz respeito a sua relação com o processo de trabalho, mas também com a vigência de um novo modo de vida e de consumo de mercadorias.

A exploração da classe operária passa cada vez mais da exploração através da mais-valia absoluta para a que se opera através da mais-valia relativa. Isto significa que é possível um aumento da exploração ao lado de um aumento do nível de vida do trabalhador. (LUKACS, 2014, pág. 66).

Surge assim um novo modo de organização do tempo livre e consumo, com implicações decisivas no plano da subjetividade do trabalhador. Cada vez mais, o capital, para vender as mercadorias produzidas em massa e realizar a mais-valia, é obrigado a construir um gigantesco aparato ideológico para manipular massivamente os consumidores. Tal tendência, intensificada no momento histórico do pós-segunda guerra mundial, irá influenciar a vida cotidiana da maior parte dos seres humanos de um modo nunca visto antes, direto, dirigente, ativo e mais intenso, como jamais foi possível nas formas econômicas precedentes. Segundo Lukács (2014, pág. 66).

Mas, com os meios da grande indústria, surge um produto destinado ao consumo de massa (basta pensar em produtos tais como lâminas de barbear) que torna necessário um aparato especial para levar milhões de lâminas de barbear aos consumidores particulares. Estou convencido de que todo o sistema de manipulação, do qual estamos falando surgiu desta necessidade e depois se estendeu também à sociedade e à política. Agora este mecanismo domina todas as expressões da vida social, desde as eleições do presidente até o consumo de gravatas e cigarros. Basta folhear algumas revistas para encontrar exemplos suficientes deste fenômeno.

Para as massas trabalhadoras do passado capitalista, o consumo apresentava-se como uma forma de limitação de suas possibilidades de vida, contra a qual se via obrigado a lutar. Na realidade do “capitalismo tardio”, uma grande parte dos trabalhadores é dominada pela aspiração a elevar sempre mais o seu nível de vida que, no fim das contas, é valorizado positivamente. À primeira vista, o imediato interesse econômico do capitalismo em relação aos campos por este dominados pelo consumo e pelos serviços parece limitar-se ao aumento do comércio e, portanto, do lucro. No entanto, este interesse imediato pôs em movimento um gigantesco aparato de marketing e propaganda, cada vez mais amplo e generalizado, que não se contenta somente em elogiar objetivamente as mercadorias, mas submete os consumidores a uma intensa pressão moral cotidiana. O consumo vai transformando-se em

uma questão de prestígio, de “imagem”, que o indivíduo adquire ou conserva por causa daquilo que ele usa para o próprio consumo. Tais características substituem velhas formas de alienação capitalista por novos fenômenos de reificação que dominam a vida cotidiana, direcionando as escolhas dos consumidores. Nas palavras de Lukács, esse tipo de

[...] manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; **o que está em jogo é o controle da consciência.** (LUKACS, 2014, pág. 67, grifos nossos).

4. A manipulação renasce na fábrica? Restauração capitalista, quarta revolução técnico-científica e gestão da força de trabalho

Sem dúvidas, as técnicas de controle e disciplinamento da força de trabalho, identificadas por Braverman ao longo do século XX, e as estratégias de manipulação dos consumidores, analisadas por Lefebvre e Lukács, nos anos 1960 e 1970, se intensificaram nas últimas décadas de desenvolvimento das forças produtivas sob as contraditórias relações sociais de produção capitalistas. Ao longo dos últimos cinquenta anos, um farto conjunto de pesquisas já mostrou que ocorreram importantes transformações na dinâmica de acumulação capitalista. Tais alterações tiveram como objetivo enfrentar uma crise estrutural do capitalismo gerada pela tendência a queda da taxa de lucros e pelo esgotamento da “onda longa expansiva” capitalista, que garantiu mais de duas décadas de significativo crescimento econômico.

Para Netto (2013), de uma forma geral, o projeto restaurador do capital viu-se resumido no tríptico mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Todas essas transformações lideradas pela hegemonia do capital financeiro e sua insaciável fome por superlucros e expropriações⁶.

Com o objetivo de superar a crise capitalista, o binômio que sustentou a organização fordista (produção e consumo e massa) passará a ser substituído por novas formas de organização empresarial, que afetam toda a cadeia de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias. As novas formas de gestão e organização do trabalho, que vêm se desenvolvendo desde meados dos anos 1970, buscam tornar a produção “flexível”, ou seja, capaz de adaptar-se rapidamente a diferentes exigências e contingências do mercado. Dessa forma, os princípios organizacionais formulados por Taiichi Ohno, na fábrica da Toyota, difundiram-se e passaram a caracterizar a maior parte dos ambientes fabris pelo mundo. A introdução do trabalho por equipe, o enxugamento dos estoques e o controle de qualidade com o objetivo da extinção total de defeitos nas mercadorias produzidas são alguns desses novos elementos organizacionais. (ANTUNES, 2009).

Para o pesquisador francês Jean-Pierre Durand (2003), pode-se afirmar que, com as mudanças na organização produtiva capitalista que buscam minimizar as crises de superprodução, o “fluxo produtivo fordiano”, baseado na produção/consumo contínuo e

⁶Sobre isso ver o estudo de FONTES (2011).

em massa, é progressivamente substituído pelo que o autor chama de “fluxo produtivo tensionado”. Este nasceu de um planejamento produtivo baseado na “pilotagem pelo fim”, ou seja, a ideia de que só se deve fabricar aquilo que o mercado já tenha demandado. Através desse conceito, toda a cadeia de produção é reorganizada, eliminando os estoques e fazendo com que cada posto de trabalho seja cliente daquele logo acima, entregando os produtos ou serviços necessários de acordo com a quantidade demandada.

Para que essa cadeia de produção, que produz de acordo com a demanda funcione, é necessário existir um duplo fluxo de informações. Um fluxo informacional de cima para baixo, que busca repassar as informações sobre planejamento das matérias-primas e das disponibilidades dos meios para tornar a produção possível. E um outro fluxo de informações, mais importante para esse tipo de produção, que é continuamente gerado pelas demandas vindas dos consumidores, repassadas para que os agentes produtivos planejem sua atividade de acordo com a demanda.

Hoje, o conceito de “fluxo produtivo tensionado”, que nasceu historicamente das experiências da Toyota, se generalizou pelos mais variados espaços da cadeia de produção de mercadorias e serviços, potencializando a produtividade do trabalho. Na indústria de transformação, a reorganização da linha de montagem das fábricas em “ilhas de produção”, permite que as peças sejam reunidas em famílias e usinadas por máquinas-ferramentas, sem estoques intermediários e com prazo delimitado, em um fluxo tensionado no qual cada resultado de uma “ilha de produção” gera a demanda para a ilha subsequente.

O espraiamento do sistema de organização e gestão da produção baseado no “fluxo tensionado” gera a necessidade crescente de acompanhamento em tempo real das performances produtivas e o monitoramento ininterrupto das demandas que, por sua vez, exigem o tratamento rápido e preciso de quantidades cada vez maiores de informação sobre as diversas etapas da cadeia de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Por isso, nessa nova combinatória produtiva, nascida no curso das últimas décadas, o investimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se torna ainda mais importante, pois estas fornecem a base material para uma nova etapa de racionalização do trabalho. Por meio da gestão assistida por computador e por uma série de inovações tecnológicas nos sistemas de coleta de dados, comunicação e rastreamento torna-se possível uma mensuração e supervisão, cada vez mais estreita e centralizada, dos mais diversos meios de produção (matérias-primas, equipamentos, maquinário, etc.), da mais dispersa força de trabalho, ou ainda, dos mais gostos de consumo.

Porém, se a “flexibilização” da produção capitalista coloca em relevo a necessidade de coletar, compilar e mensurar informações cada vez mais detalhadas sobre o processo produtivo em geral, a “flexibilização” dos mercados financeiros mundiais contribuiu ainda mais para intensificar essa tendência. Um dos setores da economia capitalista que mais mobilizou recursos para promover a revolução dos sistemas cibernético-digitais-informacionais foi o mercado financeiro capitalista. O interesse do capital financeiro nessas tecnologias está na possibilidade de incrementar o acesso a uma das matérias-primas mais importantes para a competição e a busca por superlucros nesse setor: a informação. Dessa maneira, antecipar, compilar e organizar informações antes de seus concorrentes para

produzir negociações automatizadas e obter lucros é o objetivo principal dos grandes fundos de investimentos.⁷

Tal tendência em ampliar as estratégias e equipamentos tecnológicos de mensuração e controle das mais variadas atividades ligadas a investimentos, produção, distribuição e consumo de mercadorias ganhará novo impulso com a emergência da quarta revolução técnico-científica.

A chamada indústria 4.0 é um conjunto de iniciativas tecnológicas cujo desenvolvimento remonta a Alemanha no início dos anos 2000. Uma revolução tecnológica que se processou como reação diante de um cenário mundial marcado pela diminuição da participação da indústria manufatureira nos países centrais, pela redução do investimento em bens de capital e pelos consequentes impactos negativos na balança comercial de tais produtos. A isso, soma-se os efeitos econômicos, políticos e sociais perversos da propagação da crise de 2008, que produziu um cenário de depressão da economia capitalista mundial. A proposta alemã de Indústria 4.0 tem como horizonte a criação de fábricas "inteligentes" (smart factories), constituídas por sistemas ciberfísicos com alto nível de autorregulação. (PINTO, 2020).

Na busca por retomar as taxas de lucratividade da economia capitalista, o esforço para construir a indústria 4.0 reúne grandes investimentos em tecnologias ligadas ao desenvolvimento de chips que permitem um alto grau de processamento e armazenamento de dados; avanço dos sistemas cibernéticos e na comunicação ultra veloz das redes de internet (5G); desenvolvimento da comunicação em rede entre máquinas (internet das coisas); o incremento e proliferação dos algoritmos matemáticos que fundamentam a inteligência artificial; além de vários equipamentos tecnológicos aplicados a nossa vida cotidiana (GPS, Smartphones, óculos de realidade aumentada, leitores de códigos de barra, câmeras de monitoramento, etc...) derivados das últimas descobertas científicas.

Como visto, a quarta revolução tecnológica aponta para a radicalização do progresso tecnológico informacional através da completa integração entre produção e circulação de informações, em diferentes níveis, com tomadas de decisões automáticas de altíssima velocidade, que possibilitam o processamento de alta intensidade de dados em volumes, variedades e complexidades crescentes, estruturados em cadeias de significância, com o auxílio de algoritmos e de computação de alta performance, que estrutura aquilo que vem sendo chamado de *Big Data*.

No âmbito da produção em geral e do chamado “mundo do trabalho”, tais inovações tecnológicas produzem um conjunto de transformações nos mais variados setores da grande indústria capitalista. A principal consequência dessa quarta revolução técnico-científica para o processo produtivo capitalista é a diminuição substancial de trabalho vivo e o aumento exponencial de trabalho morto, viabilizada pela substituição de atividades tradicionais por novas máquinas-ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital. (ANTUNES, 2020).

Outro impacto da indústria 4.0 para os trabalhadores é a intensificação do controle e disciplinamento da força de trabalho. Um elemento presente nesse processo é a criação de

⁷ Segundo Edmilson Paraná (2016), desde o início da década de 1980, momento que marca a ascensão da mundialização financeira, o avanço do desenvolvimento tecnológico segue duas grandes tendências: 1) investimento massivo na construção de sistemas de produção e circulação de informações em tempo real e 2) a produção de meios capazes de viabilizar a realização de negociações simultâneas e automatizadas em diferentes mercados na maior velocidade possível.

novas e mais abrangentes formas de automação do trabalho humano (tanto manual quanto intelectual). Uma novidade importante é a utilização dos algoritmos matemáticos⁸ que são aplicados em diversas áreas, tais como: a análise de mercado, inteligência artificial, aprendizado de máquina, controle de processos, logística de distribuição de mercadorias, previsão de demanda dos consumidores, melhoria na eficiência, qualidade e flexibilidade da produção. Segundo Geraldo Augusto Pinto (2020), a integração das estruturas de TICs nas empresas visa a coleta, organização e análise de dados dos processos de produção em tempo virtualmente real, com o objetivo de alimentar a gerência científica de informações sobre o processo de trabalho, intensificando o seu poder de controle e minimizando as falhas.⁹

A grande novidade da indústria 4.0 é que tal poder de controle do processo de trabalho, desenvolvido pela nova organização da produção capitalista e potencializado pelas novas tecnologias da informação e comunicação, podem ser utilizados nas mais variadas atividades humanas. Graças a popularização dos smartphones¹⁰, e das plataformas digitais que carregam¹¹, agora todo o coletivo de trabalhadores, dispersos e fragmentados pelos mais variados setores e locais da economia capitalista, podem ser monitorados e controlados pela gerência das empresas.¹²

Mas, para que a nova organização da produção capitalista atinja seus objetivos de incrementar a lucratividade do capital torna-se importante, não só o controle das diversas atividades ligadas direta e indiretamente à produção e circulação de mercadorias e serviços, mas também a mensuração, monitoramento e controle contínuos das demandas finais por consumo dessas mercadorias e serviços.

5. Capitalismo contemporâneo, Indústria 4.0 e a intensificação dos mecanismos de manipulação do tempo livre

Já mostramos anteriormente que em seus últimos escritos, Lukács (2018; 2014) analisou uma predisposição do capitalismo monopolista pós-segunda guerra em desenvolver estratégias cada vez mais sofisticadas de manipulação do tempo livre e de direcionamento do consumo dos trabalhadores. Tal tendência, ancorada na produção e consumo em massa da

⁸ De acordo com Grohmann (2020, pág. 97) “Um algoritmo é uma unidade básica da área de computação, voltado à resolução de problemas, um conjunto automatizado de instruções que transforma dados em resultados desejados.” Para uma análise sobre a utilização e consequências da aplicação dos algoritmos matemáticos em diversas tecnologias presentes nas atividades cotidianas atuais ver o livro de Cathy O’neil (2020).

⁹ Nas palavras do autor: “Como parte dessa nova maquinaria estão sistemas de assistência (assistance systems), que permitem que equipamentos como tablets, assim como óculos de realidade aumentada, relógios, luvas e outros dispositivos dotados de processamento computacional e conexão à internet (smartwatches, smartgloves, etc) forneçam informações aos/às trabalhadores/as durante as jornadas e, pela via inversa, dados sobre seu trabalho às gerências.” (PINTO, 2020, pág. 199).

¹⁰ Segundo Caribé (2009) no Brasil em 2012 os smartphones tinham uma penetração de 18% na população, atingindo 57% em 2015, e chegando a 87% em 2017.

¹¹ Segundo Gonsales (2020, pág. 125) “As plataformas digitais são infraestruturas combinadas de softwares e hardwares, de propriedade privada ou pública, alimentadas por dados, automatizadas e organizadas por meio de algoritmos digitais. O algoritmo pode ser uma receita de bolo ou qualquer processo de racionalização de uma atividade. No caso dos algoritmos digitais, falamos de uma sequência de instruções que informa o computador central sobre o que fazer dentro de um conjunto de etapas precisamente definidas e de regras projetadas para realizar uma tarefa.”

¹² Da produção, passando pelos estoques, transporte, venda e manutenção das mercadorias, mas também nas atividades bancárias e do setor de serviços (entregadores, cuidadores, faxineiros, motoristas, etc); enfim todo o conjunto de trabalhadores estão agora passíveis de serem controlados pelo poder central da gerência. Por meio do monitoramento possibilitado pelos novos dispositivos de coleta de dados incluídos nos smartphones (câmera, microfone, dispositivos de geolocalização, etc) e conectados a um computador central, a gerência científica, através de algoritmos digitais, analisa tais dados e emite em tempo real um conjunto automatizado de instruções a serem executadas pelos trabalhadores.

época passou a incrementar a indústria da propaganda, do marketing e do entretenimento com o objetivo de manipular consciências e direcionar as escolhas de consumo dos trabalhadores em seu tempo livre.

De acordo com Lukács (2014), se no tempo da jornada de 12 horas de trabalho a vida cotidiana dos trabalhadores era ditatorialmente dominada pelo trabalho extenuante, agora com a elevação relativa do padrão de vida do operário e o aumento de seu tempo livre, um conjunto de mecanismos ideológicos de manipulação é mobilizado com o objetivo de hegemonizar a consciência dos trabalhadores, direcionando-os ininterruptamente para realizar seus objetivos de vida através do consumo de mercadorias. Dessa forma, por meio dessa manipulação que intensifica as reificações cotidianas, bombardeando o tempo livre com propagandas de marcas, a classe trabalhadora é afastada dos problemas reais que afetam a possibilidade de construir uma vida plena de sentido.

Se essas considerações de Lukács sobre as tendências manipulatórias do capital faziam sentido no final da década de 1960, atualmente – com a transição da produção em massa para uma “produção enxuta” e o atual estágio de desenvolvimento de um aparato científico e tecnológico voltado para o marketing e a propaganda – elas se apresentam como uma realidade concreta e facilmente observável no cotidiano da sociedade capitalista contemporânea.

No plano científico, desde fins do século XIX e início do século XX, que pesquisadores estadunidenses de diferentes áreas: Administração, Economia e Psicologia, passaram a estudar o comportamento dos consumidores com o objetivo de entender de uma forma mais ampla o seu modo de reagir, frente ao crescimento dos mercados e a importância crescente do consumo.

Nessa época, a ênfase era apresentar de forma descritiva os produtos e suas características físicas, preço e locais de venda. O consumidor era visto como “incapaz” de estabelecer escolhas no ponto de venda e, por isso, deveria ser “educado” ao consumo de produtos e serviços.

Mas foi justamente no período pós-segunda guerra mundial que os investimentos em pesquisas que relacionavam psicologia e publicidade puderam avançar principalmente nos EUA. Em 1946, o psicanalista Ernest Dichter (1907-1991), considerado o precursor da psicologia motivacional, funda o *Institute for Motivational Research* e passa a desenvolver pesquisas e consultoria para as principais indústrias americanas da época. O desenvolvimento dos estudos de Dichter possibilitou a outros pesquisadores da psicologia e do marketing nas empresas entenderem que, na sociedade capitalista, os consumidores nem sempre são guiados por escolhas racionais e que o inconsciente e as emoções possuem papel decisivo em suas decisões de consumo. (JUSTO; MASSIMI, 2017). A partir daí, a maioria dos estudos sobre Psicologia e comportamento do consumidor abordam o comportamento de compra, principalmente através dos instintos, emoções e desejos inconscientes relacionados à vontade de consumir. De acordo com JUSTO e MASSIMI (2017, pág. 115),

Para esses estudos, é a emoção, e não a razão, que impulsiona o comportamento de compra. Sendo assim, a compra se dá mais por “impulso” do que por um comportamento racional pautado nas necessidades reais de aquisição de um produto ou serviço. É sobre esse pilar da “não consciência” durante o ato de compra que alguns

publicitários e profissionais de marketing se apoiam para desenvolver as estratégias de marketing de seus produtos.

Na década de 1960, com o surgimento e proliferação de novos meios de comunicação em massa (como a televisão), os estudos sobre marketing empresarial passam a ressaltar a necessidade de um contato mais próximo entre marcas e consumidores, incentivando o engajamento ativo do consumidor nas campanhas publicitárias. As pesquisas dessa época apontam que as pessoas consomem não apenas para suprirem necessidades com base na utilidade dos produtos, mas pelo significado das mercadorias, pelo que elas podem nos oferecer como benefício de imagem, status social ou pertencimento a um determinado grupo. Por isso, detalha Solomon (2022, pág. 11):

O consumo pode representar uma experiência (reação emocional ou estética a objetos de consumo), uma integração (conhecer e manipular objetos de consumo para expressar aspectos do eu ou da sociedade), uma classificação (atividades em que os consumidores se envolvem para comunicar, para si próprios ou para outros, sua associação com objetos) ou um jogo (usando para participar de uma experiência mútua e fundir suas identidades com a do grupo)[...]

A partir daí, os setores de marketing empresarial se concentrarão na ideia de participação ativa dos consumidores e na segmentação de mercado, analisando grupos de consumidores com características específicas e comuns. Surgem, nesse contexto, análises sobre: grupos de referência, classe social, perfil psicográfico e comportamental.

Os resultados das pesquisas sobre marketing empresarial passaram a embasar as peças publicitárias divulgadas pelos meios de comunicação. Com isso, a propaganda passou a emular desejos inconscientes, localizados nas áreas mais instintivas do cérebro humano (como sexo, violência, etc.), com o objetivo de despertar o impulso para a compra de mercadorias. Além disso, o consumo relacionado à imagem e ao status social passa a ser central no discurso das campanhas de propaganda.

A partir da década de 1990, os estudos sobre a propaganda e o marketing ganharão novo impulso. O avanço nas pesquisas sobre o funcionamento do cérebro humano possibilitará o progresso de um novo campo de estudos do marketing e da propaganda: o chamado Neuromarketing. Como o próprio nome sugere, o neuromarketing utiliza os avanços científicos e tecnológicos da neurociência para identificar os impulsos gerados pelo cérebro humano que influenciam em sentidos e emoções que levam o consumidor a comprar. Dessa forma, para medir as atividades inconscientes do cérebro humano, o neuromarketing mobiliza vários equipamentos desenvolvidos pela neurociência, tais como: Ressonância Magnética Funcional (para medir a quantidade de sangue em determinada parte do cérebro), Eye tracking (câmeras que monitoram o direcionamento do olhar das pessoas), Eletroencefalograma (para detectar a ativação de áreas do cérebro), a Eletromiografia Facial (que mede e avalia as propriedades fisiológicas dos músculos presentes na face), dentre outros equipamentos neurológicos que pretendem mensurar, com o máximo de exatidão, o engajamento emocional, o potencial de memorização dos estímulos, o esforço de atenção e as emoções (positivas e negativas) geradas nos consumidores. (CAMARGO, 2009).

O desenvolvimento dos estudos científicos da psicologia comportamental e do neuromarketing representam um incremento importante para o impulso da grande indústria

da propaganda do século XXI. Diferentemente do século XX, tal indústria não se limita mais a construir peças publicitárias que apenas repassam informações e impulsionam interesses de consumidores passivos, agora o desafio é captar informações individuais precisas sobre hábitos de consumo, interesses pessoais e desejos reprimidos dos consumidores, depois concentrá-las em uma mega base de dados, para logo a seguir analisá-las rapidamente com o intuito de, tanto informar a indústria manufatureira, o mercado financeiro, o comércio varejista, etc... sobre as demandas do mercado, como também auxiliar na construção de campanhas de marketing e propaganda direcionadas a grupos de consumidores específicos difundindo um conjunto de ideologias que direcionem com precisão quase cirúrgica as necessidades e desejos de consumo.

Mas a realização dessa verdadeira indústria da manipulação, que visa fornecer informações sobre a demanda dos consumidores em tempo real para as diversas indústrias do mercado capitalista, só será possível com o desenvolvimento das tecnologias da informação e a ascensão dos grandes conglomerados monopolistas do chamado mercado de *Big Data*.

Em maio de 2013, Edward Snowden, um funcionário terceirizado para a NSA, a Agência de Segurança Nacional, principal órgão de inteligência digital dos Estados Unidos, enviou uma série de documentos ultrassecretos a jornalistas. Em junho, os documentos vazados são publicados em primeira mão no jornal inglês *The Guardian*. A reportagem revelava um mega esquema de espionagem de Estados e vigilância dos cidadãos, desenvolvido pela estrutura militar dos EUA com o auxílio das novas tecnologias informacionais. A papelada mostrava que a empresa de telecomunicações Verizon foi pressionada pelo governo dos EUA a fornecer milhões de registros telefônicos feitos por líderes de diversas nações, funcionários públicos de vários países, multinacionais estratégicas e cidadãos americanos. Além disso, a matéria informava a existência do PRISM, nome dado ao programa desenvolvido pela Agência Nacional de Segurança americana para revelar informações de pessoas em todo o mundo que utilizam serviços de grandes corporações estadunidenses, como Apple, Microsoft, Amazon, Google e Facebook.

Os documentos vazados por Snowden revelaram ao mundo o poder de vigilância e espionagem nas mãos do imperialismo estadunidense. A tecnologia informacional desenvolvida pela estrutura militar de espionagem do Estado americano utilizava-se principalmente da internet como base principal de acesso a e-mails, rede sociais, computadores, notebooks e celulares smartphones com seus microfones, câmeras e Gps, entre outras formas de acesso a informações pessoais. Uma tecnologia que hoje não cessa de progredir a cada ano e que está inteiramente disponível aos grandes conglomerados de empresas capitalistas (de diversos e variados setores), que investem pesado na inovação e incremento desses novos equipamentos para identificar, e muitas vezes quem sabe prever, as demandas de mercado, que como vimos anteriormente, são parte constitutiva das atuais estratégias “flexíveis” de reprodução ampliada do capital.

De acordo com Zuboff (2020), em meados da década de 1990, na visão dos otimistas liberais, a internet era um vasto campo de possibilidades e desenvolvimento de novos empreendimentos que prometiam a realização de um mundo de compartilhamento dos conhecimentos e de conexão entre as pessoas. Porém, as promessas redentoras da internet logo foram devastadas pela inescapável lógica do capital, que produziu uma intensa concorrência e a busca desenfreada por lucros típica de qualquer mercado. O abundante

volume de capital monetário investido, logo gerou bolhas especulativas de capital fictício que produziram a conhecida “bolha da internet” em 2001. O estouro da bolha especulativa da internet dizimou médias e pequenas empresas, gerando fusões e aquisições que ocasionaram um típico processo de centralização e concentração de capitais, dando origem aos grandes conglomerados empresariais da internet e dos softwares que conhecemos hoje em dia: Google, Amazon, Microsoft, Apple, Facebook (hoje um conglomerado conhecido como Meta), Twitter, Netflix, dentre outros.

Para Zuboff (2020) a Amazon e a Google são as duas empresas pioneiras em desenvolver estratégias de utilização da internet para captar e analisar dados pessoais dos usuários. De acordo com Caribé (2019), Jeff Bezos, da Amazon, atingiu, em 1997, a marca de um milhão de clientes de livros através da análise dos dados pessoais e comportamentos de clientes.

Ao “observar” o comportamento dos clientes, com o objetivo de ofertar livros com maior chance de compra, a Amazon pavimentou o capitalismo de vigilância, em outras palavras, a Amazon extraía dados dos clientes, e os modelava na busca de padrões, e através de homofilia, estabelecia relacionamentos, produzindo indicações para o cliente, visando “aprimorar” a sua experiência. (CARIBÉ, 2019, pág. 6).

Ainda segundo o mesmo autor, dez anos mais tarde, em 2007, a Amazon lança a plataforma e o aparelho de leitura digital (e-book) Kindle, passando a extrair dados cada vez mais precisos sobre o hábito de leitura de seus clientes (tais como: interesse, horário de leitura, destaques e compartilhamento de texto) e a organizar suas campanhas de marketing personalizado.

Desde a década de 1990, a ambição do até então site de buscas Google era armazenar o máximo de páginas da internet possível. Tal ambição foi se tornando possível com o desenvolvimento da tecnologia de armazenagem em nuvem e seu barateamento de preço no mercado.¹³ Ao longo da primeira década dos anos 2000, Google e Amazon incrementam o mercado de publicidade na internet criando várias ferramentas que estimulam o investimento em propaganda e a captura de dados pessoais dos consumidores. Uma das ferramentas mais importantes para fisgar as informações dos usuários é conhecida como “tracker cookie” ou rastreador.¹⁴ Segundo Caribé (2019), estas ferramentas são, na verdade, códigos computacionais oferecidos aos anunciantes para que as insiram em seus sites e blogs. Tais códigos funcionam como “janelas” para que Google e Amazon acessem as informações contidas nos sites visitados.

Conteúdo da página, tempo de permanência, rolagem de tela, links clicados, itens consultados (se for uma loja virtual), referenciador (como o usuário chegou ao site), são algumas das informações possíveis de serem extraídas com auxílio tracker. Ao navegar por diversas páginas que possuam trackers, o usuário permite involuntariamente ao Google, Amazon, Facebook, Twitter e outros, extraírem os dados de sua navegação. (CARIBÉ, 2019, pag. 7).

O rastreo de informações pessoais ganha novas possibilidades de personalização com o lançamento do Gmail e da rede social Orkut em 2004. Através dessas duas ferramentas o Google agora podia ter acesso a dados cadastrais dos usuários personalizando suas

informações ao cruzar tais dados com os até então anônimos consumidores dos sites e blogs. (CARIBÉ, 2019). A partir da possibilidade de publicar fotos e participar de grupos temáticos, a rede social do Orkut trouxe um rosto e uma identificação de grupo para os consumidores, dando início a uma espécie de cultura contemporânea da autoexposição na internet. Uma forma criativa de unir as descobertas da psicologia comportamental e do neuromarketing com as ferramentas tecnológicas de captura de dados da internet, possibilitando desenvolver estratégias de marketing direcionadas e, assim, moldar comportamentos para que o próprio consumidor sinta a necessidade de expor suas informações mais íntimas para as empresas capitalistas.

De acordo com matéria publicada pela Revista Arco da UFSM, os conhecimentos da psicologia comportamental e do neuromarketing ajudaram a projetar nas redes sociais um sistema de retribuições e prêmios que aguçam algumas regiões do cérebro estimulando a liberação de dopamina e viciando o usuário.

[...] Nas redes sociais os reforços positivos são constantes: curtidas, comentários em publicações e atualização dos feeds. Esses elementos são chamados de reforçadores de razão variável, porque nunca se sabe quando ou em que quantidade essa recompensa virá, como se fosse em uma máquina caça-níquel. Por meio dos esquemas de reforçamento, gradualmente o usuário das redes sociais passa a agir como um apostador: toda vez que olha para o celular, sente vontade de checar seus perfis para ver se há algum prêmio reservado para ele. Quando esse prêmio está lá, ocorre a liberação de dopamina. Isso ocorre diversas vezes ao dia e exige pouco esforço do usuário, que deve apenas se manter conectado e ativo. (UFSM, 2021, pág. 01).

A derrocada do Orkut e a popularização do Facebook a partir de 2011 intensificou ainda mais tais tendências. O laboratório Iugoslavo Share Labs desenvolveu uma pesquisa que detalha a estratégia de extração de dados dos usuários do Facebook. A pesquisa aponta que o aplicativo Facebook acessa 42 funções e sensores do smartphone, dentre elas leitura e gravação de agenda, lista de telefones, mensagens de SMS, câmeras, microfones, redes wifi próximas e informações de geoposicionamento do GPS. (JOLER.; PETROVSKI, 2016).

Outras novidades do desenvolvimento tecnológico para a captura de informações não cessam de serem produzidas atualmente. Com a gradativa ampliação da internet 5G de alta velocidade, em pouco tempo, haverá a popularização da chamada internet das coisas (conhecida pela sigla em inglês IOT – Internet of Things) que, assim como já acontece com o maquinário da grande indústria 4.0, possibilitará a conexão de vários aparelhos eletrônicos entre si e com a internet fazendo com que nossos eletrodomésticos (geladeira, fogões, televisores, etc) se transformem em máquinas de extração de dados e informações que serão enviados em tempo real para o Big Data.

A partir do Big Data se realiza o armazenamento dos dados brutos extraídos, estes, por sua vez, são modelados e apresentados em gráficos de relacionamento através de processamentos algorítmicos conhecidos pelo nome de *machine learning*¹³. O desenvolvimento

¹³ O machine learning, ou aprendizado de máquina, é um subcampo da Inteligência Artificial que permite que máquinas e sistemas aprendam de forma parcial ou totalmente autônoma. Para isso, devem ser alimentados por grandes volumes de dados. Assim, essa tecnologia possibilita a leitura de informações, a identificação de padrões, a coleta de dados e a tomada de decisões com base na sua própria experiência. Para que isso seja possível, os sistemas utilizam algoritmos altamente

das ferramentas digitais de extração de dados e o grande poder de armazenamento do Big Data somado aos complexos algoritmos digitais utilizados pela Google, Facebook e Amazon (além de outras empresas do ramo) permitem transformar a internet num veículo para a construção de um grande laboratório para não só observar, mas também direcionar comportamentos e necessidades de consumidores das mais variadas mercadorias.

O que chama a atenção é que tais estratégias de marketing manipulatório têm sido utilizadas inclusive para direcionar escolhas políticas. Em 2018, o Facebook foi acusado de vender informações de mais de 50 milhões de usuários para a empresa Cambridge Analytica¹⁴ que utilizou tais dados pessoais para fazer propaganda política. Segundo investigação dos jornais The Guardian e The New York Times, a Cambridge Analytica teria comprado acesso a informações pessoais de usuários do Facebook e usado esses dados para criar um sistema que permitiu prever e influenciar as escolhas dos eleitores nas eleições presidenciais dos EUA que elegeram Donald Trump em 2016. Em 2019, a empresa se declarou culpada e foi condenada por um tribunal de Londres a multa de 15 mil libras (US\$ 19,1 mil ou 16,7 mil euros).

Tentamos sintetizar neste texto algumas das múltiplas determinações que compõem o fenômeno atual de intensificação das características manipulatórias no capitalismo contemporâneo. Pelos limites do presente artigo, vários elementos podem ter escapado ou carecem de exigirem uma elaboração teórica mais profunda, mas a análise apresentada até aqui nos permite concluir que estamos diante de uma nova fronteira do fenômeno da manipulação capitalista. Tais características possuem pesadas consequências sobre as formas de alienação e reificação, a consciência de classe e a luta política e ideológica no capitalismo contemporâneo.

6. À guisa de conclusão: as consequências da nova fronteira da manipulação e a luta ideopolítica pelo tempo livre.

A maioria dos estudos e pesquisas que se debruçam sobre as consequências da intensificação da manipulação no capitalismo contemporâneo tendem a ressaltar como principal resultado a questão da invasão de privacidade do indivíduo. Essa é a crítica presente no best-seller “*A era do capitalismo de vigilância*” de Shoshana Zuboff ou em publicações um pouco mais críticas como o livro “*Cyberpunks*” do ativista digital Julian Assange. Guardadas as devidas diferenças entre esses autores e respeitando a importância do ativismo político de Assange e suas denúncias contra a espionagem dos EUA – que inclusive o levou a ser atualmente um símbolo da luta contra o imperialismo digital ianque – tais análises esbarram no limite do pensamento liberal e nas soluções pequeno-burguesas para o grande desafio da luta contra a manipulação do capital.

complexos e o Big Data para criar conexões que os tornam capazes de executar tarefas automaticamente sem a necessidade de serem reprogramados. (NEOWAY, 2020).

¹⁴ A Cambridge Analytica é uma empresa de análise de dados que trabalhou com o time responsável para campanha do republicano Donald Trump nas eleições de 2016, nos Estados Unidos. Na Europa a empresa foi contratada para desenvolver a campanha publicitária do Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia). A empresa é propriedade do bilionário do mercado financeiro Robert Mercer e era presidida, à época, por Steve Bannon, então principal assessor de Trump e liderança intelectual da extrema-direita.

Em nosso entendimento, para além das alternativas liberais citadas, que limitam as suas críticas à violação de privacidade dos cidadãos pelas empresas de Big Data, um caminho fecundo para uma análise rica de determinações e uma crítica radical ao fenômeno da manipulação contemporânea pode ser trilhado através da recuperação e renovação das inestimáveis considerações de György Lukács sobre o tema.

Nas suas últimas obras publicadas, Lukács (2018; 2014) mostra como da tendência de expansão e de concentração do capital se desenvolve um amplo sistema de manipulação que se espalha pelos múltiplos aspectos da vida cotidiana e assume as mais inesperadas formas de degradação da vida material e espiritual da humanidade. Segundo o autor, o surgimento da manipulação capitalista está ligado ao surgimento da produção em massa e sua mediação em relação aos consumidores singulares. De acordo com Lukács (2014), o ambiente sócio-cultural instaurado pela “sociedade da manipulação” surgiu pela primeira vez como possibilidade histórica com a escalada de Hitler na Alemanha.

No livro “A destruição da razão” (2020), Lukács já havia procurado mostrar como a “concepção de mundo” do hitlerismo foi o produto gradualmente maturado de um secular desenvolvimento reacionário verificado no plano social e de concepções de mundo. Tal visão de mundo adquiriu força de urgência política, quando o impulso da reação, sobretudo alemã, convergiu com os interesses da fase imperialista do capitalismo. A partir daí, o hitlerismo se tornou ideologia no sentido literal do termo (isto é, meio para lutar em um conflito sócio-econômico vital para esta formação) quando conseguiu dar às estruturas do pensamento explicitamente reacionário a aparência de uma transformação revolucionária. Elucidativamente, Lukács (2018) indica que Hitler não apenas conseguiu superar a grave crise alemã, mas entre seus projetos sociais mais importantes figurava uma questão que se tornará fundamental para a manipulação capitalista a partir daí: modelar o tempo livre do trabalhador de modo a adequá-lo ao sistema. Seguindo essa lógica é que Hitler fala de uma natureza “feminil” das massas, exprimindo através de uma formulação claramente misógina, tanto a própria vontade de dar as massas trabalhadoras uma forma correspondente aos seus propósitos particulares, quanto o seu convencimento que elas estejam acostumadas a serem modeladas e manipuladas. Hitler não simplesmente restaurou o domínio do anterior capitalismo imperialista dos monopólios, mas também deu-lhe alguns traços novos e importantes, que só poderiam progredir através do desenvolvimento pleno do aparato ideológico do “americanismo” nos EUA após a segunda guerra mundial. (LUKACS, 2018). Lukács conclui que Hitler, ao desenvolver uma forma de “manipulação brutal”, abriu o caminho para a forma de “manipulação sofisticada” que se desenvolverá plenamente a partir do pós-segunda guerra mundial difundindo o mais baixo grau da particularidade como limite para o desenvolvimento humano.

Hoje, com o objetivo de captar as informações sobre a qualidade da mercadoria, os interesses de consumo, a demanda de mercado, tal sistema de “manipulação sofisticada” passa ser indispensável no atual patamar de desenvolvimento econômico do capitalismo. Atualmente, o imperativo da manipulação torna-se cada vez mais fundamental para uma economia capitalista baseada na gestão “flexível” da produção, que para coletar, centralizar e gerir as informações pessoais sobre os consumidores, tende a espalhar a manipulação para setores ainda mais vastos e ocupando espaços até então inalcançáveis da vida social.

Para Lukács (2018) a consequência mais degradante do sistema de manipulação capitalista é que o consumo de prestígio e os mecanismos de manipulação quanto mais se

espraíam pelo cotidiano capitalista tendem a intensificar e renovar as reificações, que são as formas de alienação típicas do capitalismo. Ao influenciar na escolha das alternativas a cada momento postas pelo desenvolvimento social à ação de cada indivíduo, os complexos ideológicos mediadores desempenham papel fundamental no desenvolvimento de cada individualidade e dessa forma direcionam o devir dos homens para realizações mais genéricas ou ações que permanecem no estreito limite da particularidade burguesa. Dessa maneira, se aproveitando do fato histórico-concreto de que a humanidade pode frequentemente se ocupar “com paixão” de muitas coisas irrelevantes, a moderna manipulação se ocupa – e frequentemente com grande eficácia – de alimentar as características mais mesquinhas e os instintos mais egoístas que estimulam de forma intensiva e cotidiana o grau mais baixo de particularidade dos indivíduos.

Na análise de Lukács (2018), as alienações são historicamente determinadas por diferentes formações sociais e correspondem às barreiras geradas pelos próprios homens à plena explicitação do gênero humano e dos indivíduos singulares. Nas suas palavras, o filósofo húngaro resume assim o fenômeno:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar, etc. a personalidade do homem. (LUKÁCS, 2018, pag. 504).

Dessa forma, os mecanismos atuais da manipulação capitalista, quanto mais se espraíam pelos diversos poros da vida social, tendem a eliminar da vida cotidiana dos indivíduos a aspiração para generidade, ou seja, a tendência dos indivíduos a romperem com a sua particularidade e a vislumbrarem soluções coletivas para os problemas cotidianos são obstaculizadas pela manipulação. Em outras palavras, o bombardeio das campanhas de marketing e propaganda que invadem o cotidiano dos indivíduos e direcionam suas emoções, desejos e interesses tendem a aprisioná-lo em uma abstração sempre mais imediata e superficial da sua própria particularidade. Baseados nas análises sobre os atuais mecanismos de manipulação do capital, podemos concluir que a racionalidade lucrativa da indústria da propaganda e do marketing, ao estimular os sentimentos e emoções mais irracionais nos indivíduos, em campanhas publicitárias que vão “desde as eleições do presidente até o consumo de gravatas e cigarros” (LUKÁCS, 2014, pag. 66) jogam água no moinho da construção do atual ambiente sócio-político-cultural irracionalista, criando obstáculos cada vez maiores para que os indivíduos reconheçam que seus problemas imediatos e particulares são parte constituinte dos desafios coletivos que afetam toda a humanidade.

Apesar de todo poder concentrado nas grandes corporações capitalistas para dirigir as consciências individuais é preciso ressaltar que a manipulação não é, e nem pode ser, onipotente. Todo esse complexo fenômeno está longe de eliminar antigas e novas contradições do capital. O capitalismo contemporâneo desenvolveu como nunca as forças produtivas e as tecnologias poupadoras de trabalho humano¹⁵, possibilitando que o tempo

¹⁵ Não devemos esquecer que toda tecnologia, como parte do desenvolvimento das forças produtivas de uma época histórica, sempre guarda contradições e pode ser redirecionada em seus objetivos pelas relações sociais de produção.

livre fosse uma realidade concreta ao menos para uma parcela da força de trabalho. No entanto, o mesmo desenvolvimento tecnológico que coloca como possibilidade histórica o reino da liberdade e do tempo livre é a mesma tecnologia que, sob as relações sociais capitalistas, serve de mediação para reafirmar o reino da necessidade intensificando a exploração, aumentando a miséria e ampliando o controle e a manipulação dos indivíduos. Nesse sentido, a cada movimento do capital para ampliar suas taxas de lucro abre-se contraditoriamente novas possibilidades para a luta política e ideológica dos trabalhadores organizados. Ao intensificar a expropriação e concentração de riquezas, o capital amplia em seu polo oposto a quantidade de trabalhadores assalariados em todos os setores da economia; ao desenvolver novas tecnologias poupadoras de trabalho, aumenta o desemprego e a miséria de amplas parcelas da população; ao produzir novas tecnologias da informação em nome da manipulação, também gera novas possibilidades de comunicação, agitação e propaganda do movimento dos trabalhadores.

Óbvio que com todo o desenvolvimento científico e tecnológico, que embasa a grande indústria capitalista da manipulação, torna-se mais problemático e complexo construir formas de luta ideológica que despertem na classe trabalhadora àquelas necessidades que sustentam o desenvolvimento da personalidade, da consciência de classe e das soluções coletivas para os problemas concretos. No entanto, Lukács (2014), mais uma vez nos mostra como a manipulação não pode ser absoluta, uma vez que as contradições da sociedade capitalista e sua dinâmica continuam a produzir acumulação de riqueza de um lado e aumento da miséria no polo oposto. Nesse sentido, pela sua própria dinâmica, o capital não pode satisfazer todas as necessidades prometidas aos indivíduos no âmbito do consumo, o que, irremediavelmente gera explosões de inconformismo e revolta contra as ações manipulatórias.

A partir dessas contradições, inescapáveis à lógica do capital, a batalha ideopolítica da classe trabalhadora precisa se renovar e construir formas de organização e lutas adequadas aos novos tempos. O combate às características manipulatórias do capitalismo contemporâneo deve ser travado em diversas frentes: políticas, ideológicas, culturais, artísticas, etc., em oposição frontal a transformação do tempo livre do trabalhador em tempo livre do capital. Como sublinha o velho filósofo húngaro:

Em geral, esquecemo-nos de que grande parte da tecnologia é um gênero de posições socialmente condicionadas, terminando-se assim por considerar as posições tecnológicas do capitalismo, em certa medida, como uma coisa em si, ligada à essência do homem. Este é o aspecto da questão que se relaciona com o trabalho. O outro aspecto é a transformação do tempo livre em *otium*, a qual, por ora, não pode ser mais do que um trabalho ideológico feito para tornar cada vez mais claro como esta manipulação é contrária aos interesses propriamente humanos. (LUKACS, 2014, pág. 69)

O grande desafio é tentar ocupar os espaços de tempo livre dos trabalhadores e trabalhadoras com o objetivo de transformar o inconformismo fragmentado e desconexo contra as diversas formas de exploração e opressão do capital em um movimento coeso e organizado que consiga conquistar as consciências para a luta política do trabalho contra o capital e pela transição socialista. Só sob tais condições é possível pensar na maximização do

tempo livre como caminho para a transformação do reino da necessidade em reino da liberdade e de uma vida plena de sentido.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CAMARGO, P. **Neuromarketing – Descodificando a Mente do Consumidor**. Lisboa: IPAM – Instituto Português de Administração de Marketing, 2009.
- CARIBÉ, J.C. Uma perspectiva Histórica e Sistêmica do Capitalismo de Vigilância. In: **Revista Inteligência Empresarial**, n. 41, 2019.
- DURAND, Jean-Pierre. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. São Paulo: Depto. Sociologia, USP. **Revista Tempo Social**, Volume 15, número 1, maio de 2003.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2011.
- GROHMANN, Rafael. Plataformização do Trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- JOLER, V.; PETROVSKI, A. **Immaterial Labour and Data Harvesting**. ShareLab. 2016. Disponível em: <<https://labs.rs/en/facebook-algorithmic-factory-immaterial-labour-and-data-harvesting/>>. Acesso em: 22/07/2023.
- JUSTO, Carmen Silva P.; MASSIMI, Marina. **Contribuições da Psicologia para Área do Marketing e do Conceito de Consumidor**: Uma Perspectiva Histórica. In: Revista Psicologia e Saúde.
- LUKACS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social**. Volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- LUKACS, G. **Conversando com Lukács** (Entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz). São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LUKACS, G. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LENIN, V.I. **Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- NEOWAY. **Big Data: O que é, para que serve e mais**. Disponível em: <https://blog.neoway.com.br/categoria/tecnologia/>. Acesso em: 22/07/2023.

NETTO, J. P. Uma Face Contemporânea da Barbárie. **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436>. Acesso em: 31 jul. 2023.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de Destruição em Massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. São Paulo: Rua do Sabão, 2020.

PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada**: capitalismo financeiro e revolução informacional. Florianópolis: Insular, 2016.

PINTO, Geraldo Augusto. A Indústria 4.0 na Cadeia Automotiva: a Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo. In: ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ROMERO, Daniel. **Marx e a Técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: expressão popular, 2005.

SOLOMON, P. **O comportamento do consumidor**: comprando, possuindo e sendo. Porto Alegre: Bookman, 2002.

TORI, R; KIRNER, R; SISCOU'TTO, R. **Fundamentos e Tecnologia de Realidade Aumentada**. Porto Alegre: SBC, 2006.

UFSM. **Como Redes Sociais hackeiam sua mente**. In: Revista Arco de jornalismo Científico e Cultural, 2021. Disponível em: <https://ufsm.br/r-601-6374>. Acesso em 22/06/2023.

ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Direita antissistema ou triunfo temporário do capitalismo manipulatório no século XXI?

Mavi Rodrigues

Na primeira década do século XXI, assistimos a um aparente paradoxo: o surgimento de segmentos de direita que cultivam uma política de ódio contra as (mal)chamadas minorias e, simultaneamente, empenham-se em mimetizar as formas de protesto e indignação historicamente identificadas com forças de esquerda. Exemplos desse mimetismo ficaram evidentes nos atos de rua, promovidos por negacionistas, que, durante a pandemia da Covid-19, denunciaram como arbitrárias e tirânicas as exigências da vacinação e as restrições sanitárias de mobilidade de combate ao contágio, bradando por *Liberdade* e exibindo cartazes com bordões usados em passeatas feministas como *Meu corpo, minhas regras*.

Ocorridas quando o número de mortos oficiais, embora subestimado, já ultrapassava cinco milhões, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), duas manifestações contra o passaporte vacinal¹ ajudam a mensurar a magnitude desse fenômeno: as que se espalharam por várias cidades na França ao longo de 2021 e chegaram a reunir em 4 de setembro cerca de 140 mil pessoas;² e a de fevereiro de 2022, em Windsor, cidade canadense localizada na divisa com os Estados Unidos, que bloqueou por cerca de uma semana, a Ponte Ambassador, uma das principais artérias comerciais do país, acarretando um prejuízo para a indústria de peças automobilísticas de cerca de 1 bilhão de dólares canadenses (US\$ 790 milhões ou R\$ 4 bilhões), de acordo com a BBC³.

A capacidade de mobilização popular dessa extrema-direita já havia sido demonstrada dez anos antes da eclosão da pandemia causada pelo coronavírus (SARS- CoV-2), período em que presenciamos protestos de rua massivos – primeiro na Europa e, depois, em alguns países latino-americanos, especialmente no México, no Peru e na Colômbia, logo após 2010, ano da difusão, por associações católicas e evangélicas conservadoras, de uma campanha internacional contra a “ideologia de gênero”, expressão adotada no combate ao avanço das políticas de igualdade de gênero e diversidade sexual que se mostrou eficaz na incitação à participação política contra tudo aquilo que, supostamente, ameaçaria as concepções tradicionais de família e ordem sexual, desde a legalização de casamentos homoafetivos até as políticas de educação sexual em escolas (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 22).

Imitar as *formas de ser* das esquerdas tem sido a via pela qual essa *nova* direita tem buscado realizar a sua pretensão maior: ser identificada como uma força política rebelde contra o sistema. Uma ambição que não se opõe, antes se entrelaça, à antedita política de

¹ Dado extraído de matéria publicada no site eletrônico da UOL: *Os principais acontecimentos de 2021 no mundo em UOL*.

Disponível em: [https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2021/12/27/os-principais-acontecimentos-de-2021-no-mundo.htm#:~:text=Paris%2C%2027%20dez%202021%20\(AFP,acontecimento%20no%20mundo%20em%202021](https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2021/12/27/os-principais-acontecimentos-de-2021-no-mundo.htm#:~:text=Paris%2C%2027%20dez%202021%20(AFP,acontecimento%20no%20mundo%20em%202021)

² Uma curta reportagem sobre as manifestações de rua ocorridas nas cidades francesas ao longo do ano de 2021 foi publicada na web sob o título *Na França milhares de pessoas protestam contra passe que atesta vacinação*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/04/na-franca-milhares-de-pessoas-protestam-contrapasse-que-atesta-a-vacinacao.ghtml>.

³ Breve notícia sobre o protesto em Windsor pode ser encontrada em *A reação do Canadá que pôs fim ao protesto contra passaporte de vacinas*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60382584>.

ódio a “caçar” bodes expiatórios entre mulheres, população negra e LGBTQIA+, imigrantes, povos originários, ciganos, entre outros. O entrelaçar desses dois elementos foi um dos componentes centrais da experiência do fascismo na Alemanha (1933 – 1945) e na Itália (1922 a 1943), cuja presença – em formas e graus variados e nem sempre explicitados – na heterogênea extrema-direita do século XXI nos autoriza a adjetivá-la de neofascista⁴, adjetivo que nos instiga a identificar não apenas as relações de continuidade existentes com o fascismo histórico, como também as inúmeras novidades.

Ao acolher este desafio, o texto busca avançar na compreensão crítica dessa *nova* extrema-direita, situando-a no interior da dinâmica e das contradições da *era do capitalismo manipulatório*; mais especificamente, procura localizar a sua origem deste a partir de 2008 quando a *crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2011) conheceu um segundo capítulo. Ao formular a categoria *capitalismo manipulatório*, quando redigia sua monumental *Para uma ontologia do ser social* (iniciada em 1963 e concluída em 1969), G. Lukács conseguiu antecipar as tendências de desenvolvimento da dinâmica cultural e política do capitalismo tardio e, por conseguinte, dos traços mais elementares da ideologia dominante que somente se tornariam evidentes no século XXI. Tal antecipação se fez acompanhada da identificação dos dilemas que o projeto socialista revolucionário experimentaria desde então.

Atualizar (teórica e historicamente) a referida categoria consiste numa das principais tarefas que as jovens gerações de marxistas devem realizar se quiserem se contrapor às formulações irracionistas que impregnam a produção cultural do capitalismo contemporâneo desde os fins dos anos 1970. Estas têm repercutido até mesmo entre a intelectualidade de esquerda no cultivo do modismo pós-moderno e de sua derivação numa via conservadora do pensamento de(s)colonial⁵. Na ausência dessa contraposição, o poder de imantação teórico-cultural das ideias *neofascistas* sai fortalecido.

Bem mais limitado do que a tarefa antedita, o propósito do presente capítulo é contribuir para a compreensão de como a extrema-direita, no decorrer do capitalismo contemporâneo, pôde se metamorfosear, no debate de ideias, num signo de rebeldia.

I

Embora o *neofascismo* mantenha com o fascismo histórico uma relação de continuidade, é fundamental ressaltar as suas particularidades, uma vez que o solo histórico do seu nascimento difere daquele que gestou o nazifascismo. Suas razões de ser (surgimento e conteúdo), bem como as suas formas, guardam estreitas relações com a *crise estrutural do capital*, aprofundada em 2008. Não à toa, o *neofascismo* só se torna força política significativa, em várias regiões do mundo, a partir da crise do *subprime*, assumindo características próprias

⁴ Abordagens alternativas a adotada aqui no estudo da *nova* direita são as que têm utilizado as expressões pós-fascismo e até mesmo populismo de direita. Há ainda quem prefira fazer uso da denominação totalitarismo neoliberal, como Chauí (2019). Um bom e sintético balanço dos limites analíticos das leituras sobre o pós-fascismo e o populismo de direita pode ser encontrado em Mattos (2020) e em Löwy (2019). Recomendáveis para quem deseja ter um breve panorama dessa polêmica protagonizada por autores progressistas com horizontes de leitura diversos são duas coletâneas: uma organizada por Noam Chomsky e Chantal Mouffe sob o título *Neofascismo* (Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019) e a que foi publicada sob a coordenação de Cecília Honório e João Mineiro, intitulada *Novas e velhas extremas-direitas* (Lisboa: Parfaisal, 2021).

⁵ Uma primeira aproximação crítica acerca da relação existente entre o pós-modernismo e o heterogêneo pensamento de(s)colonial numa vertente que se pode chamar de conservadora foi por mim apresentada na mesa de encerramento do *V Encuentro Latino Americano de Profesionales, Docentes y Estudiantes de Trabajo Social* realizado de 18 a 20 de maio de 2023 na cidade de Tandil na Argentina e cuja versão mais desenvolvida saiu publicada recentemente pela *Revista Plaza Pública* (Cf. RODRIGUES, 2023).

em cada país. Assim, seus bodes expiatórios não são os mesmos em todos os locais: os principais inimigos dos *neofascistas* nos Estados Unidos e na Europa são os imigrantes, especialmente os mulçumanos, mas não se pode dizer o mesmo para o Brasil. Além disso, seus temas e conteúdos de agitação cultural podem variar bastante: ser mais ou menos recheados de argumentações religiosas fundamentalistas, expressar maior ou menor preocupação com a corrupção, explicitar ou não seu programa neoliberal.

Sem fazer dessa diversidade⁶ tábula rasa é possível identificar alguns traços comuns, dentre eles: uma crítica (parcial) ao liberalismo⁷, a defesa de um nacionalismo identitário xenófobo e/ou racista e a adoção de um invólucro *anti-establishment*. Como assinalado anteriormente, em torno desse terceiro traço se pode entender melhor a particularidade dessa extrema-direita, em outros termos: compreender o *neofascismo* requer indagar de que forma a “ideia da subversão (...) [migrou] para a direita nesse [sic] surpreendente século XXI” (QUADROS, 2020, p. 194).

Responder a essa pergunta, exige-nos decifrar o capitalismo do século XXI. Quem nos auxilia nessa empreitada teórica é G. Lukács que, em sua *Para uma ontologia do ser social*, ocupado em apreender os traços ontológicos (universais) da ideologia do capitalismo tardio, conseguiu capturar um elemento tornado vital ao Modo de Produção Capitalista (MPC) do Pós-Segunda Guerra, resultante das alterações processadas na economia: a constituição de um sistema manipulador de informações que, desbordando o âmbito do consumo, atingiu as demais esferas da vida social. Os efeitos desse capitalismo manipulatório sobre a cultura e a ideologia só se tornaram plenamente visíveis no fim dos anos 1970 quando a crise deste, antevista por Lukács, foi resolvida (no plano da política) a favor do grande capital.

A hipótese a subsidiar o presente texto é que as condições sócio-históricas do surgimento da aparente rebeldia *neofascista* devem ser localizadas exatamente nessa vitória do grande capital que conduziu a um triunfo temporário do capitalismo manipulatório e exponencial da sua ideologia anti-ideológica – cuja primeira expressão pode ser localizada nas teses do *fim da ideologia* e do *advento da sociedade pós-industrial* de Daniel Bell⁸, como se verá a seguir.

O sistema manipulatório - do qual nos fala a ontologia lukácsiana - resulta da expansão em escala da produção capitalista, quando os interesses do capitalismo em sua fase tardia, adentrando a esfera da reprodução social (do consumo, dos serviços), exigem a manipulação da vida cotidiana das pessoas como forma de realizar a venda de mercadorias, garantir o lucro e evitar as crises (LUKÁCS, 2013). No século XXI, a manipulação do capital se acentuou excepcionalmente mediada pela atuação das *Big Techs*, empresas oligopolistas de comunicação e tecnologias de informação (TICs), dominantes no mercado de extração,

⁶ Em grande parte, é essa heterogeneidade interna que tem alimentado uma viva polêmica acerca de como melhor conceituar o fenômeno (Cf. a nota de rodapé nº4).

⁷ A posição antiliberal do *neofascismo* parece não destoar do liberalismo da *nova* direita estadunidense dos anos 1960 que operou uma rejeição seletiva do pensamento liberal, pois ao mesmo tempo em que incorporou os postulados liberais da liberdade do mercado e do individualismo, condenou seu conteúdo racional e seus efeitos secularizadores. Para *neoconservadores* como Irving Kristol (2003), defensor da tradição e da religiosidade, o liberalismo é perigoso por produzir certo niilismo moral.

⁸ A estreita relação existente entre as duas teses (do *fim da ideologia* e da *sociedade pós-industrial*) é ressaltada pelo próprio Daniel Bell: “Meu ponto de partida foi um tema implícito no meu livro *The end of ideology* – o papel na sociedade da elaboração técnica de decisões. Na realidade, essa tomada técnica de decisões pode ser encarada como diametralmente oposta à ideologia: uma é calculadora e instrumental, e a outra emocional e expressiva. O tema de *The end of ideology* foi a exaustão das velhas paixões políticas; as teorias que se desenvolveram dando como resultado ‘*A sociedade pós-industrial*’ buscaram explorar o pensamento tecnocrático em seu relacionamento com a política” (BELL, 1973, p. 49).

processamento e comercialização de dados na *web*⁹ – na reprodução diária da vida dos indivíduos sociais. Isso ocorreu graças à popularização do uso de mercadorias como *smartphones*, TVs, computadores e, até mesmo, eletrodomésticos com sensores e conectados em rede (a internet das coisas) capazes de extrair e transmitir informações pessoais dos seus usuários, facultando, assim, a conversão de todos os aspectos do cotidiano em apelos publicitários (RODRIGUES; MOTA, 2021). O extraordinário poder das *Big Techs* de dirigir a conduta cotidiana dos indivíduos decorre de uma brutal mercantilização da vida social¹⁰, de um aprofundamento do domínio do capital monopolista na esfera da cultura, adentrando também no âmbito da política. O sujeito político beneficiário do fenômeno da instrumentalização mercantil da política mediada pelos oligopólios das TIC (*Idem*) é a extrema direita. Ilustrativas da estreita relação existente entre o *neofascismo* e a mercantilização da política são as notícias dos crimes cometidos pela empresa *Cambridge Analytica* no vazamento de informações dos usuários do *Facebook* e do uso destes para favorecerem o candidato Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. Além das informações da participação da referida empresa, no mesmo ano de 2016, na criação de perfis e conteúdos favoráveis aos grupos conservadores no plebiscito do *Brexit* sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia (UE) (EMPOLI, 2019). Acrescente-se, na atualidade, a popularização, em quase todo o mundo, de concepções islamofóbicas e “terraplanistas”, machistas, misóginas, homofóbicas e racistas em estreita conexão com a disseminação de *fake news*, resultado de uma indústria multibilionária de produção da desinformação e propaganda enganosa dominada pelos citados oligopólios¹¹.

A compreensão do robustecimento da manipulação no século XXI requer que se considere outro elemento: as lutas realizadas por múltiplos sujeitos (jovens, mulheres, negros, homossexuais, povos periféricos etc.) entre os anos 1960 e 1970 a compor o que tenho chamado de *longos anos 1960* (RODRIGUES, 2016) e que, para Lukács, representavam uma fissura no sistema manipulatório a produzir revoltas, corretamente analisadas, por ele, como um indicador da crise ideológica do capital. O desfecho dessa crise a favor do grande capital, da sua restauração (BRAGA, 1996), o velho filósofo comunista, falecido antes, não pôde conhecer. Porém, de forma extraordinária, Lukács antecipou a recomposição de uma nova ofensiva ideológica do capitalismo manipulatório num quadro de diluição da revolta e da

⁹ O mercado de extração de dados na *web* é dominado pelo grande capital ou, em termos mais exatos, pelos *monopólios digitais* (MARTINS, 2020, p. 28), compostos por cinco gigantes de tecnologia, todos estadunidenses, que, juntos, somaram quase US\$900 bilhões em receitas em 2019, segundo informação disponível em <<https://sottelli.com/big-techs-e-seu-papel-na-sociedade/>>. São eles: a **Alphabet**, *holding* que administra todos os serviços do Google, que não é apenas um dos mais conhecidos mecanismos de pesquisa na internet, também é pioneiro em navegação pela rede (Chrome), em *smartphones* (Android) e em *streaming* de vídeo (YouTube); a **Microsoft**, fundada por Bill Gates e Paul Allen e desenvolvedora da Microsoft Office, é também investidora em servidores e serviços de nuvem, *notebooks*, rede social (LinkedIn), anúncios em pesquisas e no sistema operacional Windows; o **Facebook**, rede social de maior sucesso do mundo, dominante no mercado das mídias sociais, que comprou o Instagram (2012), o WhatsApp (2014) e é dona do Óculos Go (2014 – sistema de realidade virtual); a **Amazon**, gigante internacional do comércio eletrônico, trabalha também com *e-books*, serviços de *streaming*, soluções de casa inteligente, fabricação de eletrônicos e estúdio de cinema e televisão; e, finalmente, a **Apple**, líder em inovação e fornecimento de produtos e serviços exclusivos e investidora em seu *smartphone* e em muitos serviços digitais (Apple Music, Apple TV+ e iCloud).

¹⁰ A esse respeito, Martins (2020, p. 16) observou com razão que “Está ficando para trás a época do compartilhamento livre de músicas, filmes, livros e outros conteúdos. Agora, a ordem é pagar para ver filmes, ler notícias ou garantir alcance para uma publicação. A mercantilização da vida avança, assim, por meio de processos distintos, mas complementares: a digitalização, a produção e a coleta de dados sobre nós e sobre tudo, processo que tem sido chamado de datificação da sociedade, a modulação de comportamentos e a ampliação da vigilância”.

¹¹ Ao analisar a criação do *Movimento 5 estrelas* na Itália, um partido digital criado para atender aos anseios de internautas e que se tornou uma força relevante no cenário político italiano contemporâneo, o estudo de Empoli (2019) nos indica o mais alto grau ao qual a mercantilização da política pôde chegar no segundo decênio dos anos 2000.

constituição de uma espécie *sui generis* de resignação (porque) inconformista, como um possível resultado, caso os socialistas não encontrassem uma saída revolucionária para essa fissura (LUKÁCS, 2013; 2020).

A rebeldia do *neofascismo* – objeto de discussão deste texto - não seria a expressão da ofensiva ideológica triunfante da manipulação do capital? A resposta pode ser positiva desde que a consideremos como um processo histórico que, aberto desde a crise estrutural do capital na segunda metade dos anos 1970, é constituído por sucessivas e gradativas vitórias do capital, de um lado, e derrotas do operariado e dos trabalhadores, de outro.

Ajuda-nos a pensar nessa direção, a análise de Cueva (1989) acerca do giro à direita que o mundo ocidental deu como consequência das respostas para a crise que o grande capital conseguiu impor em vários países desde fins dos anos 1970, o que tornou precário o mundo do trabalho, destruiu os sistemas de seguridade social públicos e ampliou o poder do capital portador de juros. Esse giro representou uma verdadeira reviravolta na luta de classes, quando o capital conseguiu, na virada do século XX para o XXI, passar de uma posição defensiva para ofensiva (NETTO; BRAZ, 2010, p. 214) no exato momento em que o projeto revolucionário sofria uma grave derrota internacional. Esta, por sua vez, havia sido iniciada no final da década de 1970 com o arrefecimento das lutas vividas *nos longos anos 1960*, acompanhadas da interrupção da *Primavera de Praga* e completada dez anos após com o fim do “socialismo real” (RODRIGUES, 2016).

O estudo sobre a crise de 2008, com suas repercussões na economia, na política e na cultura, e a identificação, nessas esferas da vida social, de elementos semelhantes àqueles que conduziram Cueva a falar numa guinada à direita do capitalismo, levaram-me a especular sobre a ocorrência de um segundo giro (RODRIGUES, 2021). Desde então venho sustentando que o *crash* de 2008 abriu uma nova ofensiva do capital a sinalizar a consolidação da restauração do poder econômico e político dos monopólios. Indo um pouco mais além se pode sustentar que a aparição, a partir da primeira década dos anos 2000 de uma nova extrema-direita pretensamente rebelde, corresponderia ao triunfo do capitalismo manipulatório e a uma acentuação da sua ideologia anti-ideológica.

Para chegar a essa forma determinada, de ideologia *neofascista*, a ideologia do *fim da ideologia*, própria do capitalismo tardio, teve de passar da mera indiferenciação dos significados distintos e colidentes entre esquerda e direita para a proposição de sua inversão, algo algo tornado possível somente com a incorporação do ideário neoliberal pela social-democracia passou a incorporar o ideário neoliberal e pretensão da *Terceira Via* de Giddens de ir além da esquerda e da direita, como se verá a seguir.

II

Vindo a lume em 1994, o livro *Direita e esquerda* de Norberto Bobbio (2011) foi escrito com um propósito claro e inteiramente legítimo: enfrentar argumentações que desde o pós-guerra insistiam na indiferenciação de sentido da diáde esquerda e direita. Tal indiferenciação, como esclareceu Mészáros (2003), correspondeu à “ossatura” da ideologia dominante que, cultivada entre os imediatos anos do Pós-Segunda Guerra e a década de 1970, expressava-se como não ideológica, ou seja, ideologia convergente com aquela que, na ontologia lukacsiana, é a forma ideológica adequada ao sistema manipulatório do capitalismo.

O contra-argumento de Bobbio foi eficiente para confrontar a tese do *fim da história* de Francis Fukuyama, elaborada logo após o fim do socialismo real, mas se mostrou insuficiente para responder a renovação da social-democracia proposta por Antony Giddens que, num horizonte pretensamente transcendente da esquerda e da direita, incorporou elementos do ideário neoliberal. Não faltaram críticos que dispensaram à *Terceira Via* de Giddens o tratamento devido, qualificando-a com o que, de fato, ela se propôs ser: uma vertente do neoliberalismo. Nessa direção, o estudo de Ferreira (2016), concebe-a como uma versão musculada da agenda neoliberal dos anos 1980, de Thatcher e Reagan, e pretende demonstrar como suas proposições teóricas estão a serviço da defesa de uma política da exceção, fortalecida em toda a Europa desde a crise de 2008. Em leitura convergente, Castelo (2013) propõe entendê-la como parte do “social-liberalismo”, uma variante do neoliberalismo a comportar um duplo significado: a incorporação de uma agenda social para o programa neoliberal do grande capital e, simultaneamente, a decadência político-ideológica da social-democracia, esvaziada de suas lutas reformistas.

Em harmonia com esse horizonte de análise, mas buscando ir um pouco além, os argumentos apresentados nesta seção intencionam convencer os leitores da pertinência de tratar a *Terceira Via* como uma ideologia do capitalismo manipulatório tal qual apontado por Lukács, portanto, como anti-ideológica. Veremos como Giddens, embora pertença a um espectro distinto do de Daniel Bell, fundador do *neoconservadorismo* norte-americano (NETO, 2020), atualiza as teses do “advento da sociedade pós-industrial” (BELL, 1973) e do “fim da ideologia” (BELL, 1980).

A expressão *neoconservadorismo* é utilizada aqui para se referir a uma forma historicamente determinada do pensamento conservador: àquela cuja matriz teórica deve ser buscada nas elaborações da geração de pensadores estadunidenses liderada por Irving Kristol e projetada internacionalmente por Daniel Bell e que, conforme demonstra Neto (2020), forneceram os elementos centrais para o programa neoliberal de governo de Ronald Reagan¹².

A estreita conexão entre a *Terceira Via* e o pensamento *neoconservador* se evidencia de dois modos. O primeiro corresponde a um elemento comum à formulação dos *neoconservadores* norte-americanos e de Giddens: uma crítica de cunho moralista ao *Welfare State*. Um feito da geração de Irving Kristol e de Daniel Bell foi a inserção de uma agenda moral nas propostas de (contra)reforma neoliberais da era Reagan (KRISTOL, 2003, p. 377), isto desembocando na inauguração de uma nova ideologia do campo conservador e a proposição de uma nova denominação para os seus formuladores que passaram a ser chamados de *neoconservadores* ou simplesmente *neocons* (NETO, 2020).

Em Kristol, a condenação moral do Estado de Bem- Estar se dirige contra a capacidade dos programas, serviços e equipamentos sociais de responderem, numa dimensão pública e legal e, portanto, impessoal e laica, necessidades materiais de reprodução dos indivíduos sociais, antes providas por instituições tradicionais (como as famílias) e/ou

¹² Neto (2020, p. 8) ainda esclarece como os *neoconservadores*, ao se tornarem críticos de “quase todos os programas sociais que não estavam inseridos na lógica da economia de mercado”, legitimaram a reconfiguração da atuação estatal em resposta a um grave contexto de crise (interna e externa) de hegemonia dos Estados Unidos, deflagrada em fins dos anos 1960, num quadro de eminente derrota na Guerra do Vietnã, de evidência dos seus vultosos custos e da intensificação de diversos movimentos contrahegemônicos – desde aqueles que reivindicavam a paz e a ampliação dos direitos sociais até os que questionavam o padrão cultural do *American way of life* - edificador da liderança internacional estadunidense e do próprio capitalismo (NETO, 2020, p. 3).

religiosas (como as igrejas) que, ao exigirem a obediência a determinadas normas e costumes, supostamente, inibiam comportamentos indesejáveis (crimes, vícios etc.). Em outros termos, aquilo contra o qual os *neocons* se insurgiram foi justamente a diminuição do poder e da força de grupos intermediários coesivos que atuavam na mediação da relação entre os indivíduos e a sociedade quando se instauram políticas públicas como direitos sociais.

Elaboradas para fortalecer o trabalhismo inglês, partido historicamente identificado com a esquerda, as críticas de Giddens ao *Welfare* também se revestiram de um caráter moralizante. Mostra-se até mesmo inusitado o fato das suas reservas moralizadoras ao Estado de Bem-Estar se inserirem num horizonte que procura revigorar a social-democracia no final do século XX, em período posterior a queda do muro de Berlim. Tal revitalização implicava necessariamente, para o sociólogo britânico e ex-assessor de Tony Blair, incorporar, num contexto por ele descrito como o fim do consenso em torno do *Welfare* e de descrédito (final) do marxismo (GIDDENS, 1996), o conservadorismo de uma forma não conservadora. Com essa pretensão, Giddens (1996) acolheu o protesto dos *neoconservadores* contra a capacidade do neoliberalismo de desfazer símbolos e instituições tradicionais essenciais à promoção da solidariedade e coesão social, ao encorajar o livre jogo das forças do mercado. Nesta direção, o sociólogo da *Terceira Via* chegou a culpar o Estado de Bem-Estar por facultar aos homens o abandono das suas responsabilidades no sustento de suas mulheres e seus filhos.

A defesa da família e da tradição em oposição ao *Welfare* partilhada por *neoconservadores* e uma social-democracia renovada pela *Terceira Via* é produto de uma segunda convergência: uma afinidade na leitura da vida social (surpreendente) entre forças de direita e de esquerda. De tal monta que a análise societária de Giddens (assentada na ideia da sociedade de risco/da modernidade reflexiva) pode ser pensada como uma espécie de atualização da tese da *sociedade pós-industrial* de Daniel Bell. Em sua tese, Bell defende que a sociedade pós-industrial, distinta da industrial, não está organizada em torno da produção de bens e da maquinaria, mas sim da produção de serviços e da utilização crescente de conhecimento teórico e tecnologias intelectuais. Em linhas gerais, trata-se da afirmação de uma sociedade na qual o conhecimento tornou-se um elemento crucial (estruturante e dínamo da vida social), uma expressão do que Mészáros (2003) denominou de ideologia da pós-ideologia, correspondendo à tentativa de transformar os conflitos reais e antagonismos de classe da sociedade burguesa e seus embates ideológicos em “ilusão de práticas desorientadoras” (MÉSZÁROS, 2004, p. 109)¹³.

Além desta investida argumentativa em prol de uma suposta *sociedade pós-industrial*, a ideologia anti-ideológica conheceu, conforme demonstrou o filósofo húngaro e aluno de Lukács, diversas versões: desde o esforço em desqualificar o projeto socialista como ópio dos intelectuais (como o fez Raymond Aron), passando pela celebração aberta do *fim da ideologia* (de Daniel Bell) até a tentativa de, por meio da polémica entre a modernidade e a

¹³ Numa análise convergente com a ideologia não ideológica de Mészáros (2003), João Evangelista (2007) argumenta ser a tese da *sociedade pós-industrial* uma premissa fundamental na estruturação do pensamento pós-moderno, comprovando a sua pertinência ao analisar o livro de Lyotard, *A condição pós-moderna* – no qual o autor afirma ter a ciência se tornado uma força produtiva. Fato curioso a exigir maior estudo é o “pós-modernismo de inquietação” de Boaventura de Sousa Santos não deixar de considerar a ciência em termos muito semelhantes, sem, contudo, incorporar integralmente a tese de uma sociedade pós-industrial. Ao que parece, permanecem vivas e válidas, para os pós-modernos de inquietação, a sociedade industrial e as classes sociais que a constituem e também a disputa ideológica decorrente das lutas entre seus interesses antagonicos. Uma parte expressiva da crítica à política da austeridade em Portugal pode ser localizada em Boaventura e pesquisadores a ele associados, provavelmente como decorrência desta inflexão da tese de Daniel Bell (RODRIGUES, 2022).

pós-modernidade, tornar obsoletas categorias como classe e capitalismo. A sociologia de Giddens pode ser tomada como mais uma versão desta ideologia (pretensamente) não ideológica, por duas razões centrais. Em primeiro lugar porque, como todas as variantes da supracitada ideologia, esta sociologia parte do pressuposto de que estamos diante de um novo tipo de sociedade na qual “a ciência e a tecnologia ditam o que acontece ao corpo social” (MÉSZÁROS, 2004, p. 265).

Para Giddens, a sociedade contemporânea, caracterizada como a *era* de incertezas, é consequente produto da globalização impulsionada pela revolução tecnológica das telecomunicações que, ao conectar o mundo inteiro e alternar as relações espaço-temporais, modificou a natureza, dissolveu instituições e valores tradicionais e produziu riscos artificiais. Os riscos da vida social na atualidade, portanto, para a *Terceira Via*, são tão somente a resultante dos êxitos da modernidade (da ciência e da razão), nada devendo à acumulação do capital, sua estrutural exploração de classes e o obstinado empenho em subordinar o valor de uso ao valor de troca.

Em segundo lugar porque Giddens (1996) questionou a distinção entre direita e esquerda tal qual o economista John Kenneth Galbraith que, nos anos 1950, apostando na capacidade do capitalismo em resolver a escassez e a pobreza, colocou em xeque as condições da disputa de projetos antagônicos de classe e da existência da própria ideologia (MÉSZÁROS, 2004). Todavia, o sociólogo britânico foi muito além de Galbraith, pois operando uma inversão bem-sucedida de sinais entre a direita e a esquerda, identificou, de forma inédita, o conservadorismo com uma filosofia política radical, ao argumentar que, na Europa e outras partes do mundo, os conservadores já não mais se opõem às mudanças brutais e de longo alcance provocadas pelo capitalismo competitivo, e associou, de maneira igualmente inaudita, o socialismo com uma postura de preservação do existente, isto é, uma posição conservadora, que, para ele, estaria exemplificada na defesa do *Welfare State*¹⁴. Por meio desta inversão, a social-democracia da *Terceira Via* pôde antecipar em cerca de duas décadas uma das características que peculiariza a ideologia da nova extrema-direita disseminada em escala planetária a partir da crise do *subprime* em 2008: o *neofascismo* que tem se esforçado em “se apresentar como a via de uma mudança radical, de rebeldia diante do *status quo*, operando, assim, uma espécie de mimese da esquerda” (RODRIGUES, 2021b, p. 15).

III

A extrema direita do século XXI se veste de rebelde para encobrir sua natureza de classe. Portanto, a sua capa antissistema é consequência da instrumentalização da revolta e indignação fomentadas nas redes sociais e temperadas com um discurso de ódio por meio de *fake news*. Seu projeto oculto, graças a essa instrumentalização, condiz com um programa neoliberal radical (batizado por muitos de *ultraneoliberal*): a instituição de um autoritarismo compatível com a visão de mundo de uma oligarquia financeira fortalecida por uma dinâmica de acumulação cada vez mais subordinada aos interesses do capital portador de juros. Sua função, também devidamente dissimulada através de uma suposta luta do bem contra o mal, é tornar aceitável e natural a promoção da barbárie num momento em que, para deter a queda

¹⁴ “O conservadorismo tornado radical enfrenta o socialismo que se tornou conservador” (GIDDENS, 1996, p. 10).

da taxa de lucros, o capital necessita avançar mais sobre o mundo do trabalho, os direitos sociais, a natureza, e, assim sendo, destruir os limites civilizatórios que, por força das lutas operárias e dos trabalhadores, a moderna sociedade burguesa viu erigir.

Denunciar a falsidade da vestimenta rebelde da extrema direita do século XXI embora seja legítimo, mostra-se insuficiente. Se quisermos derrotá-la do ponto de vista prático, é necessário compreender as condições materiais que a produziram¹⁵. Sob a ótica marxista é indispensável entender, então, o fundamento real e legítimo das revoltas contra a globalização e contra um conjunto de incertezas produzidas pelo Modo de Produção Capitalista (MPC) na contemporaneidade: o medo, o desemprego, a doença desassistida e outras formas de insegurança que a extrema-direita tem utilizado a seu favor.

O livro *A condição pós-moderna* de David Harvey (2004) nos auxilia a localizar as raízes de uma resposta cultural reacionária nas mudanças societárias experimentadas desde a crise estrutural do capital nos anos 1970. Nele, podemos ver como a transição para um regime de acumulação flexível, marcada por um forte impulso acelerador do capital (de *compressão tempo-espaço* tanto na produção, como no consumo a reverberar em toda a vida social), conduziu a apologia da instantaneidade e do efêmero. Contudo, o mesmo terreno, que força os indivíduos a experimentarem cotidianamente uma sociedade do descarte, gesta uma reação diametralmente oposta: a busca da segurança, estabilidade e solidez expressas no retorno às tradições, na procura de identidades coletivas, na valorização do nacionalismo e localismo e no cultivo do fundamentalismo religioso.

Ademais, ao argumentar que a flexibilidade na produção, nos mercados de trabalho e no consumo, foi uma decorrência da busca de soluções financeiras para responder à crise dos anos 1970 (HARVEY, 2004), o aludido autor nos sugere um caminho de investigação fecundo, no qual, o capital portador de juros e a sua busca de liquidez constituem categorias-chaves para a inteligibilidade de um ambiente cultural vincado por um irracionalismo e relativismo exacerbados, propícios à aparição não somente do discurso pós-moderno, bem como ideias antimodernas de caráter reacionário, sem as quais a *pós-verdade* do *neofascismo* não poderia existir.

O tema é retomado pelo geógrafo britânico marxista em obra dedicada a tratar da história do neoliberalismo, uma publicação que evidencia ter a neoliberalização nos Estados Unidos dos anos 1980 se consumado graças a uma aliança entre candidatos de direita e grandes corporações financeiras e a uma reviravolta neoconservadora na política conduzida na defesa de valores morais centrados:

[...] no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma modalidade evangélica), nos valores familiares em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos movimentos sociais como o feminismo, os direitos homossexuais, a ação afirmativa e o ambientalismo (HARVEY, 2013, p. 92).

¹⁵Mészáros já havia indicado que, para Marx, o ponto de vista crítico prático pertinente da ideologia religiosa era não somente considerá-la como ópio do povo, mas também como coração de um mundo sem coração, ou seja, a ilusão religiosa seria expressão de uma miséria real e um protesto contra ela e cuja superação exigiria abandonar o estado de coisas que a torna necessária (MÉSZÁROS, 2003, p. 470).

Insinuada por Harvey, a existência de conexões entre o neoliberalismo e a fascistização da vida social é objeto privilegiado da análise crítica de Avelãs Nunes (2021)¹⁶. De acordo com o economista lusitano, incompatível com a democracia, o neoliberalismo tem, desde os anos 1970 e 1980, tencionado impor uma ditadura do grande capital financeiro traduzida em políticas antitrabalhadores e assentada em um Estado forte (AVELÃS NUNES, 2021); mas, no pós-2008, esse caráter ditatorial se escancara, pois, a partir de então os programas de austeridade na União Europeia buscaram, em claro confronto com a democracia, instituir um estado de emergência e exceção para salvaguardar interesses do mercado, tal qual o ocorrido em Portugal com a *troika* (AVELÃS NUNES, 2021).

Outro elemento a alimentar a aparência rebelde da extrema-direita, além dos que se entrelaçam com a respostas do grande capital para a sua crise estrutural, diz respeito à perda de fibra de uma esquerda (hegemonizada pelo pós-modernismo e suas atualizações em versões de(s)coloniais de direita) que, após o declínio das lutas anticapitalistas dos *longos anos 1960* (RODRIGUES, 2016), do fim do “socialismo realmente existente” e da conversão da social-democracia ao credo neoliberal, não tem mais uma posição otimista frente ao futuro nem aposta mais no potencial emancipatório do saber racional.

O quadro traçado pode ser ainda mais dramático se levarmos em conta os resultados da pesquisa realizada pelo jovem periodista argentino Pablo Stefanoni (2021) e reunidos em livro com o sugestivo título *La rebeldia se volvió de derecha?*, no qual, a partir do recolhimento de farto material da *guerra cultural* empreendida pela extrema-direita nas redes sociais, o autor comprova que, na disputa pela indignação popular da atualidade, os *neofascistas* estão ampliando o poder de atração entre os que se sentem, de algum modo, descontentes com a ordem social e desejam mudanças. Ao manter posições nacionalistas, xenófobas, antiestado, racistas e misóginas, mas com acenos para a comunidade LGBTIA+ e para ambientalistas, a nova extrema-direita tem conseguido aumentar o seu raio de ação; e, ao incorporar “velhas” bandeiras progressistas (de modo instrumental), tem produzido situações esdrúxulas como a aparição de grupos xenófobos atuantes na defesa dos direitos dos homossexuais, os denominados *homonacionalistas*, ou, ainda, os *ecofascistas*, constituído por ecologistas supremacistas brancos que defendem a preservação do ecossistema e o genocídio de populações de países dependentes já que os recursos naturais são finitos.

Embora sejam casos ainda marginais, essas aproximações, até então inimagináveis entre forças de extrema-direita e grupos de causas progressistas, têm o potencial de indicar, tal como adverte Stefanoni, o futuro próximo da direita *neofascista*. Uma previsão que parece inteiramente legítima não somente porque é coerente com a inversão de significados entre direita e esquerda que peculiariza a ideologia anti-ideológica do capitalismo do século XXI, mas também porque os noticiários comprovam que tal coalizão já ganhou lastro na vida real, deixando assim de ser tão somente um dilema teórico – é o que atesta, por exemplo, a informação, que causou *frison* na imprensa internacional, da breve aliança estabelecida em 2020 do jovem chanceler da Áustria Sebastian Kurz, ídolo da extrema-direita europeia, com os *Verdes*¹⁷.

¹⁶ É importante levarmos em conta também que no longo *Epílogo da Destruição da Razão*, redigido em 1953, Lukács (2020) já havia indicado a presença de uma cultura fascizante em plena democracia norte-americana, graças a força que o grande capital monopolista ali encontrou para tornar-se hegemônico, desde muito cedo, na economia e na cultura.

¹⁷ Ex-lider do ÖVP (Partido Popular Austríaco), Sebastian Kurz ficou conhecido não apenas por ter se tornado em 2017 um dos chefes de governo mais jovens do mundo, democraticamente eleito mas também por ter conquistado a simpatia dos *neofascistas* graças ao seu empenho em defender o fechamento das rotas de migração para a Europa e limitar o pagamento

Por óbvio, os desafios do projeto socialista revolucionário na atualidade não são idênticos aos do período em que Lukács redigia a sua *ontologia*. Além dos de outrora que não foram resolvidos, há novos dilemas que a vitória temporária do capitalismo manipulatório e o *neofascismo* fizeram emergir. Sem menosprezar esses fatos, é possível dizer, contudo, que permanecem válidas as tarefas dos marxistas cujas linhas gerais foram apresentadas pelo velho comunista húngaro.

A primeira delas diz respeito ao investimento que deve ser feito na renovação da tradição teórica aberta por Marx, restituída de toda a sua riqueza categorial e da ortodoxia do método¹⁸. As razões da persistência dessa tarefa nos dias atuais têm fundamento material nas brutais alterações processadas no MPC desde os anos 1970 que, de maneira ainda mais aguda, reafirmam a correção da argumentação lukácsiana da necessidade de reescrevermos *O Capital*; missão impossível de ser cumprida por interpretações marxistas vulgares, contaminadas por uma racionalidade formal abstrata, própria daquelas versões economicistas do marxismo impregnado de positivismo, como o cultuado pela *era* stalinista e atualizado pelo althusserianismo. Renovar teoricamente o legado de Marx deve ser entendido então como uma autocrítica marxista permanente dos marxismos simplificadores que vem alimentando as críticas (nesse caso perfeitamente legítimas) feitas por pós-modernos e de(s)coloniais de todas as colorações políticas.

Entretanto, nos dias de hoje a renovação da crítica ao capitalismo e da aposta em sua superação não pode ser só teórica, ela deve ser igualmente prática, tal como Lukács a reclamou no decurso dos anos 1960 e 1970. Muito embora não exista mais um *socialismo real* a ser autorreformado na expectativa de se constituir como suporte objetivo das lutas anticapitalistas, permanece válida a inspiração que a *ontologia* lukácsiana extraiu das lutas dos *longos anos 1960* para pensar o quanto o futuro da revolução socialista dependia de encontrar uma alternativa real à manipulação.

Além de um operariado radicalizado (BIHR, 1999), tais lutas contaram com a participação de múltiplos sujeitos políticos – mulheres, negros e negras, homossexuais e povos da periferia, cujas reivindicações, extrapolando pautas meramente econômicas, colocaram em xeque (nem sempre de forma consciente) a ordem burguesa e sua forma de dominação manipuladora. Ao postularem a igualdade nas relações sociais de gênero, de gerações, de raças e de povos/nações, as lutas dos *longos anos 1960* exigiam com igual força uma renovação do projeto socialista revolucionário, traduzível na capacidade de incorporar em seu projeto emancipatório novas demandas democráticas, ao seu rol de lutas - demandas correspondentes ao que Lukács denominou de uma *nova democracia* a requerer uma vida plena de sentido (LUKÁCS, 2013), algo irrealizável dentro dos limites da democracia em sua forma burguesa e também da democratização experimentada, até então, nos países de *socialismo real* (RODRIGUES, 2016).

Se corretas essas duas observações finais acerca das tarefas dos marxistas em começo do século XXI, os tempos obtusos de agora não nos podem impedir de sonhar. Como a geração de 1968 podemos e devemos *exigir o impossível!* Porém, com a clareza de que o impossível só se fará com o fim do capitalismo!

de benefícios a refugiados e imigrantes. Sucinta nota sobre a inusitada aliança que o mesmo estabeleceu com os ecologistas pode ser encontrada em <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/01/01/conservadores-e-ecologistas-se-alias-para-formar-governo-na-austria.htm>.

¹⁸ Ortodoxia tal como definida em *História e consciência de classe* (LUKÁCS, 2003).

PS: no exato momento da conclusão deste texto, chegam notícias não alvissareiras de uma tendência à normalização do *neofascismo* a se espalhar por toda UE, mediada pelo estabelecimento de alianças com partidos de direita já tradicionais (FREIRE, 2023). Contudo, poucos dias depois, o inesperado aconteceu contrariando todas as previsões: o partido *neofascista* da Espanha, *Vox*, tornou-se menor nas eleições de 2023. A lição deixada por esses fatos *novos* é a existência de contratendências em curso que devem nos encher de esperança tanto quanto a certeza já *sabida* de que “a mera aparência *anti-establishment* dessa nova direita deve ser lida como um indicador da existência de um espaço real para lutas em prol de uma sociedade que garanta a emancipação humana e realize uma democracia não manipulada” (RODRIGUES; MOTA, 2021, p. 917).

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais** [livro eletrônico]. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- ALVES, Giovanni. O triunfo da manipulação: o “último Lukács” e a crise estrutural do capital. In: ALVES, Giovanni et al. (Orgs.). **O espectro de Lukács**. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2022.
- ANDERSON, Perry **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** [livro eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AVELÃS NUNES, António. **O Estado capitalista e as suas máscaras**. 3a. ed. Lisboa, Editorial Avante, 2021.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BELL, Daniel. **O fim da ideologia**. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan M.; MACHADO, Maria A. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRAGA, Ruy. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. In: GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

- CHAUÍ, Marilena. **Neoliberalismo**: a nova forma do totalitarismo. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CHOMSKY, Noam; MOUFFE, Chantal *et al.* **Neofascismo**: de Trump a la extrema derecha europea [livro eletrônico]. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria Leão (Orgs.). **Lukács**: um galileu no século XX. São Paulo: Boitempo, 1996.
- COUTINHO, João Pereira. **Conservadorismo**. Lisboa: Dom Quixote, 2014.
- CUEVA, Agustín (Org.). **Tempos conservadores**: a direitização no Ocidente e na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1989.
- D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra fatos em tempos de *fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos** [livro eletrônico]. São Paulo: Vestígio, 2019.
- ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- FAWCETT, Edmundo. **Conservadorismo**: a luta por uma tradição. Lisboa: Edições 70, 2021.
- FREIRE, André. **Extrema direita**: crescimento, resiliência e normalização. Parte I e II. 2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/07/19/extrema-direita-crescimento-resiliencia-e-normalizacao-parte-i/> e <https://esquerdaonline.com.br/2023/07/20/extrema-direita-crescimento-resiliencia-e-normalizacao-parte-ii/>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HONÓRIO, Cecília; MINEIRO, João. **Novas e velhas extremas-direitas**. Lisboa: Parfaisal, 2021.
- JAMESON, Fredric. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KRISTOL, Irving. **Neoconservadorismo**: autobiografia de uma ideia. Lisboa: Quetzal Editores, 2003.
- LACERDA, Marina B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

- LÖWY, Michael. **A extrema direita**: um fenômeno global. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/15/a-extrema-direita-um-fenomeno-global/>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. O processo de democratização. In: **Socialismo e democratização**: escritos políticos. 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. **A destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MATTOS, Marcelo B. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MARCHI, Riccardo. **A nova direita antissistema**: o caso do Chega. Lisboa: Edições 70, 2020.
- MARTINS, Helena. **Comunicações em tempo de crise**: economia e política. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política [livro eletrônico]. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.
- PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América**: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- QUADROS, Marcos P. R. **O que há de novo na “nova direita”?** Identitarismo europeu, trumpismo e bolsonarismo. [livro eletrônico]. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2020.
- RODRIGUES, Mavi. Longos anos 1960 de CNC: a renovação do marxismo e 1968. In: BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi (Orgs.). **Cultura, democracia e socialismo**: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- RODRIGUES, Mavi. Serviço Social em Tempos de conservadorismo reacionário: contribuições para análise. In: Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (Org.). **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira**: reflexões e perspectivas no contexto da pandemia [livro eletrônico]. Recife: Editora da UFPE, 2021a.

RODRIGUES, Mavi. **Assistencialização, precarização do trabalho e financeirização: resultados teóricos provisórios.** Relatório de pós-doutoramento realizado na Universidade Federal de Pernambuco (de abril a setembro de 2021). Lisboa, outubro de 2021b.

RODRIGUES, Mavi. A ideologia da austeridade no Serviço Social português do pós-*troika*
In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17.,
2022, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2022.

RODRIGUES, Mavi. “Crisis del capital e irracionalismo exacerbado: notas críticas sobre el conservadurismo neofascista y de(s)colonial” In **Rev. Plaza Pública**, Año 16 -Nº 29, Jul. 2023.

RODRIGUES, Mavi; MOTA, Ana Elizabete. Ultraconservadorismo, política anticivilizatória e luta de classes. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 6., 2021, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UEL, 2021.

ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos.** Lisboa: Tinta da China, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo, Cortez, 2001.

SOUSA, Rodrigo Farias de. **William F. Buckley Jr. National Review e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955-1968.** 2013. p. 371. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/184>. Acesso em: 5 jul. 2021.

STEFANONI, Pablo. **La rebeldia se volvió de derecha?** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2021.

TONELLO, I. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo.** São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

Junho de 2013 como um todo homogêneo ou como mobilização de classe média: Dois mitos nas interpretações sobre o período

Rafael B. Vieira

1. Introdução

O longo mês de Junho de 2013 é até hoje uma das grandes esfinges interpretativas sobre o tempo recente no Brasil. A explicação sobre suas raízes históricas, sobre seus condicionantes, sobre o perfil social e sobre as formas de expressão daquelas manifestações geram distintas disputas interpretativas no campo das Ciências Sociais e Humanas em geral. A compreensão dos levantes que tiveram um momento singular em junho daquele ano pode ser vista como um pressuposto para qualquer avaliação teórico-política adequada sobre o tempo presente. Apesar dos debates sobre o tema terem avançado nos dez anos após aquele ciclo de lutas, ainda parecem insuficientes as avaliações e balanços críticos sobre um conjunto de temas e interpretações relacionadas a junho.

O material produzido sobre junho de 2013 é bastante vasto, e as fontes de análise daquele período são múltiplas. Análises de conjuntura, textos de intervenção, documentos políticos internos, matérias de jornais, artigos acadêmicos, livros, colunas em sites e jornais, documentários, vídeos de midiativismo, análise de imagens, redes sociais e etc. A disputa interpretativa atravessa muitos destes materiais ou a análise possível sobre os mesmos. O presente artigo procura lidar com um escopo restrito dessa multiplicidade de fontes, que são as análises acadêmicas realizadas prioritariamente em livros e revistas especializadas. Longe de reivindicar qualquer tipo de neutralidade científica ilusória, o estudo destes textos revela que as disputas sobre os significados de junho presentes socialmente reverberam nestas análises.

Na discussão sobre as interpretações do período, o artigo de Perez (2020, p. 7-15) procurou sistematizá-las através do levantamento no Portal de Periódicos da CAPES, no repositório Scielo para 2019 e em alguns anais de eventos e livros. Embora o artigo ajude a mapear alguns dos principais temas debatidos, o procedimento adotado aqui procura discutir qualitativamente e criticar duas teses que ressoam nas interpretações do período: a de que Junho pode ser apreendido homoganeamente e a de que Junho pode ser considerada uma mobilização de classe/camada média.

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento, realizada desde 2016, sobre junho de 2013¹. Uma primeira versão da primeira parte deste artigo foi publicada como “Junho de 2013: Temporalidade, conflito e as interpretações do período” (VIEIRA, 2023) no livro “Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)”. Aqui ela é ligeiramente

¹ Estas pesquisas foram institucionalizadas como “Cidade e Política: Junho de 2013 e seus desdobramentos” (UFF-2016/2020) e “Sistematização, interpretação e análise crítica dos indicadores sobre Junho de 2013” (UFRJ-2020/2022). Agradeço aos/às estudantes que integraram os grupos de pesquisa vinculados a estes projetos, e ao debate coletivo proporcionado.

complementada, e são feitas mediações em relação a algumas afirmações. Além disso, ela é articulada de forma mais ampla à proposta que o primeiro texto é parte, ao procurar identificar os principais “mitos”² que gravitam em torno das interpretações sobre junho de 2013, da qual a segunda parte deste texto também integra.

I – Junho como um todo homogêneo

Um dos principais erros de boa parte das interpretações disponíveis sobre junho de 2013 é considerar aquele ciclo de lutas como um todo homogêneo. Tal equívoco está presente tanto nas leituras que o exaltam acriticamente, representando o tempo idílico em que a “multidão” foi ao deserto (CAVA, 2013) ou uma espécie de insurreição popular quase em estado puro (JOURDAN, 2018, p. 109-121); ou como um enfrentamento da sociedade civil (entendida como um todo homogêneo que unifica empresários e trabalhadores) contra o Estado (igualmente em abstrato, dissipado dos conflitos de classe, raciais e de gênero que o estruturam), como querem os liberais (FIGUEIREDO, 2014); quanto naquelas que o rejeitam como uma mobilização da classe média conservadora em que se choca o ovo da serpente que culminará no golpe de 2016 (SOUZA, 2016, p. 87-116). Apesar de suas inegáveis diferenças de fundo, o que estes tipos de teorizações desconsideram é a complexidade do processo de apreensão daquele ciclo de lutas. Além disso, ignoram com frequência sua diversidade/especificidade regional e temporal. O ciclo de lutas em torno de junho de 2013 não foi o mesmo: no Rio de Janeiro, em Brasília, em São Luís e em Curitiba, por exemplo; nos momentos de maior nacionalização dos protestos; nos momentos que vão, respectivamente, do início de junho até o dia 17, entre o dia 17 e o dia 20, e após o dia 20, em algumas grandes cidades do país, nos ciclos que vão, respectivamente, do início de junho até o dia 17, entre o dia 17 e o dia 20, e após o dia 20 de junho não são os mesmos, por exemplo. Isso não quer dizer que não possam ser elaboradas teorizações mais gerais sobre aquele ciclo de lutas, ou que só existam realidades particulares apreensíveis em micro-escalas. Mas esquecer destes fatores faz com que algumas interpretações universalizem características particulares, que, sem as mediações necessárias, acabam por produzir erros de análise e avaliação importantes.

Uma leitura consequente daquele ciclo de lutas deve levar em consideração suas especificidades temporais. É verdade que delimitar o início daquele ciclo de lutas é uma tarefa que exige também certas mediações. Isto porque Junho não foi o dia mágico em que “o gigante acordou”, como imaginavam alguns cartazes levados às ruas naquela época. Já haviam tremores que poderiam indicar o acirramento da conflitividade social no país, como já demonstraram os textos de Marcelo Badaró Mattos (MATTOS, 2014; MATTOS, 2016, p. 95-96; MATTOS, 2020, p. 153), e o artigo de Andreia Galvão e Luciana Tatagiba (GALVÃO & TATAGIBA, 2018, p. 63-96; GALVÃO & TATAGIBA, 2022, especialmente p. 97) que apontaram, por exemplo, a emergência de um ciclo grevista mais amplo no ano de 2012 ou do aumento dos protestos sociais no entorno imediato daquele ano de 2013. Além disso, o

² Trato destes equívocos interpretativos como mitos para sublinhar seus efeitos práticos e sua vinculação à ideologia como representação mistificada/coisificada do real. A identificação destas percepções como “mitos” parte do diálogo com o aspecto conceitual da análise (e da crítica) do mito de Florestan Fernandes. Conferir: FERNANDES, 2008, principalmente p. 311.

ciclo de lutas de junho de 2013 já poderia ser antevisto em algumas de suas expressões em abril de 2013 nos protestos contra a Copa em Porto Alegre. O que há de distinto no mês de junho são dois fatores: o primeiro é a nacionalização dos protestos, que passam a ocorrer simultaneamente em diversas cidades; o segundo é o seu caráter de massa, sobretudo entre 13 e 20 de junho no país (no Rio de Janeiro este período se estende até outubro).

A delimitação temporal do ciclo é importante para o processo de apreensão daquele período da história recente do país, e permite perceber alguns conflitos que o atravessaram. André Singer é um dos primeiros autores a tentar identificar a importância de temporalizar os momentos de junho. Para o autor, durante aquele mês, os protestos poderiam ser divididos em 3 fases: a primeira, que vai do início de junho até o dia 16; a segunda, com o auge em termos de números de participantes, que vai do dia 17 até o dia 20; e a terceira, que vai do dia 21 de junho em diante (SINGER, 2013, p. 24-26)³. Essa temporalização leva em conta sobretudo a experiência do Rio de Janeiro e de São Paulo (e não vale necessariamente para todas as cidades do país, que possuem ritmos temporais variados). Estas cidades corporificam um conjunto de contradições que marcam os impactos do desenvolvimento capitalista nas cidades naquela quadra histórica (às vésperas dos grandes eventos), e tem no auge daquele ciclo de lutas um expressivo número absoluto de manifestantes nas ruas. Apesar de importante, é fundamental dar alguns passos adiante.

De início, os protestos são convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) e alguns coletivos contra o aumento das passagens, tendo a Tarifa Zero como bandeira aglutinadora da problematização feita pelo movimento do projeto de cidade-empresa típico do neoliberalismo. Singer trata este momento como a primeira etapa que teria o objetivo específico da redução do preço das passagens, o que nos parece equivocado, pois, como lembra Paulo Arantes, mesmo a redução do preço das passagens ou a Tarifa Zero são apenas o ponto de partida para que o MPL discuta outro modelo de cidade e mesmo de sociedade (ARANTES, 2014, p. 404-424)⁴. Diante de cidades em que é naturalizada a lei do valor como princípio de organização, a difusão de pautas como a Tarifa Zero é capaz de provocar um terremoto por revelar algumas de suas contradições mais profundas. O fundamental de reter deste momento é que estes atos que inicialmente eram pequenos em números de participantes se ampliaram em escala a partir da sua divulgação e da publicização da repressão policial que se seguiu aos mesmos, feitas sobretudo através das redes sociais. A mídia corporativa em seu processo de vocalização dominante inicialmente tem como resposta fundamental a estes atos o clamor repressivo.

Com o processo de ampliação da divulgação do furor repressivo que se abatia sobre os atos convocados sequencialmente, há mudanças importantes a serem percebidas. A publicização destas imagens produziu um apoio difuso aos atos que expressam a existência de uma insatisfação também mais difusa (com conteúdos distintos em seu grau de consciência imediata). Isso faz com que, a partir do dia 13 de junho, os atos passem a ter um caráter massivo em algumas grandes cidades do país e se intensifique sua nacionalização. Como a resposta prioritariamente repressiva dos poderes constituídos vocalizada pela mídia corporativa não estava esvaziando os protestos, mas amplificando-os, há um nítido

³ Ruy Braga concorda com Singer na delimitação temporal das manifestações, mas introduz diferenças interpretativas importantes. Cf. BRAGA, 2017, p. 231 et seq.

⁴ Verificar a própria fundamentação político-teórica do Movimento Passe Livre da reivindicação por Tarifa Zero. (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SP, 2013, p. 13-18).

ajustamento de rumos. Isso é expresso na cobertura do principal grupo midiático corporativo nacional, as Organizações Globo. Há uma mudança quase caricatural de tom daquele que era o principal “comentarista político” do Grupo, Arnaldo Jabor, que do dia 12 de junho⁵ para o dia 17 de junho⁶ passa da condenação à tentativa de instrumentalização dos protestos pela exaltação dos manifestantes “ordeiros” (ou seja, comprometidos com a ordem dominante) – numa tentativa de retirar das ruas os considerados “radicais” e “vândalos”. Grupos conservadores também passam a intensificar sua movimentação tentando diluir as pautas mais radicalizadas até então em voga, e mesmo atacando as bandeiras vermelhas e partidos de esquerda presentes nas manifestações. Isso levaria às ruas frações conservadoras, que em determinados casos vocalizam as pautas assinaladas pelas corporações midiáticas (Contra a Proposta de Emenda Constitucional-37) – Arnaldo Jabor parece ser quem sinaliza esta pauta, quando poucos a conheciam no momento - e um apelo individualizante e superficial contra a corrupção.

É preciso não se escandalizar com essas frações conservadoras, provocando uma rejeição abstrata a tudo que diga respeito a junho de 2013 – este tipo de atitude é pouco produtiva teoricamente, apesar do seu peso político em alguns espaços. Estamos diante da arena das lutas de classes, que uma certa ciência política tentou decretar como extinta no curso dos anos 1990 e após. Não é somente a classe trabalhadora (e o jovem precariado urbano, como uma de suas expressões contemporâneas) quando luta que mobiliza seus repertórios de ação coletiva, mas os de cima também têm suas ferramentas de intervenção voltadas à garantia e reprodução do status quo.

São estes processos que levam Guilherme Leite Gonçalves, em diálogo crítico com Breno Bringel e a teoria dos movimentos sociais, a estabelecer a distinção entre movimentos madrugadores e grupos de rapina. Pelo primeiro, formulado com base em Bringel, entendem-se aqueles movimentos “que acendem a chama da mobilização social” (BRINGEL, 2013, p. 44). No caso de 2013, o Movimento Passe Livre é um ator essencial, junto a outros coletivos em geral menores que tiveram incidência regional. Já pelos segundos, Gonçalves entende os grupos que “não compartilham do mesmo enquadramento sociopolítico dos madrugadores” e procuram tomar “a insatisfação com os problemas sociais e o reprojeta conforme seus interesses” (LEITE GONÇALVES, 2022). Os grupos de rapina buscam se apropriar “das reivindicações inaugurais e as redefinem contra qualquer horizonte de política igualitarista”. O autor aqui avança em relação à leitura de Bringel que os classificava genericamente como derivados, mesmo que ressaltando que estes, no Brasil, teriam se aproveitado de espaços abertos pelas mobilizações iniciais sem, contudo, manter laços fortes com as mesmas. Gonçalves procura pontuar diferenças de conteúdo importantes que exigem um novo enquadramento para identificar que há uma mudança substancial nos sujeitos, sentidos e pautas da manifestação para em determinados casos invertê-los em relação aos movimentos que inicialmente convocaram as mobilizações. É fundamental pontuar que, durante este segundo momento, os chamados movimentos de rapina não prevalecem de forma incontestada e nacionalmente. O modelo de protesto de hegemonia conservadora, ao contrário do que indica Souza, prevalece somente em 2015/16 com as marchas pelo Impeachment de Dilma Rousseff. Entre os dias 17 e 20 de junho, há nitidamente uma disputa pelos rumos do

⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>. Acesso em 13/03/2023.

⁶ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2640269/>. Acesso em 13/03/2023.

movimento, e os atos de rua são perpassados por estes conflitos que ou se manifestam de forma latente ou aberta quando grupos conservadores tentam atacar os partidos e movimentos de esquerda.

Ao contrário do que ocorre nas marchas de 2015/16, os atos entre os dias 17 e 20 de junho de 2013 são alvo de uma repressão brutal nas maiores cidades do país. Mesmo com as disputas pelos rumos do movimento, os componentes de revolta popular existentes nos protestos não desaparecem e inclusive sobressaem em determinadas localidades. Em junho de 2013, também foram expressas pautas de caráter popular (tarifa zero, educação e saúde públicas, críticas à violência policial, contraposição aos grandes eventos e em alguns espaços e momentos também a defesa da desmilitarização das polícias militares) capazes de tocar em pontos sensíveis do projeto neoliberal de cidade-empresa exaltado naquelas quadras, e onde frações do precariado urbano foram um sujeito relevante⁷.

A mudança de tom da cobertura midiática implica também uma mudança no discurso que fundamenta a ação repressiva da polícia. A mídia corporativa que defende inicialmente a repressão como única resposta do Estado para os protestos modifica seu discurso e passa a reconhecer a legitimidade das manifestações, desde que feita por manifestantes “ordeiros” que replicassem as pautas assinaladas por estas corporações. Há com isso a mobilização de uma fratura entre manifestantes “pacíficos”/“ordeiros” e “radicais/vândalos” como forma de legitimar a repressão contra estes últimos. Só que ao reprimir violentamente os que seriam supostamente “radicais” e “vândalos”, as manifestações como um todo também são atingidas.

Após o esvaziamento dos atos promovidos pela repressão, tem início o que Singer chama de terceira etapa dos protestos, marcadas por sua fragmentação em mobilizações parciais com objetivos específicos. Esse movimento explicita o conflito mencionado anteriormente, em um período que são convocadas mobilizações conservadoras (TATAGIBA, 2017, p. 71-98; NOBRE, 2022, cap. 3; CASIMIRO, 2016, p. 345-357; FREITAS, 2023, p. 76-81). Só que reduzir tal fase a estas falanges conservadoras é algo limitado para a apreensão da realidade, já que é nesta terceira etapa que também há a multiplicação de protestos em áreas periféricas (BRAGA, 2017, p. 232 et seq.; SINGER, 2013, p. 24).

Mas como então apreender Junho de 2013? Junho é expressão do conflito de classes, racial e de gênero no capitalismo dependente brasileiro sob o domínio da acumulação neoliberal (com o correspondente modo de gerir as cidades). Junho produz equívocos na interpretação de muitos cientistas sociais e cientistas políticos, diante de um esforço de compreendê-lo como um todo homogêneo. O ponto fundamental é: Junho teve elementos de uma revolta popular que toca em pontos sensíveis do padrão de cidade neoliberal, que sobressai principalmente em seu primeiro momento, que não se apaga nos demais e que sobressai em algumas cidades; ao mesmo tempo, há uma disputa pela direção dos protestos, que se materializa na segunda etapa do dia 17 até o dia 20 (com um tempo maior em algumas cidades), em que frações da classe média conservadora vão às ruas para disputá-las com o

⁷ Em seus escritos, Ruy Braga vem procurando chamar a atenção para a presença do precariado urbano em junho de 2013. Cf.: (BRAGA, 2013, p. 79-82; BRAGA, 2017, p. 221-244). André Singer, apesar de suas diferenças de interpretação, reconhece a presença de um novo proletariado caracterizado por sua baixa remuneração, alta rotatividade e más condições no trabalho, e jovens. SINGER, 2013, p. 27 et seq. Giovanni Alves adota uma perspectiva diferente na concepção do precariado em relação a Braga, mas pontua sua presença como “a *espinha dorsal* dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras que ocorreram em Junho de 2013” (grifos no original). Cf.: (ALVES, 2013a) Ainda: (ALVES, 2013b).

apoio da mídia corporativa. Deixar de reconhecer esta dimensão conduz boa parte das interpretações sobre o tema a equívocos.

Um dos limites das interpretações de Jessé Souza materializada em “A Radiografia do Golpe” se dá em absolutizar unilateralmente a presença da classe média conservadora, sem considerar os componentes de revolta popular que também ocorreram e que inclusive predominaram em determinados espaços⁸. Nesta obra, Souza também superdimensiona os acontecimentos ocorridos na cidade de São Paulo (onde o Movimento Passe Livre deixa de convocar os atos a partir de determinado momento, com o receio da intervenção dos grupos de direita) e transpõe de forma mecanicista a leitura do Jornal Nacional para as ruas, como se a totalidade dos manifestantes replicasse de forma acrítica o chamado da Rede Globo e suas pautas. Já André Singer tem uma leitura bem mais sofisticada do que a de Souza, mas levanta uma hipótese frágil, de um centro pós-materialista que emerge como resultado dos balanços de Junho. A emergência de um centro pós-materialista estaria associado com a realidade de uma sociedade supostamente em via de resolver seus conflitos materiais (SINGER, 2013, p. 37). O que Junho revela é que estes conflitos não foram resolvidos, e que a regulação social típica do lulismo segue repondo um conjunto de contradições sociais típicas das sociedades capitalistas periféricas. Ao deslocar-se da tensão social e da disputa que estiveram presentes em Junho para analisar o “centro pós-materialista”, o resultado de sua leitura é uma tentativa de síntese harmonizadora que opera mascarando contradições e conflitos.

O processo de apreensão de Junho enquanto um todo homogêneo termina por incorrer em erros, atrelados fundamentalmente à negação e/ou secundarização da dinâmica temporal e dos conflitos que o atravessam (que não podem ser subsumidos mecanicamente às lideranças representativas como seus portadores imediatos). A totalidade sócio-histórica da qual Junho faz parte é complexa, está em transformação e é conflitiva. Trata-se, como afirma Ruy Braga, de levar em conta as múltiplas determinações da realidade “em uma totalidade conflitiva evoluindo no tempo que pode garantir uma compreensão mais precisa da atual etapa das lutas sociais no Brasil” (BRAGA, 2017, p. 232).

II. Junho como mobilização de classe/camada média

No campo das interpretações sobre o período, Jessé Souza e Maria da Glória Gohn compartilham da tese de que junho de 2013 foi uma mobilização de classe/camada média, mas através de construções diversas. Para Souza, embora junho tenha sido iniciado por estudantes de classe média e da periferia organizados em torno do Movimento Passe Livre, uma gigantesca manipulação midiática acaba federalizando as pautas contra o governo federal e fazendo com que a “classe média verdadeira” ou “classe média moralista e conservadora” (SOUZA, 2016, p. 100) assumam “de modo claro e incontestemente o protagonismo do movimento” (SOUZA, 2015, p. 240). Já Gohn procura oferecer uma leitura com mais mediações, em que discute tanto junho de 2013 e sua emergência no país (com foco em São Paulo) quanto possíveis conexões com manifestações no Oriente Médio, Europa e Estados Unidos pós-

⁸ Alguns dos fundamentos teóricos deste equívoco de Souza são problematizados por Ruy Braga em: (BRAGA, 2017b, p. 30). Em certo sentido, Braga já havia problematizado a concepção sobre as classes e seus repertórios na obra de Souza em: (BRAGA, 2012, p. 27-29).

crise de 2008. Mas, para a autora, o que prevalece é que : “as manifestações de junho de 2013 no Brasil fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias”. Ao discutir o perfil social das manifestações, indica que “os mais pobres, a periferia, não estiveram presentes nas manifestações em junho. Não estavam ausentes, mas o caráter do movimento de massa não foi dado por eles” (GOHN, 2015, p. 12 e 40) ⁹. Em 2018, ao retornar ao tema, afirma no balanço sobre 2013 que havia entre jovens “origem predominante nas camadas médias” (GOHN, 2018, p. 122).

A própria forma de produção de indicadores no período por Institutos de Pesquisa privados como o Datafolha, Ibope ou outras consultorias, e o formato pelo qual é colocado o debate sinaliza os limites da discussão contemporânea sobre classes sociais em parte da literatura disponível e na produção de indicadores. O rebaixamento do debate sobre as classes sociais através de uma tentativa precária de definir o que seria a classe média a partir do seu agrupamento quase que exclusivo a partir de critérios de renda e consumo já foi criticado fortemente por Márcio Pochmann. Para o autor, tal reducionismo acaba desprovendo a classe social de qualquer sentido estrutural (POCHMANN, 2012, p. 7) ¹⁰, e, além disso, há uma ausência de complexificação nos debates sobre seus repertórios de ação coletiva ¹¹. A realidade das classes sociais no capitalismo, sua dialética de conservação/transformação e sua dimensão processual e em luta é reduzida muitas vezes a faixas de renda de forma estática. Sua posição em relação aos meios de produção e ao regime de propriedade vigente é secundarizada ou mesmo ignorada; sua dimensão histórica e como totalidade relacional (BENSAID, 1999, p. 147-148) deixa de ser apreendida adequadamente.

Mesmo nos marcos dos limites apontados a respeito da impossibilidade de redução das classes a faixas de renda, os indicadores disponíveis não parecem autorizar a conclusão peremptória estabelecida por Souza de que Junho de 2013 possa ser considerado um ciclo de mobilizações da classe média.

Faixas	Rio de Janeiro (20/06)	Oito capitais (20/06)	Belo Horizonte (22/06)
Mais baixa	34 % (até 1 SM)	15% (até 2 SM)	20% (até 2 SM)
Intermediária 1	54% (de 2 a 5 SM)	30% (de 2 a 5 SM)	36% (de 2 a 5 SM)
Intermediária 2	1% (de 6 a 10 SM)	26% (de 5 a 10 SM)	24% (de 5 a 10 SM)
Alta	10% (acima de 11 SM)	23% (acima de 10 SM)	21% (acima de 10 SM)

Fonte: (SINGER, 2013, p. 30).Elaborado para Oito Capitais com base no IBOPE em que 6% não responderam, para o Rio de Janeiro com base na Plus Marketing Consultoria e para Belo Horizonte pela Inovare

Embora Souza e Gohn tratem de alguns desses indicadores com ênfases diferentes, submetem rapidamente os debates à faixas de renda (há também referência ao perfil educacional), encontrando nisto um elemento fundante para a argumentação de que as manifestações seriam de classe/camada média. Ao projetar essa imagem prévia que tem

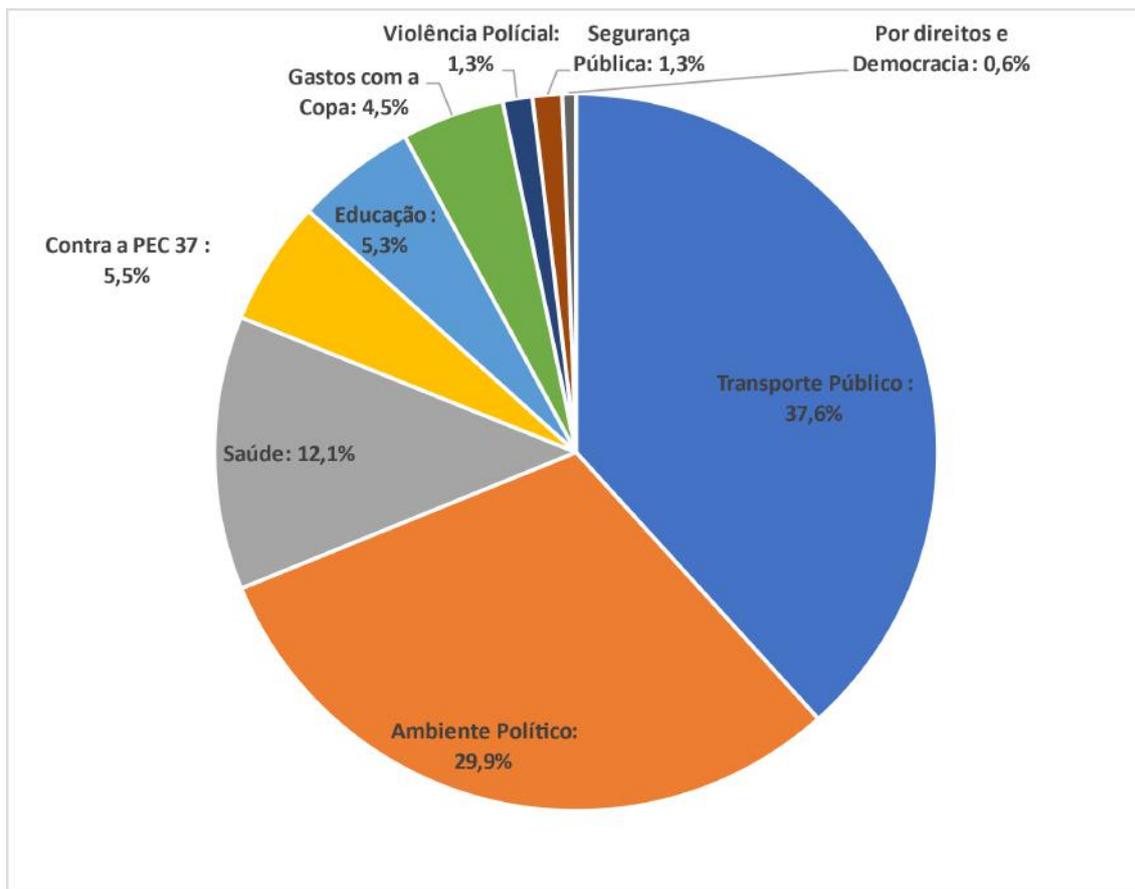
⁹ Problematizo aqui a tese da autora sobre junho como um movimento de camadas médias, sem entrar na discussão de como se dá o caráter do movimento de massas, uma discussão complexa, e que, como indicado no tópico anterior, precisa enfrentar especificidades temporais e regionais sem que possa ser resumida a um todo homogêneo e sem mediações.

¹⁰ Apesar da concepção de classe social e de sua agência tenha limites na análise do autor, a crítica levantada à “nova” literatura e às “novas” representações sobre a classe média são relevantes.

¹¹ cf (BRAGA, 2012).

sobre o processo, torna-se mais difícil explicar também os conflitos concretos existentes nas ruas em junho e o próprio conflito materializado naquele período. Singer, apesar dos limites apontados no tópico anterior, reconhece contradições mais complexas que o levam a pontuar, a partir dos indicadores, a presença tanto de um novo proletariado como da classe média.

Já os indicadores produzidos pelo Ibope em 20 de junho em 7 capitais sobre as razões das manifestações indicam complexidades que dificultam a identificação dos atos como tendo um inequívoco perfil conservador como quer Souza. De acordo com estes indicadores, a primeira motivação das pessoas que estavam nas ruas seria:



Fonte: Gráfico elaborado por Renata Barbosa, bolsista da FAPERJ, para apresentação na Semana de Integração Acadêmica e Científica da UFRJ de 2023 a partir de pesquisa Ibope de 20/06/2013. Ainda: Administração Pública 0,8%; outras causas específicas 0,8%; nenhum 0,1% e não respondeu 0,2%. Pesquisa disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em 01/06/2023.

No que se refere especificamente a esta pesquisa, Souza tira do fato da corrupção aparecer como pauta uma conclusão absoluta de que se trata de uma manifestação da “classe média verdadeira”. Em primeiro lugar, a pauta prioritária para dos manifestantes é o transporte público, algo que é uma pauta distante da realidade cotidiana do que o autor infere como sendo a “classe média verdadeira”. A segunda pauta refere-se ao ambiente político de forma ampla, na qual 24,2% identificam no desvio do dinheiro um problema. Se por um lado é verdadeira sua preocupação de que esse debate é hegemônico por uma espécie de neoudenismo conservador que transforma a corrupção em um problema

moral/comportamental e não em um problema sistêmico¹², outros discursos¹³ abordam o tema enfatizando sua dimensão sistêmica articulada à privatização do público típica das sociedades capitalistas. É certo que a pergunta sobre o tema não é desinteressada por parte do Instituto de Pesquisa, e da forma como é feita procura inserir-se na construção da interpretação hegemônica sobre o tema, reforçando-a. Entretanto, há formas de expressões distintas sobre o tema que não são levadas em conta pelo autor. Além disso, Souza desconsidera a própria conjuntura e outras pautas em jogo, que tocavam em temas como saúde e educação pública e universal, a crítica da violência policial, os questionamentos dos modelos de cidade gestados e aprofundados na Copa e nas Olimpíadas, além de outros elementos que impedem que junho de 2013 seja reduzido a uma mobilização da classe média conservadora.

É evidente que os indicadores mencionados anteriormente são insuficientes para conclusões mais aprofundadas. Eles não permitem a apreensão das classes de forma complexa, e não nos levam a perceber nuances de posicionamento político (GALVÃO & TATAGIBA, 2022, p. 100) que possibilitem traçar de forma mais elaborada o perfil político de quem estava nas ruas. A própria leitura desses indicadores é aberta também a disputas sobre seus significados. Eles podem auxiliar por um lado a ir além do pântano de projeções de desejos individuais para a análise da realidade que toma conta de parte da literatura sobre junho, pelo menos em sua primeira etapa. Só que a abordagem desses indicadores exige uma leitura complexa capaz de reconhecer a conflitividade que junho expressa, conforme ressaltado no ponto anterior, e que possa estabelecer mediações sobre sua forma de construção e os resultados a que chegam. De acordo com Braga, os recortes em geral presentes nos indicadores sobre renda, idade e perfil político podem ser pontos de partida para a análise da realidade, mas não bastam por si só (BRAGA, 2017, p. 232). Precisam ser inseridos em uma totalidade conflitiva e em transformação.

Para além dos aspectos que poderiam ser discutidos através dos indicadores, é preciso procurar apreender outros elementos que antecedem, que materializam e que sucedem Junho de 2013. A secundarização de alguns destes problemas na literatura disponível é em parte produto de sua identificação apressada como um movimento de classe média. Não cabe aqui desenvolver o problema em toda sua extensão, mas apenas indicá-los. A própria conjuntura no entorno de Junho é marcada pela extensão de alguns destes protestos para as periferias dos grandes centros urbanos (BRAGA, 2017, p. 232 et seq; SINGER, 2013, p. 24), particularmente visível no Rio de Janeiro (BRITO & OLIVEIRA, 2013, p. 65-69; THÂMARA, 2014; VIEIRA, 2016, p. 315-329; JOURDAN, 2018, p. 123-128; AZEVEDO, 2019; LIMA, 2020). É relevante ainda um ciclo de ocupações que se sucedem a Junho de espaços em via de privatização ou de prédios públicos em diferentes cidades, como São Luís, Recife, Fortaleza e Vitória. No Rio, os protestos ainda possuem um caráter de massa até outubro de 2013 (passando por campanhas e manifestações como “Cadê o Amarildo?”, convocadas por movimentos de favelas), quando as diferentes estratégias de repressão no dia 15 de outubro de 2013 dissolvem seu caráter massivo no momento de maior radicalização no auge da greve dos profissionais da educação na cidade.

¹² Galvão e Tatagiba abordam o uso instrumental do tema da corrupção por parte das direitas e sua presença no período de forma muito mais elaborada e nuançada do que Souza. Cf.: (GALVÃO & TATAGIBA, principalmente p. 103).

¹³ Armando Boito trata da diferente percepção entre as classes e camadas em relação ao problema da corrupção. Cf.: (BOITO JR, 2017).

O número de greves no ano de 2013 chegou a 2050, segundo o DIEESE (2015, p. 2). Já havia um movimento ascendente nitidamente identificável em 2012 (MATOS, 2014), quando o número de greves chega a 873 em comparação com as 554 de 2011 e 446 de 2010. Segundo Galvão e Tatagiba:

Ao longo desses anos, observa-se uma mudança no perfil das greves: em 2012 e 2013, elas ocorreram majoritariamente no setor privado, havendo um crescimento substantivo de greves no setor de serviços. Outro aspecto a ser destacado é a prevalência de greves de caráter defensivo no setor de serviços, que reúne categorias mais frágeis do ponto de vista da remuneração e das condições de trabalho e com menor tradição de organização sindical. Destaca-se o crescimento de greves de trabalhadores sem grande tradição sindical e mais expostos à precarização do trabalho, como asseio e conservação, segurança e vigilância, mas também daqueles serviços cuja mobilização não constitui uma novidade, como transporte, saúde, educação e bancários (GALVÃO & TATAGIBA, 2022, p. 97-98).

É certo que nem todas essas mobilizações tiveram um caráter massivo, mas é fundamental pontuar que estas lutas perceberam em junho ou após um momento propício para se expressar, compondo a disputa de sentidos que houve naquele contexto. Ainda é preciso lembrar que a greve dos profissionais da educação no Rio de Janeiro teve um caráter de massa, levando mais de 100.000 pessoas ao centro da cidade no dia 15 de Outubro de 2013. A brutal repressão que se realiza na região marca o fim do movimento de massas na cidade no ciclo imediatamente no entorno de junho. Estas dinâmicas são componentes de junho, e não podem ser reduzidas a uma identificação como um ciclo de protestos de classe/camada média.

Considerações finais

Não são somente estes os mitos que povoam as interpretações sobre Junho de 2013. Junho de 2013 como “ovo da serpente” (sintetizado também por Jessé Souza); a transposição de vontades individuais do pesquisador para apreender Junho; as marchas pró-impeachment como continuidade linear de Junho de 2013; poderiam ser outros temas elencados presentes na bibliografia sobre o tema e que mereceriam ser objeto de análise, sem esgotá-los. Alguns destes mitos estão articulados entre si, e determinadas interpretações podem recair em mais de um deles. Não cabe avaliar todos aqui, em algo que talvez será retomado em outra oportunidade.

As afirmações principais problematizadas ao longo deste ensaio (junho como um fenômeno homogêneo ou como mobilização de classe/camada média) podem ser encontradas em autores ou correntes interpretativas que por vezes não compartilham dos mesmos pressupostos teórico-políticos. O que seria um aparente paradoxo pode ser dissipado se apreendida sua raiz comum. A defesa destas duas teses está atrelada fundamentalmente a uma concepção limitada e estreita sobre as classes sociais e seu significado no capitalismo contemporâneo, e sobre as especificidades temporais e regionais que atravessaram o ciclo de lutas que teve em Junho de 2013 um momento importante.

Por um lado, as interpretações criticadas na primeira parte terminam por secundarizar aspectos essenciais da dinâmica conflitiva que é central para interpretar e explicar Junho de 2013, e acabam recaindo em uma leitura que universaliza características particulares. Por outro, as interpretações problematizadas na segunda parte terminam por dar um peso acentuado na discussão sobre classe/camada social a partir de perfis de renda, revelando uma concepção restrita sobre as mesmas, e terminam por projetar as características ou a imagem que tem de um perfil determinado para compreender o ciclo de lutas como um todo. A análise acaba sendo limitada se o debate sobre classe social for feito sem levar em conta sua posição na estrutura social, racial e de gênero (que vai muito além da renda), a formação da classe - que se dá em processo, em relação e no próprio fazer-se, como lembra Thompson (THOMPSON, 2004, p. 9-14; MATTOS, 2012, p. 83-97) - e a ação coletiva (BRAGA, 2017, p. 21-38) em uma totalidade concreta, relacional e contraditória.

10 anos depois, retornar a Junho segue sendo um momento necessário para uma compreensão adequada do momento atual, mesmo que a conjuntura não seja mais a mesma. Junho põe um conjunto de enigmas e desafios interpretativos que questionam a unilateralidade de determinadas interpretações e afirmações. Mas estas disputas interpretativas seguem sendo repostas, uma vez que são atravessadas também pelas disputas sobre como entender o Brasil atual nos desdobramentos (não lineares) pós-Junho. Os 10 anos posteriores a Junho, como lembra Matheus Gomes¹⁴, nos dão a oportunidade de retornar àquele período como um laboratório para a compreensão das dinâmicas, dos conflitos e dos desafios que marcam as lutas sociais contemporâneas.

Referências

ALVES, Giovanni (2013a). “**O que é o precariado?**” Blog da Boitempo, 22 de julho de 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>. Acesso em 25 mar 2023.

ALVES, Giovanni (2013b). “**A revolta do precariado no Brasil**”. Blog da Boitempo, 24 de Junho de 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em 25 mar 2023.

AZEVEDO, Fatima Gabriela Soares de. **Cidade e Política: Reforma Urbana e Exceção no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gramma Editorial, 2019.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo: Grandezas e misérias de uma aventura crítica (Séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOITO JR, Armando. “Lava-Jato, Classe Média e Burocracia de Estado”. **Revista Lumen**, v.2, n.3, 2017.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹⁴ Formulação elaborada durante a mesa “Mapeando a geografia de Junho: 2013 em diferentes cidades do país”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vCYhDrff7ZM>. Acesso em 25/07/2023.

- BRAGA, Ruy. “Sob a sombra do precariado”. In: VIANA, Silvia; HARVEY, David, et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 79-82.
- BRAGA, Ruy. (2017b). “Pode o subalterno lutar?” **Revista Quatro Cinco Um**, São Paulo, Número 8, Edição de 30 de novembro de 2017.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo/USP-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
- BRINGEL, Breno. “Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”. **Revista Insight Inteligência**, n. 62, 2013.
- BRITO, Felipe & OLIVEIRA, Pedro. “Territórios Transversais” In: HARVEY, David; VIANA, Silvia et. al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 65-69.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. **A Nova Direita no Brasil: Aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Tese. Doutorado em História Social - UFF. Niterói, 2016.
- CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: As manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)**. São Paulo: Annablume, 2013.
- DIEESE, “Balanço das greves em 2013”. **Boletim de Estudos e Pesquisas**, nº 79, dezembro de 2015.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. São Paulo: Globo, 2008.
- FIGUEIREDO, Rubens (Org.). Junho de 2013: **A sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.
- FREITAS, Veronica Tavares. **‘Meu partido é o Brasil’: A ascensão do movimento pela intervenção militar nos protestos brasileiros (2011-2019)**. Tese. Doutorado em Sociologia – USP. São Paulo, 2023.
- GALVÃO, Andreia & TATAGIBA, Luciana. “Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)”. **Opinião Pública (Revista do CESOP)**, Campinas, vol. 25, n.1, jan-abr, p. 63-96.
- GALVÃO, Andreia & TATAGIBA, Luciana. “Contradições do capitalismo e conflito distributivo: Junho de 2013 à luz de uma abordagem integradas dos protestos”. In: TAVARES, Francisco; BALLESTRIN Luciana; MENDONÇA, Ricardo. (Orgs). **Junho de 2013: Sociedade, Política e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GOHN, Maria da Glória. “Jovens na política na atualidade: Uma nova cultura de participação”. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, jan/abr de 2018.
- JOURDAN, Camila. 2013: **Memórias e resistências**. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.
- LEITE GONÇALVES, Guilherme. “Neoliberal Malaise, 2013 ‘June Journeys’ and the Criminalization of the Protests in Brazil: a Re-reading Through Louis Althusser”. **Intermatonal Journal of Politics, Culture and Society**, June, 2022. <https://doi.org/10.1007/s10767-022-09425-y>

LIMA, Elisângela Oliveira. **As políticas públicas de transporte em disputa**: As revoltas contra o sistema de transportes nas periferias do Rio de Janeiro entre junho e dezembro de 2013. Relatório de Pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Greves no Brasil**: O despertar de um novo ciclo de lutas? 2014. In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532181-greves-no-brasil-o-despertar-de-um-novo-ciclo-de-lutas>. Acesso em 20 mar/03/2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020

MATTOS, Marcelo Badaró. “De junho de 2013 a junho de 2015: Elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira”. In: Demier, Felipe; Hoeverler, Rejane (Orgs.) **A onda conservadora**: Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SP. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. (VIANA, Sílvia; HARVEY, David et al.). São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-18.

NOBRE, Marcos. **Os limites da democracia**: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022

PEREZ, Olívia Cristina. “Interpretações sobre as Jornadas de Junho de 2013”. **Global Journal of Human-Social Sciences**, vol. XX, Issue III, Version 1, 2020, p. 7-15.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SINGER, André. “Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas”. **Revista Novos Estudos** CEBRAP, n°97, novembro de 2013.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: Entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

TATAGIBA, Luciana. “Os protestos e a crise brasileira: Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)”. **Revista Sinais Sociais**, n. 33, 2017, p. 71-98.

THÂMARA, Thamyra. “Junho preto: Favelado ocupando as ruas”. In: Moraes, Alana et al (Org.). **Junho**: A potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol I – A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VIANA, Sílvia “Será que formulamos mal a pergunta?”. In: VIANA, Sílvia; HARVEY, David, et. Al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. (.). São Paulo: Boitempo, 2013a, P. 53-58.

VIANA, Sílvia. (2013b). **Técnicas para a fabricação de um novo engodo, quando o antigo pifa**. Blog da Boitempo, 21 de junho de 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/21/tecnicas-para-a-fabricacao-de-um-novo-engodo-quando-o-antigo-pifa/>. Acesso em 13 mar. 2023.

VIEIRA, Rafael B. Sobre o regime empresarial-militar de ocupação das favelas do Rio de Janeiro: Uma análise (crítica) das Unidades de Polícia Pacificadoras. **Revista Direito e Práxis**, v.07, n.3, 2016.

VIEIRA, Rafael B. “Junho de 2013: Temporalidade, Conflito e as interpretações do período”. In: FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe (Orgs.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

Parte II

Elementos para pensar a barbárie social

Militarização da Política de Segurança Pública: apontamentos sobre intervenções policiais e militares em favelas cariocas.

Fernanda Kilduff
André Saldanha Costa

1. Introdução

O objetivo do capítulo é apresentar reflexões sobre a militarização da política de Segurança Pública, analisar o processo de militarização da cidade do Rio de Janeiro e realizar apontamentos históricos sobre intervenções policiais e das Formas Armadas em favelas cariocas. Para tal fim, propomos, em um primeiro momento, debater desde uma perspectiva de totalidade, os processos de criminalização/penalização da pobreza no atual contexto de organização monopolista do capital. Assim, procura-se analisar as mudanças operadas pelos Estados Unidos, na década de 1970, nas políticas criminais (e sua adoção em vários países do mundo) que implicaram o reforço estatal das funções penais, repressivas e punitivas como umas das formas de gestão da miséria, sendo os(as) trabalhadores(as) precarizados(as) e/ou desempregados(as) a quem se dirige principalmente esta política altamente letal. Na sequência, debatemos o processo de militarização da segurança pública, a partir da década de 1990, como um elemento determinante da lógica do capitalismo em sua fase neoliberal, que promove em seu processo de sua reprodução ampliada, a conversão de vidas em mercadorias descartáveis através da política de “guerra às drogas”.

2. Neoconservadorismo penal: experiência estadunidense e capilarização nos países dependentes.

Parte-se do pressuposto que a resposta do capital a sua própria crise estrutural¹ em curso, mudou de forma significativa a relação entre instituições sociais e de persecução criminal na gestão da pobreza e desigualdade social, no entanto, é fundamental pensar que as orientações dadas pelo estado capitalista à política social e penal, não constituem (e não poderiam constituir) dois processos dicotômicos e autônomos, pois respondem ao mesmo conjunto de determinações presentes na sociedade. (WOLFF, 2005).

Dito isso, Estados Unidos, nas décadas de 1970-1980 reorienta sua política interna e externa em uma nova ofensiva contra a classe que vive do trabalho. No plano internacional, a política imperialista estadunidense, com a necessidade de criar novos perigos que justificassem sua intervenção militar, encontra, na chamada “guerra contra às drogas”, motivos renovados para sua política de intervenção militar, uma vez que o comunismo perdera força em boa parte do ocidente e, particularmente, na América Latina.

¹ O conceito é utilizado, entre outros autores, por István Mészáros. Na sua obra “A crise estrutural do capital” (2009), o autor, em uma interlocução direta com Marx, analisa a crise mundial capitalista que se abre a partir das décadas de 1970/1980. Nesse sentido, o filósofo húngaro, observa que, entre as principais respostas do capital a sua própria crise, está a ampliação da esfera financeira, especialmente do capital fictício, que ocupa a liderança na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Assim, a crise estrutural, caracteriza-se por ser endêmica, cumulativa, crônica e permanente; e suas principais manifestações são o desemprego estrutural, a destruição ambiental e as guerras permanentes.

Nesta direção, de acordo com Malaguti, “Estados Unidos, a partir dos anos 80, utiliza o ‘combate às drogas’ como eixo central da política norte-americana no continente [latinoamericano]. As drogas passam a ser o eixo das políticas dos países atrelados a Washington.” (2003, p.12).

Desta forma, a militarização² das atividades segurança pública – compreendida em articulação com os interesses econômicos e políticos dos grandes monopólios – tem diversos objetivos, entre os quais se encontra a expropriação das populações periféricas do uso de seus recursos naturais, garantindo-se o controle de territórios com posições geográficas estratégicas. Assim, a título de ilustração, muito longe de reduzir e desarticular o comércio internacional de drogas, o suposto combate ao narcotráfico na Colômbia, possibilita a os Estados Unidos ter ingerência direta e permanente neste país. De acordo com Ceceña (2006) esse controle militar e territorial lhe permite a Estados Unidos a passagem para toda a Amazônia brasileira³.

Esta lógica bélicista foi paulatimamente introduzida nas políticas internas de segurança pública nos Estados Unidos, nos finais da década de 1970 e início da década de 1980. Assim os conceitos de inimigo e de guerra incorporam-se às políticas penitenciárias, judiciárias e policiais do chamado estado de direito.

De acordo com Zaffaroni:

A essência do tratamento diferenciado que se atribui ao inimigo consiste em que o direito lhe nega sua condição de pessoa. Ele é considerado sob o aspecto de ente daninho ou perigoso [...] estabeleceu-se a distinção entre cidadãos (pessoas) e inimigos (não pessoas), faz-se referência a certos seres humanos que são privados de certos direitos individuais (2007, p.18).

Young (2002) estabelece o paralelo que existe entre a guerra e a criminalidade, quanto à mobilização da agressividade. Destaca que, para criar um “bom inimigo”, temos que ser capazes de convencermos que “eles” são as causas de todos os nossos problemas, facultando dirigir a animosidade contra eles. Devemos acreditar que eles também seriam, intrinsecamente, diferentes de nós (eles sintetizariam a corrupção, o mal, e a degradação), o que habilitaria e legitimaria o Estado (amparado na ideologia liberal da defesa da sociedade contra o crime) ao uso legal e também ilegal da violência. Uma lógica (militar e de guerra permanente) que identifica mecanicamente as classes subalternas como agente do crime, como classes perigosas e os bairros e favelas como 'áreas de risco' levando à aplicação de políticas extremamente punitivas que atingem o conjunto da população mais pobre. Dornelles afirma: “O controle do crime é esperado através de práticas ilegais e violentas. Existe uma expectativa pela maioria da sociedade, que a criminalidade seja resolvida através de medidas duras, o que significaria sacrificar a legalidade e chegar ao extermínio.” (DORNELLES, 2008, p.189).

² Por militarização da segurança pública, entende-se um processo histórico institucional de indeterminação fática entre atividades escalonadas em ambientes de guerra e atividades de policiamento ostensivo regulares. No Brasil, e no Rio de Janeiro em particular, a instituição “Policia Militar” desenvolve suas funções precípua tendo esta ambiguidade político-jurídica como característica funcional de seu *modus operandi* recorrente. Sobre este tema ver ROCHA. L; 2018.

³ Ana Esther Ceceña (2006), destaca que, a América Latina é a segunda zona petrolífera do mundo, possui abundantes reservas de gás e carvão, detém a maior biodiversidade, como também as maiores reservas de água doce; situação que explica a existência de numerosas bases militares que coincidem nessas regiões.

Importa destacar que uma “guerra” movida contra um suposto “inimigo” difuso – como as drogas e as pessoas que operam nesse mercado ilegal – é uma “guerra” que não possui um alvo preciso e nem alternativas diplomáticas viáveis, o que além de não permitir localizar nenhum marco jurídico-político claro e objetivo entre o policiamento ostensivo e a guerra – elemento fundamental em qualquer Estado democrático de direito – faz com que o uso da violência e do terror de estado seja uma possibilidade constante e recorrente.

Neste mesmo sentido, Miranda (2014), observando a particularidade do Brasil, analisa os argumentos que são apresentados oficialmente e que associam a necessidade de “ordem” à presença e intervenção militar. Tal perspectiva se manifesta em depoimentos de agentes públicos que afirmam que os “direitos humanos são para os humanos direitos”, expressão cuja autoria não é conhecida, mas que revela uma resignificação da mesma lógica, aquela que confirma que a cidadania e a garantia de direitos não é algo que tenha extensão e validade para todos os cidadãos universalmente, devendo apenas funcionar para o aquele cidadão considerado de “bem” pelo agente decisório.

Cabe destacar que os meios de comunicação hegemônicos e as autoridades públicas fomentam e divulgam essa separação, sendo os direitos de cidadania os correspondentes às pessoas “honradas” e “dignas” e os Direitos Humanos os exigidos por aqueles classificados como “bandidos”, “presos” e seus defensores, integrando estes últimos, por exemplo, as instituições e organismos de Defesa de Direitos Humanos.

Ao considerar o emprego da violência como determinação estrutural fundamental do capitalismo, entende-se a crescente militarização da vida social e da política de segurança pública no Brasil em curso, como mais uma expressão/determinação da crise estrutural do capital e da reorganização das relações econômicas e de poder na contemporaneidade visando assegurar/aprimorar os mecanismos de controle da população crescentemente desempregada e/ou vínculos precarizados de trabalho que assumem formas dramáticas com a radicalização neoliberal e o avanço da extrema direita no mundo, e também no país.

3. Apontamentos sobre a militarização de favelas no Rio de Janeiro.

Em *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro*, Malaguti (2005) destaca que o medo (objetivo e subjetivo) serviu de canal para a construção do mito da “guerra civil” e das “classes perigosas” como forma de reificação do caráter genocida, militarizado e autoritário da formação social brasileira. O relatório da Anistia Internacional (2015) que aborda a questão das execuções sumárias praticadas por agentes de segurança, notadamente das polícias militares, destaca que:

As políticas de segurança pública no Brasil são marcadas por operações policiais repressivas nas favelas e áreas marginalizadas. A “guerra às drogas” para combater o comércio de drogas ilícitas, especialmente nas favelas, e a ausência de regras claras para o uso de veículos blindados e de armas pesadas em áreas urbanas densamente povoadas elevam o risco de morte da população local. A Polícia tem justificado, recorrentemente, o uso de força letal contra as pessoas alegando suspeitas de envolvimento das vítimas com grupos criminosos. Essas operações militarizadas de larga escala têm resultado em um alto índice de mortes nas mãos da Polícia. (2015, p.5).

Miranda (2014) observa que, mesmo após a introdução da pauta dos Direitos Humanos no debate das políticas públicas de segurança na década de 1980, as corporações policiais foram profundamente refratárias à incorporação de práticas calcadas no respeito dos direitos civis dos supostos “suspeitos” de condutas tipificadas como crimes.

Zaverucha (2010) verifica como, no processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia no Brasil, as instituições permanentes de segurança do Estado se reconfiguraram. Transição marcada pelo lema governamental de ser um processo “lento, gradual e seguro”, o mesmo autor, destaca os enclaves autoritários presentes no texto da Constituição de 1988 e nas instituições administrativas do Estado, no sentido de demonstrar vulnerabilidade das “novas” instituições democráticas da “nova” república, às práticas autocráticas remanescentes nas instituições diretas da administração pública, em especial, as de caráter militar.

Assim, na década de 1990, à medida que se implementa e consolida o projeto neoliberal, consta-se no país e particularmente na cidade do Rio de Janeiro, o crescimento de intervenções policiais-militares em favelas, com o argumento falacioso de “aumento da criminalidade” e combate ao tráfico pela repressão ostensiva direta ou a chamada repressão preventiva, que, na prática, significa matar ou encarcerar por “periculosidade presumida”, como observado por Zaffaroni em *O inimigo do direito penal* (2005).

No ano de 1994, foi estabelecida a “Operação Rio I” que consistiu basicamente em uma intervenção das Forças Armadas, notadamente do Exército, que assume o papel das polícias estaduais, conforme o seminal estudo de Coimbra (2001). Com isso, trinta anos depois do golpe militar, que instaura o maior período de vigência do estado de exceção declarado no Brasil, os generais voltam a assumir um papel de protagonismo político, devido a uma suposta e declarada conjuntura “emergencial” referente à segurança pública.

De tal modo, deve-se destacar que, de acordo com Serra e Souza (2023, p.354-355), o processo de “militarização da segurança e simultânea policialização das Forças Armadas” – implementado e potencializado a partir da década de 1990 – tem como efeito a indistinção entre as competências institucionais e funcionais de ambos os corpos militares, o que na prática torna mais difícil identificar e responsabilizar os agentes destas mesmas instituições pelos atos cometidos durante a vigência desta medida administrativa excepcional. Na hipótese dos autores, desde a ditadura civil-militar, a segurança pública, tornou-se extensão das forças armadas fortemente marcada pela lógica da guerra e presença maciça de militares nos postos chaves de comando, tanto das polícias militares como das secretarias de segurança pública.

A “Operação Rio I”, de caráter militar-policial não fora à única ocorrida no intervalo entre 1990 e 2021. Em 1992, durante a conferência internacional Rio Eco-92, os militares foram convocados para a garantia da “manutenção da ordem”⁴, enquanto os diversos Chefes de Estado, estivessem na cidade do Rio de Janeiro para o evento. Naquele momento, a atuação dos militares foi vista como sem maiores implicações e complicações para o *dever* do regime democrático recentemente adotado. Pensava-se, naquele momento, principalmente nas consequências deletérias da imagem do país no exterior, que um possível “distúrbio” urbano poderia causar durante o evento, que um possível distúrbio urbano haveria de causar

⁴ O ministério da defesa tabulou todas as vezes em que a manutenção da ordem pública foi mantida através de uma medida de “Garantia de Lei e Ordem” (GLO). Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/2-tabelas-glo_atualizada_em_jan_22.pdf Acesso em: 09 ago. 2023.

durante o evento. Entretanto em tal episódio o que se processou foi, de fato, uma primeira experiência política pós golpe civil-militar, de emprego do contingente militar para controle policial urbano. O Rio de Janeiro foi o laboratório, em que se avaliou a possibilidade do uso das Forças Armadas em um contexto excepcional dentro da vigência formal do regime democrático.

Após a Operação Rio I, outras ocasiões levaram às autoridades públicas à apelação do argumento da “necessidade” do uso das Forças Armadas para garantia da ordem. O carnaval do ano 2002 foi outro evento onde as Forças Armadas, notadamente o Exército, foi utilizado junto à sociedade civil sem uma declaração formal (e constitucional) de intervenção federal, estado de defesa ou de sítio⁵.

Tais acontecimentos guardam uma íntima relação com o desenvolvimento dos argumentos que levaram à primeira ‘Operação Rio’, e que, pode ser considerada como a precursora deste modelo de intervenção em tempos democráticos. Tais ações tem o caráter fundamental de evidenciar a praticidade e a aplicabilidade do estado de exceção, como regra de governo tal como alude o filósofo Giorgio Agamben⁶. Além de ser uma suspensão na prática dos direitos constitucionais, tal operação, como veremos, dispensou totalmente os ritos sumários que implicam os ordenamentos jurídicos de um Estado de direito. Com isso, a segunda “Operação Rio” fora estabelecida por um decreto com “força de lei.”

Assim, para superar esse entrave, um mecanismo legal que possibilitou e legalizou a “rotinização de estado de exceção”, foi a aprovação no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso da lei que regula a aplicação das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO)⁷. Independentemente da questão de sua constitucionalidade ou não, o fato é que, a partir deste título jurídico, as Forças Armadas estão habilitadas a atuar como o poder discricionário análogo às polícias estaduais em operações denominadas de “reestabelecimento da ordem pública”.

Assim a GLO, vigente até o presente momento, permite que – com total impunidade e imunidade legal – como assinala Wacquant (2007), nas cidades brasileiras, a Polícia Militar entre rotineiramente nas favelas com blitz, tanques e tropas que jogam abaixo portas e janelas, saqueiem moradias e intimidem seus ocupantes, disparem e assassinem indiscriminadamente.

Segundo Serra e Souza (2023), no final de 2019, a presidência da república, enviou um Projeto de Lei ao Congresso que ampliou as circunstâncias que em militares atuam em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (LGO) que possibilita matar civis sem serem punidos. O que é conhecido juridicamente como excludentes de ilicitude, ou seja, as circunstâncias que autorizam a morte sem que isso seja considerado homicídio diante da lei. Tal como propõe Agamben, trata-se de reduzir todos os cidadãos, sujeitos de direitos, a

⁵ O papel das Forças Armadas está regulamentado na Constituição de 1988: não devem ser utilizadas para manter a ordem pública, salvo se todos os órgãos responsáveis pela segurança pública se revelarem impotentes. São mobilizadas em caso de estado de defesa (art.136) e se esse se mostrar ineficaz, de sítio (art. 137). Ambos necessitam da aprovação, por maioria absoluta, do congresso nacional, para serem decretados pelo presidente da república, após consultados o conselho da república e o conselho de defesa nacional. Quanto à intervenção federal, o art. 34 estipula que, a função das Forças Armadas é pôr término ao grave comprometimento da ordem pública. Sua decretação e aplicação segue o ritual do estado de defesa ou de sítio.

⁶ “Conforme uma tendência em ato em todas as democracias ocidentais, a declaração do estado de exceção é progressivamente substituída por uma generalização sem precedentes do paradigma da segurança como técnica normal de governo. (AGAMBEN, 2004, p. 28)”

⁷ Lei complementar nº 97 de 1999 e Decreto nº 3.897, de 24 de agosto 2001. Ver <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

condição de “*homo-sacer*” em que a vítima pode ser morta sem que se cometa um homicídio por parte do algoz (2002).

Destarte, com o retorno da democracia (restrita e formal) ao Brasil, a retórica da “guerra contra as drogas e a criminalidade” adotou as mesmas pautas estabelecidas para enfrentar a “ameaça comunista” característico do período autocrático-burguês da ditadura civil-militar. De acordo com Malaguti:

O controle repressivo convergiu para a confecção do novo estereótipo de criminoso, que foi de trabalhadores e intelectuais - geralmente sindicalizados e/ou membros de partidos políticos- para os jovens pobres. O inimigo, antes circunscrito a um pequeno grupo, se multiplicou nos bairros pobres, na figura do jovem traficante” (2003, p.40).

Com o objetivo de demonstrar que a militarização não é uma realidade recente no país, destacam-se alguns elementos de continuidade e que permite afirmar que, apesar de contornos diferentes, ela é uma política de Estado, planejada e executada sistematicamente por governos ditos progressistas, mas principalmente, por governos de direita e extrema direita.

A continuidade da presença militar nesta política foi afirmada com a implementação no estado do Rio de Janeiro das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que intensificaram a intervenção e ocupação territorial militar restrita ao espaço de favelas. Neste sentido, vale destacar que a militarização das favelas cariocas não é novidade – vide o grupamento de policiamento em áreas especiais (GPAE) iniciado durante o governo de Anthony Garotinho na primeira década de 2000 (CARDOSO, 2016) –, porém, esse programa significou, nessas localidades, atuação de distintas forças militares (Exército e Polícia Militar).

O programa das Unidades de Polícia Pacificadora, iniciado em 2009 durante o governo de Sérgio Cabral (2007-2014), do PMDB, representou uma inflexão na política de segurança pública executada no estado do Rio de Janeiro, embora se caracterizasse pela manutenção da “guerra” como estratégia militarizada de gerenciamento da vida nas favelas (LEITE, 2015 apud ROCHA, 2018, p.226).

Dessa forma, o programa das UPPs reforçou a ideia de que somente uma intervenção militarizada poderia “ordenar territórios” marcados pela existência da criminalidade violenta. “O próprio conceito de ‘pacificação’ pressupõe gestão fortemente militarizada, na qual as favelas são vistas como territórios inimigos”. (BARROS, 2018, p. 287). Em paralelo, esse programa associou a “necessária” militarização de territórios ao desenvolvimento de políticas públicas; “abrir caminhos” para a atuação estatal, como se antes não existisse a presença do Estado. Assim, esse argumento (falacioso) possibilitou legitimar socialmente esse renovado processo de militarização. “Os investimentos sociais, especialmente em favelas, só têm legitimidade pública quando pretendem resolver o “problema-favela”, colocando em termos do risco que esses territórios e seus moradores representam para a paz da cidade e dos “cidadãos do bem”. (ROCHA, 2018, p.234).

Para Batista (2011), UPPs significaram controle de pobres para garantir a “paz” para que chegassem investimentos do grande capital para os megaeventos⁸. Abre-se também com

⁸ Jogos Mundiais militares, em 2011; Jornada Mundial da Juventude, em 2013; Copa do Mundo, em 2014; e Jogos Olímpicos, em 2016.

essa política um renovado período de gestão policial da vida cotidiana dos setores da classe trabalhadora que residem em territórios de favelas ocupados militarmente. Ainda que o projeto das UPPs tenha sido ponto central na reeleição em primeiro turno de Sérgio Cabral (2010), diversas chacinas envolvendo as forças de segurança pública desmontaram a imagem de sucesso do programa:

As manifestações de 2013 no Rio de Janeiro questionaram diretamente a Polícia Militar e pediram seu fim. Mortes cada vez mais publicizadas na mídia foram se acumulando: a chacina da Maré (em que dez pessoas morreram no meio dos protestos de junho de 2013), o pedreiro Amarildo (desaparecido na Rocinha em julho de 2013 e cujo processo foi recentemente arquivado) (...), os cinco jovens assassinados em Costa Barros com 111 tiros (em 2015), entre outros casos. (ROCHA, 2018, p.233).

Assim, em 2015, encerrou-se o último experimento de ocupação militar permanente em favelas cariocas. A saída das Forças Armadas do complexo da Maré, que reúne 16 comunidades, não conseguiu realizar aquilo que, em tese, se destinava a realizar: desarticular o controle das facções criminosas que atuam na localidade e reduzir os índices de criminalidade associados supostamente a atuação desta mesma facção. De fato, a ocupação baseada em um decreto de 2014 de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), foi um artifício para garantir uma aparente tranquilidade para a realização da Copa do Mundo de 2014, a partir de uma solicitação do governador do Estado.

Em um processo de continuidade da militarização como projeto político, a Intervenção Federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro em 2018, por um lado sinalizou a crise e o fim do programa de “Unidades de Polícia Pacificadora”, todavia reafirmou a política e a lógica da militarização. Segundo dados do Observatório da Intervenção – (CESe/UCAM)⁹, o governo federal destinou R\$ 1,2 bilhão para intervenção federal do Rio de Janeiro no mês de março de 2018, e o resultado foi o aumento de chacinas, tiroteios e homicídios dolosos. Segundo relatório, *Intervenção Militar, um modelo para não copiar*:

Durante o período da intervenção, foram registradas 54 chacinas, com total de 216 pessoas mortas, +63,6% maior do que no ano 2017. O município do Rio de Janeiro registrou 19 chacinas, seguindo Duque de Caxias (6) e Belford Roxo (5). Além das chacinas, os casos de balas perdidas também foram mais frequentes, vitimando um total de 189 pessoas, das quais 36 morreram¹⁰. (CESeC, 2018, p.11).

A conjuntura se agrava com as eleições de 2018. A chegada de Wilson Witzel pôs fim à intervenção federal, tornando-a não apenas uma intervenção, mas legitimando-a como uma forma de governo. O recém governador declarou em meios de comunicação hegemônicos como noticiários televisivos: “nas favelas a polícia pode entrar atirando” e com isso, respalda e autoriza a política bélica do extermínio por meio de execuções sumárias em favelas.

A militarização também aparece no discurso mediático, que alimenta a ideia de terror existente em um estado de guerra urbana. Desta forma, produz-se uma imagem coletiva de que a melhor solução para enfrentar o

⁹ Disponível em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/o-observatorio/quem-somos/> Acesso em: 02 ago. 2023.

¹⁰ Ver: <https://cesecseguranca.com.br/textodownload/intervencao-federal-um-modelo-para-nao-copiar/> Acesso em: 02 ago. 2023.

problema da violência urbana é permitir que todo tipo de ação genocida seja praticada e naturalizada contra os que seriam responsáveis pelo mal que atinge as cidades. (BARROS, 2018, p. 293).

A violência policial não cessou, todavia, foi agravada com a emergência sanitária iniciada em março de 2020. Apenas nos três primeiros meses da pandemia de COVID-19, de 15 de março a 19 de maio, os policiais do Rio de Janeiro realizaram 209 operações na região metropolitana do Rio de Janeiro, resultando em 69 mortes, de acordo com o relatório da Rede de Observatórios de Segurança¹¹. O mencionado relatório coloca que a maioria das operações foi motivada “pela repressão ao tráfico de drogas” e que o período de abril/maio de 2020, houve um aumento de 63,6% das ações com essa motivação.

Os dados divulgados em 26 de maio de 2020 para consulta pública no site do Instituto de Segurança Pública (ISP) registram oficialmente 177 mortes por intervenção de agente do Estado só no mês de abril de 2020, o que representa um aumento de 43% referente ao mesmo mês do ano anterior (2019).¹²

A forma militarizada da vida social se traduz em extermínio executado em nome da lei que na prática normaliza a exceção. Durante esse período, realizaram-se chacinas em favelas do Rio de Janeiro como uma prática de reatualização de políticas higienistas e eugenistas.

Na favela do Salgueiro no Município de São Gonçalo, no dia 18 de maio de 2020, mais um adolescente foi vítima da violência militar¹³. João Pedro com catorze anos foi morto a tiros, baleado pelas costas, dentro de sua casa durante uma operação policial contra o suposto “combate” ao tráfico de drogas. A operação ocorreu com a junção das polícias civil e federal. O assassinato de João não foi um caso isolado, o número de crianças e adolescentes negros, pobres e moradores de favelas que estão morrendo em disparos com a presença de agentes da segurança não para de aumentar (KILDUFF et al., 2020, p.157).

A casa em que João estava com mais cinco jovens foi alvo de 70 disparos, número este que evidencia uma polícia comprometida e ao serviço de um projeto de classe para manutenção da ordem do capital. João foi levado pelas forças de segurança para uma base aérea na zona sul do Rio, sua família foi impedida de acompanhá-lo no helicóptero e passou a noite sem receber informações sobre o adolescente, só no dia seguinte encontrou o adolescente no Instituto Médico Legal, localizado a 40 km de sua residência. Somam-se a esses casos, praticamente no mesmo intervalo de tempo, a morte de Kathlen Romeu, de 24 anos, que estava grávida de 14 semanas. A jovem foi morta na comunidade de Lins de Vasconcelos durante uma operação policial no dia 06 de junho de 2021. Dez dias depois Thiago dos Santos, de 16 anos, foi morto também dentro de casa, no Morro da Fé durante outra incursão policial.

Este conjunto de fatos fez com que organizações políticas fluminenses encaminhassem uma petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitado à corte uma medida cautelar de garantia de direitos conhecida juridicamente por Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF). Em tal instrumento, os signatários da

¹¹ Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Operac%CC%A7o%CC%83es-policiais-no-RJ-durante-a-pandemia.pdf> Acesso em: 03 ago. 2023.

¹² Disponível em: <https://www.isp.rj.gov.br:4431/Noticias.asp?ident=438> Acesso em: 03 ago. 2023.

¹³ Menino de 14 anos morre durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, RJ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.ghtml> Acesso em: 04 ago.2023.

petição – que inclui, entre outros, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) como proponente, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) a ong Justiça Global, a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, a Associação Direitos Humanos Em Rede e o Instituto de Estudos da Religião (ISER) como *amicus curiae*, que tem por objetivo obrigar o estado do Rio de Janeiro a elaborar “um plano visando à redução da letalidade policial e ao controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança fluminenses, que contenha medidas objetivas, cronogramas específicos e previsão dos recursos necessários para a sua implementação.¹⁴” Apesar da petição não ter sido totalmente implementada, sua existência acaba por produzir efeitos ambíguos. Por um lado, reduziu o número de operações policiais e o número de pessoas vitimadas por perfurações de arma de fogo (PAF), por outro, promove um incremento da letalidade policial em operações autorizadas e adequadas às medidas normativas da ADPF.

Segundo a organização de defesa dos direitos humanos “Conectas”, o Grupo de Estudos sobre os Novos Ilegalismos (GENI) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto Fogo Cruzado, a ADPF 635 de novembro de 2020, conhecida genericamente como “ADPF das favelas” procurou limitar as operações policiais o período da pandemia de COVID-19, obrigando às corporações policiais, a fundamentar precisamente a real necessidade de intervir militarmente nesses territórios a fim de cumprir mandados expedidos pelo poder judiciário estadual. Estas organizações avaliam que durante a vigência da referida decisão liminar:

O número de pessoas baleadas caiu ainda mais: 28%. Por um lado, a medida do STF poupou vidas. Por outro, a proporção de tiroteios com vítimas – que ocorrem majoritariamente em casos com presença policial – se manteve estável – o que indica que o comportamento das polícias não mudou, elas apenas atuaram menos. (CONNECTAS, 2023, s/n).¹⁵

O relatório elaborado pelo GENI/UFF¹⁶ comprova que a medida jurídica não alterou significativamente a alta taxa de letalidade das ações policiais apesar de ter reduzido significativamente o número de operações e incursões em áreas de favelas. Ainda assim as polícias do Estado do Rio de Janeiro, notadamente a Polícia Civil, com apoio da Polícia Rodoviária Federal (PRF) protagonizaram a maior chacina policial já registrada na série histórica. A “obediência relativa” a ADPF promoveu um aumento da intensidade da letalidade da ação policial naquele período, conforme constatado pelas mesmas instituições que monitoravam o cumprimento da ADPF.

No dia 06 de maio de 2021, uma operação de busca e apreensão em que 21 pessoas estavam arroladas em uma denúncia por suspeita de tráfico de drogas feita pelo Ministério Público obteve como resultante a morte de 28 pessoas sendo que uma das vítimas era um agente da própria polícia civil. Tal morticínio ocorreu em apenas 9 horas de incursão policial, o que resulta em uma média 3,1 mortos por hora de operação.

¹⁴ Texto da petição inicial disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5816502>. Acesso em: 06 ago. 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/em-um-ano-de-adpf-das-favelas-numero-de-mortes-e-tiroteios-cai-no-rj-mas-padrao-de-violencia-policial-nao-muda-diz-estudo/> Acesso em: 04 ago.2023

¹⁶ Relatório “Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/02/2020_Relatorio-efeitos-da-Liminar.pdf. Acessado em 06 ago. 2023.

No primeiro semestre de 2021, vieram a óbito 811 pessoas, período em que a vigência da ADPF ainda era válida. Soma-se a este número de mortos o fato de que 54% da população moradora de favelas não conseguiu fazer o isolamento social de acordo com as recomendações dos órgãos sanitários¹⁷. Dessa amostra, 55% alegou que tal situação se deveu ao fato de “necessitar trabalhar”. Sendo assim, esses sujeitos estiveram expostos a um triplo risco de morte: de fome por falta de emprego, por contaminação do coronavírus ou pela ação direta repressiva do Estado, através de intervenções militares protagonizadas pelas polícias e o exército.

4. Considerações finais

Conforme Mészáros (2007), o início da crise estrutural do capital - ocorrida na década de 1970 -, produziu mudanças importantes na postura do imperialismo. No intuito de recuperar os lucros atingidos em épocas anteriores, as grandes corporações monopolistas, adotam uma política cada vez mais agressiva que se evidencia na multiplicação de seu poder destrutivo. Dito isso, com o olhar para a atual estratégia imperialista, compreendemos as mudanças nas políticas criminais, que - operacionalizadas através dos sistemas penais -, provocam verdadeiros banhos de sangue.

Destacando-se a nítida posição imperialista, desde 1972, momento em que o presidente Richard Nixon declarou a “guerra às drogas”, Estados Unidos passa a investir na militarização do “combate” ao tráfico de drogas.

Dessa forma, em vários países capitalistas periféricos, a adoção dessa política se dá via militarização da “segurança pública” que, no Rio de Janeiro, como desenvolvemos neste capítulo, se materializa na ocupação militar dos territórios de favelas e bairros mais empobrecidos. Como destacado por Malaguti (2011), a imposição dos Estados Unidos para os países latino-americanos militarizarem sua segurança pública, vale dizer, usar as Forças Armadas para fins de policiamento urbano tem sido cada vez mais visível.

Com isso, afirmamos que Brasil utiliza suas forças armadas para fins de segurança interna e possui uma estrutura policial militarizada, situação que provoca o vertiginoso aumento dos mortos pela letalidade da violência estatal. Desse modo, a forma militarizada da vida social se manifesta no extermínio executado cotidianamente, amparado e promovido, em grande medida, pelo argumento da aplicação da lei e da manutenção da ordem.

O Estado, acirra as formas de vigilância social das populações empobrecidas sobretudo a partir de intervenções armadas nas favelas e territórios considerados ameaças à ordem burguesa instituída. Esta relevante característica da sociedade brasileira contemporânea que utiliza os instrumentos policiais e criminais para submeter os segmentos populares à violência armada do Estado não surge como a adoção neoliberal, contudo, como argumentamos neste capítulo, desde a década de 1990, conforme avança o instauração do projeto do capitalismo na fase neoliberal, a repressão deixa de ser uma excepcionalidade para tornar-se um estado de guerra permanente dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos trabalhadores informais (NETTO, 2010). Em resumo: a crescente

¹⁷“Mesmo com ADPF das Favelas, operações continuaram e quem vive em comunidade não está seguro” disponível em <https://www.vozdascomunidades.com.br/casos-de-policia/mesmo-com-adpf-das-favelas-operacoes-continuaram-e-quem-vive-em-comunidade-nao-esta-seguro/> Acessado em 06 ago. 2023.

hipertrofia da dimensão/ação repressiva e militarizada do Estado burguês é uma condição necessária para a acumulação de capital.

Neste sentido, o estabelecimento de políticas públicas militarizadas para a segurança pública é uma das estratégias do estado para reproduzir o próprio capitalismo. Isto fica patente na aplicação de termos em consonância com a lógica, o pensamento e a metodologia militar de “baixas operacionais”, “tomada de territórios”, “ocupações armadas”, “combate ao inimigo” como uma forma autorreferente de garantir a militarização da vida como atributo soberano da autoridade do estado.

Ao tomar a militarização da segurança pública como um gabarito de inteligibilidade para entender o massacre no Jacarezinho, entre tantas outras chacinas, confirmamos que a concepção militarizada de segurança pública permanece inalterada em sua essência desde a redemocratização do país. Independentemente de qual gabinete faça a gestão da unidade federativa, não foi possível debelar esta tendência.

O caso do massacre do Jacarezinho demonstra inequivocamente que os instrumentos jurídicos são apenas apanágios formais para lidar com uma questão estrutural do capitalismo que se reifica incessantemente sob a lógica do capital e através do discurso militar-policial de caráter genocida, eugénico e higienista. Neste sentido estamos de acordo com o argumento de Serra e Souza (2023): vivenciamos a rotinização do estado de exceção.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer – Poder soberano e vida nua I* Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARROS, Rachel. “Rio de Janeiro: o caleidoscópio da militarização urbana”. In: **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. 1 ed.- Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

CARDOSO, Marcus. Do GPAA à UPP: uma proposta de interpretação das percepções de moradores de favelas acerca dos projetos de policiamento comunitário ou de proximidade. **Soc. e Cul.**, Goiânia, v.19, n.1, p. 75-86, jan./jun. 2016.

CECEÑA, Ana Ester. **Desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado**. México, CLASO, 2006.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio - O mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: oficina do autor, 2001.

DORNELLES, João Ricardo. **Conflito e segurança**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

KILDUFF, Fernanda; MAIA, Viviane e NICOLAU, Mariana. Segurança Pública no Rio de Janeiro: reflexões sobre a militarização da vida. **Rev. Argumentum.**, Vitória, v.12, n.3, p.148-164, set./dez.2020.

LEITE, Marcia. & ROCHA, Lia. Sobre os dispositivos de governo dos pobres em uma cidade militarizada. In: **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

- MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.
- MALAGUTI, Vera. “O Alemão é muito mais complexo”. Rio de Janeiro: **Agência de Notícias das favelas**, 11 de novembro 2011. Disponível em: <http://www.anf.org.br/2011/09/o-alemao-e-muito-mais-complexo/>
- MALAGUTI, Vera. **Difíceis Ganhos Fáceis**: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIRANDA, Ana Paula. “Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. Brasil, **Fórum Sociológico** (25), 2014.
- NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie.”** Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.
- RAMOS, Silvia (coord.). **Intervenção federal**: um modelo para não copiar. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019.
- ROCHA, Lia. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In: **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- SERRA, Carlos Henrique e SOUZA, Luís Antônio. Militarização e milicianização da Segurança Pública no Rio de Janeiro. **Rev. Sociologias Plurais**, v.9, n.1, p.354-368, jan.2023.
- WACQUANT, Löïc. “Rumo à militarização da marginalização urbana”. In Discursos Sediciosos. **Crime, direito e Sociedade**. Ano 11 número 15/16. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- WOLFF, Maria P. **Antologia de Vidas e Histórias na prisão**: Emergência e Injunção de controle social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- ZAFFARONI, Raúl Eugenio. **O inimigo no Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- ZAVERUCHA, Jorge. “Relações Civis-Militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988.” In TELES. E; SAFATLE. V; **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

Violência doméstica e a manutenção do patriarcado no capitalismo.

Luana Siqueira
Glaucia Lelis Alves

Poderíamos dizer que a violência é uma das condições da manutenção da sociedade capitalista, que se estrutura pela *socialização da produção e apropriação privada da riqueza socialmente produzida* (Marx, 1987). Portanto, a violência se manifesta de muitas formas nessa sociedade que se organiza na divisão desigual do valor produzido pelo trabalho, em duas classes fundamentais, em que o trabalhador não usufrui da riqueza que produz (Marx, 2010), ficando, esta, sob controle de uma minoria. Para muitas (os) trabalhadoras (es) um dia de trabalho é insuficiente para garantir recursos mínimos para a manutenção de sua família. No processo de reprodução da classe trabalhadora e suas necessidades de subsistência assume uma centralidade o trabalho doméstico, sobretudo, o invisibilizado e não remunerado, o que se encontra no cerne dos processos de violência doméstica contra mulheres e crianças. Discutiremos, no texto que segue, a particularidade do trabalho doméstico para a acumulação capitalista e a violência doméstica como um recurso de controle e manutenção do trabalho não remunerado.

1. Trabalho doméstico e acumulação capitalista

O trabalho doméstico na transição e estabelecimento do capitalismo na Europa e com particularidades distintas na América do Sul, torna-se elementar para a produção e reprodução da força de trabalho. O trabalho de reprodução tem inerente o valor de uso, enquanto o trabalho de produção, ao valor de troca e – na produção capitalista – à mais-valia. Contudo, atividades de reprodução não são menos cansativas do que as de produção. Nesse sentido, a expressão espaços de trabalho deveria abranger quaisquer lugares de transformação de matéria-prima mediante o dispêndio de energia humana, independentemente de sua finalidade. No espaço doméstico o trabalho de reprodução está mesclado com o de produção. O que distingue reprodução e produção é a existência de qualquer sociedade humana, capitalista ou não, pressupõe o trabalho de reprodução ou o conjunto de operações diárias realizadas em prol da sobrevivência dos seres humanos:

Reprodução é a produção para a permanência de determinado estado de coisas, a começar pela subsistência orgânica dos indivíduos e pela subsistência da espécie, mediante a procriação. Essas são as bases e condições de possibilidade de qualquer sociedade humana. Sem reprodução, não há produção, pois ela não teria objeto, nem teria quem a realizasse [...] Portanto, a reprodução tem precedência lógica sobre a produção, ainda que, do ponto de vista gramatical, isso pareça estranho (Kapp; Lino, 2008:13).

Contudo, é na sociedade capitalista que o universo da reprodução da vida humana passa a ser determinado pelo universo da reprodução (ampliada) do capital, à qual se dá o

nome de produção. Do ponto de vista do capital, apenas o trabalho que contribui diretamente para a sua acumulação é denominado “produtivo”.

O modo de produção capitalista separou vida e trabalho em duas esferas distintas e inverteu, prática e ideologicamente, as prioridades: produzir e existir. A precedência da produção sobre a reprodução determina que a base de valor para as atividades desempenhadas pelos seres humanos seja o trabalho produtivo, gerador de riqueza para o capitalista. Essa precedência, em bases capitalistas, é paradoxal. O trabalho de produção domina o de reprodução e, ao mesmo tempo, o trabalho de reprodução sustenta o de produção. Nessa perspectiva,

Efetivamente, o trabalho de reprodução não é acumulável. À revelia do aspirador de pó, do freezer, da inseminação artificial e de toda a imensa produção de mercadorias destinadas ao consumo doméstico, não se pode limpar a poeira de amanhã, nem matar a fome da semana que vem ou gestar os filhos da década seguinte. Se o aumento das forças produtivas de uma sociedade tende a reduzir o trabalho necessário à reprodução, ainda assim uma grande parcela desse trabalho não pode ser mercantilizável, racionalizada ou socializada. Mesmo que muitas mercadorias estejam disponíveis e os salários efetivamente permitam comprá-las, a criação dos filhos, a manutenção da moradia, o cuidado com os doentes e até mesmo o consumo concreto envolvem um trabalho não reificável, sem o qual nenhum outro tipo de trabalho seria possível (Kapp; Lino, 2008, p.18).

Outra característica do trabalho de reprodução refere-se à dualidade de sua mercantilização. Há uma diferença entre “porção de trabalho de reprodução que é passível de substituição por mercadorias e a porção desse trabalho que não o é” (Kapp; Lino, 2008, p.16). No primeiro caso, as atividades produtivas submetem-se ao planejamento pelo Estado ou pelo capital privado mediante o interesse pela acumulação. No segundo caso, as atividades que não são acumuláveis, evidentemente, não são submetidas a controle com o objetivo de crescimento linear. É a partir dessa equação que o trabalho doméstico não pago, a esfera reprodutiva, se legitima, porém, de modo a mistificar os processos de expropriação e exploração daquelas que se embrenham nas atividades cotidianas que não são “passíveis” de acumulação mas garantem esse processo.

2. A falsa dicotomia entre o público e o privado no patriarcado capitalista

A constituição ideopolítica que engendra o patriarcado remonta a distintos modos de produção, em seu desenvolvimento sócio-histórico, trazer essa inflexão situa alguns elementos fundamentais ao pensar a relação entre patriarcado e capitalismo, a partir de duas premissas. Uma delas é a de que a lógica patriarcal não está reduzida a uma explicação natural/biológica de que em qualquer período da história da humanidade os homens em sua pretensa superioridade física e intelectual em relação às mulheres, são os responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social das sociedades, mas sim que essa perspectiva ideológica (em sua função de mistificação) está atrelada ao advento da propriedade privada.

A outra premissa refere-se às dimensões de reprodução da lógica de dominação masculina como estratégias de legitimação da ordem burguesa moderna, o que desmistifica a ideia de que o patriarcado deixou de existir com a transição do modo feudal para o modo

capitalista de produção, ao contrário, o patriarcado se reforça, se reproduz como lógica de dominação como um dos eixos estruturantes dos processos de exploração e expropriação inerentes à divisão sexual e internacional do trabalho. A educação do patriarcado estabelece algumas premissas para que os meninos, futuros HOMENS, sejam formados para garantir a manutenção da estrutura de poder que se sustentam através da exploração sexual e reprodutiva das mulheres, uma lógica que estabelece o lar, o espaço doméstico uma instância perigosa e insegura para as mulheres desde sempre. Relações sociais que se expandem para as demais esferas da vida social.

O patriarcado no capitalismo objetifica as mulheres, das seguintes maneiras: na feminilidade compulsória que torna as mulheres como adorno para enfeitar o mundo (Khel, 2008); no projeto de futuro bem sucedido, mistificando o casamento e a maternidade como objetivo de vida (Lerner, 2019); no controle compulsório da vida reprodutiva, satanizando métodos contraceptivos (Federici, 2019); no etarismo que classifica a vida útil das mulheres (Wolf, 1992); na hiper valorização da virgindade sinal de pureza e castidade, mantendo o ego frágil dos homens seguro e sem comparações com a performance de outros homens; na sociabilização feminina que induz à invisibilidade, à passividade e discrição.

Simone de Beauvoir (2009), embora não discuta a estrutura da sociedade e nem a acumulação capitalista, aponta uma reflexão relevante:

No homem não há hiato entre a vida pública e a vida privada: quanto mais ele afirma o seu domínio do mundo pela ação do trabalho, mais se revela viril; ao passo que os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com a feminilidade exigida, porquanto se exige da “verdadeira” mulher que se torne objeto, que seja só o outro. (Beauvoir, 2009, p. 301).

Esses elementos podem ser explícitos e repostos no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo em duas dimensões ideológicas:

a) A supremacia masculina: os meninos, desde cedo, aprendem que são os homens que dominam a história, a economia, a gestão pública, a cultura, a ciência, as descobertas tecnológicas, as representações religiosas, o protagonismo no mercado, na indústria... tudo produzido sobre si e para si, são eles os projetos de masculinidade que herdarão a terra e o patrimônio, chefiarão sua família no domínio da esposa e dos filhos. Essa não é somente uma construção abstrata, ou subjetivista que molda as consciências e identidades. Compõe a estrutura totalizante que conforma os mecanismos de controle social do Estado burguês em seus processos políticos, culturais, educacionais e que formatam seu projeto hegemônico, ou seja, nos processos ideológicos que formam consciências coletivas e relações sociais que estruturam a base material desta sociabilidade.

Um exemplo desse processo, para ficarmos somente em dados oficiais, refere-se ao Relatório Mundial sobre as Desigualdades 2022, que nos fornece as primeiras estimativas da desigualdade de gênero nos rendimentos globais. No geral, a participação das mulheres na renda total do trabalho se aproximava de 30% em 1990 e é de menos de 35% hoje. A participação da renda feminina em 2015. Em 2021 os homens representam 64% da renda total do trabalho (Piketty, 2022). A atual desigualdade de renda de gênero continua muito alta. Em 30 anos, o progresso foi muito lento em nível global e a dinâmica foi diferente entre

os países, com alguns registrando de mudanças, a parcela do trabalho feminino aumentou de 34% para 38% na América do Norte entre 1990 e 2020 (Piketty, 2022).

b) A inferioridade feminina e a condição “natural” do cuidado e servilismo aos homens: desde a infância os meninos são ensinados, por brinquedos, brincadeiras, conteúdos midiáticos etc., que mulheres existem para servi-los, que corpos femininos existem para excitá-los e dar prazer, que o útero existe para gerar seus filhos, e o direito de tomar uma mulher para seu usufruto quando quiser.

Segundo registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/Ministério da Saúde) no intervalo de 2009 a 2019, os casos de estupro registrados foram: 63.309 entre crianças de 0 a 10 anos de idade; 98.221 de 11 a 20 anos; 26.650 de 21 a 30 anos; 14.854 de 31 a 40 anos; 7.512 de 41 a 50 anos; 2.952 de 51 a 60 anos; 1.872 mais de 61 anos. Estima-se 822 mil casos de estupro por ano, 2 casos por minuto, sendo que somente 8,5% são registrados na polícia e 4,2% chegam ao sistema de saúde. Os dados apontam que mais de 80% das vítimas são mulheres. Em relação aos agressores, em termos de gênero, a maioria é composta por homens, com destaque para quatro grupos principais: 45,6% parceiros e ex-parceiros, 15,4% familiares (sem incluir as relações entre parceiros), 21,8% amigos(as)/conhecidos(as) e desconhecidos(as) (IPEA, 2023).

O estupro é enquadrado em dois grandes conceitos de violência: a violência de gênero e a violência sexual. Ainda hoje, há um grande desconhecimento sobre o fenômeno do estupro no Brasil, em particular no que tange à prevalência dos casos no universo da população majoritariamente mulheres jovens em condições férteis, trazendo elementos para pensarmos na reprodução compulsória, o estupro e a judicialização que posterga a legalidade do aborto em caso de violência, a maternidade é, nesses casos, sem escolha.

A naturalização do cuidado coloca as meninas e as mulheres **permanentemente em** situação de subalternidade.

Segundo o IBGE (2019), as atividades da agricultura e do comércio e reparação reuniam, respectivamente, 24,2% e 27,4% das crianças e adolescentes. Somadas, essas duas atividades reuniam mais da metade (51,6%) da população em situação de trabalho infantil. Entre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 66,4% eram homens e 66,1% eram pretos ou pardos. Na população de 5 a 17 anos de idade, 96,6% estavam na escola, mas entre as crianças e adolescentes em trabalho infantil, essa estimativa cai para 86,1%.

Em 2019 somava 83.624 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no trabalho infantil doméstico. Sendo, 85% (71,2 mil) a predominância de meninas trabalhadoras infantis domésticas reflete e reproduz o modelo padrão de organização familiar e a desigualdade entre gêneros, uma vez que cabe às meninas as tarefas domésticas.

Para as meninas ficam destinados os cuidados com o lar seu e de outros, Além do trabalho, 90% das trabalhadoras infantis domésticas ainda realizavam cuidados e afazeres domésticos nos domicílios em que residiam, percentual que superava o contingente das (os) que só realizavam cuidados e afazeres domésticos entre o total de crianças e adolescentes trabalhadores infantis (78%) e da população nessa faixa etária (52%) (FNPETI, 2021).

Essa condição é um agravante pois trata-se de mais uma atividade perigosa exercida concomitantemente ao trabalho e que diminui o tempo dedicado às atividades escolares e ao

lazer, em dissonância aos direitos das crianças e adolescentes. As crianças na ausência e insuficiência da renda familiar, tem o seu trabalho destinado ao custeio da família. Na maioria dos casos em que as crianças trabalham as casas são chefiadas por mulheres e os pais são ausentes.

Na fase adulta, as mulheres “cuidam” na forma mistificada do amor e não do trabalho não pago. Essas relações de trabalho são mediadas por ações de violência psicológica pela culpa, violência moral pelos casos de difamação frente ao suposto trabalho mal executado, violência patrimonial pela inexistência do salário e reconhecimento de tempo de trabalho e proteção previdenciária e social, chegando as vias da violência física no formato de castigos, golpes e outras tantas distintas violações.

As atividades de lavar, passar, cozinhar, limpar, cuidar de criança, enfermo, idoso, dentre tantas outras atividades é a chamada "Economia do Cuidado", trabalho reprodutivo, trabalho não pago. Dela depende toda a reprodução social da vida humana, pois é a partir desse trabalho executado diariamente nos lares, em sua maioria pelas mulheres, é formada a riqueza do país, já que elas contribuem para o bem-estar das pessoas e o funcionamento da sociedade. A Oxfam estima que o trabalho feminino não remunerado agrega 10,8 trilhões de dólares por ano em valor à economia mundial, cifra três vezes mais alta que a estimada para o setor de tecnologia. Um número gritante em torno na apropriação do trabalho despendido pelas mulheres nas tarefas de cuidado desempenhada em todo mundo (Fiesp, 2021).

Uma conta rápida: uma mulher em casa que cuida da família assume as funções de babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, motorista, professora, nutricionista, enfermeira, recreadora, profissional do sexo e psicóloga. Ao fazer uma média salarial simples dessas profissionais, o custo mensal superaria 10 mil reais mensais (Fiesp, 2021).

c) A violência é uma interface das relações sociais patriarcais no capitalismo

Como garantir a expropriação do trabalho feminino, se não pela violência? Todo modo de produção produz e reproduz relações sociais. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético a apreciação sobre a sociedade considera a totalidade dos movimentos social, político, cultural e econômico. Esse arcabouço teórico-metodológico contribui para interpretar e analisar as diferentes configurações da realidade. Numa perspectiva crítica é possível visualizar a produção/reprodução social de modo mais abrangente, identifica-se duas questões: 1) a produção dos meios para a sobrevivência humana significa a produção/reprodução da vida material, numa dimensão referente às condições econômicas de produção; 2) mas também, permite a produção/reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes, numa dimensão da vida social que engloba a reprodução espiritual (formas de consciência social, jurídicas, filosóficas, artísticas, religiosas).

O processo de produção/reprodução material e social situa-se na compreensão da totalidade do movimento da sociedade, sendo a categoria produção compreendida como as relações estabelecidas para produção das condições que satisfaçam as necessidades humanas, e a reprodução configurada como o fator que dá continuidade ao conjunto da vida social. Todo processo de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução. Esses pressupostos nos obrigam a entender a violência doméstica contra mulheres e crianças como parte essencial/estrutural da sociedade.

E se a reprodução de um determinado modo de vida está condicionada pela base material, coloca-se como possibilidade uma totalidade em permanente reelaboração, visto o caráter transitório e histórico das forças produtivas e, conseqüentemente, do modo de vida. E, portanto, pelas possibilidades de mudança das formas de violência e a consciência da condição de exploração da sociedade de classes.

Os meninos desde cedo são infantilizados pela família e aprendem que a birra e as formas agressivas são características aceitáveis e funcionais para conseguirem o que querem. Muito comum homens levantarem a voz em caso de desejo e discordâncias nos ambientes sociais. Essas atitudes são aceitas e na maioria das vezes valorizadas como: altivez, assertividade e eloqüência. Na forma de irreverência que a violência é valorizada, forjando a personalidade. Através do medo e da intimidação que os meninos aprendem a buscar o que querem, assim, ser amado e respeitado é quase o mesmo que ser temido. “Quando seu pai chegar em casa, você vai ver só” num misto de amor e medo a criança espera o pai.

Não é possível distanciar o público e o privado, a criança aprende em casa e reproduz nos espaços coletivos: seja a passividade dócil ou agressividade impositiva. Entre mudanças e permanências, a sociedade capitalista mantém o trabalho não pago pelo medo, pela dor e pelas formas fetichizadas do amor.

Segundo Lerner (2019), o patriarcado é a estrutura social que garante a dominação de um grupo social (homens), que impõem seu poder contra outro grupo social (mulheres). Isso acontece de diferentes formas, como por meio de instituições políticas, culturais e religiosas. O patriarcado tece uma profunda estrutura que condiciona a existência das mulheres a posições enfraquecidas e marginalizadas dentro do tecido social.

Há muitas polêmicas em torno da categoria do patriarcado, mas é sem dúvida com o advento da propriedade privada que a família monogâmica ganha arroubos de marcos regulatórios, de valores morais e medidas punitivas para caso de descumprimento. Contudo, somente as mulheres são obrigadas a cumprir com fidelidade e a monogamia é apenas feminina (ENGELS, 2006).

A instituição da monogamia consagra o patriarcado e na sociedade capitalista é a garantia da propriedade e a hereditariedade. A propriedade privada da riqueza e a propriedade de corpos da esposa e dos filhos. Se na estrutura das relações sociais o que se ensina aos meninos é a força e a agressividade como formas prósperas de adquirir bens, não é diferente em sua relação com os corpos femininos.

Uma das formas mais recorrentes de instituição do patriarcado na sociedade moderna está nas formas de violência contra a mulher. Estupro, feminicídio, violência doméstica e o assédio sexual são alguns atos que, apesar renegados, julgados negativamente e com legislações que criminalizam esses atos, há uma base de sustentação estrutural da sociedade capitalista, em que exploração e opressão são unidades complementares, e assim frequentes as formas de validação das relações sociais patriarcais.

No Brasil, há alguns anos foi criada legislação específica para os casos de violência contra a mulher: a Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica (física, sexual, verbal, psicológica e patrimonial) e está em vigor desde 2006; a Lei do Feminicídio, o assassinato de mulheres marcado pela questão de gênero, neste caso em vigor desde 2015; e mais recentemente a Lei da Importunação Sexual, em vigor desde 2018. Apesar da existência desse aparato legal, a violência continua. Federici (2019) critica a reforma

jurídica como principal meio de intervenção do Estado nos casos de violência contra a mulher.

Inclusive, a campanha pelo fim da violência contra as mulheres ganhou impulso nos últimos anos centrando-se no estupro e na violência doméstica – de acordo com as recomendações das Nações Unidas –, enquanto a violência inerente ao processo de acumulação capitalista foi ignorada, bem como a violência da fome, das guerras e das estratégias de contrainsurgência que, entre os anos 1980 e 1990, abriram caminho para a globalização econômica. (Federici, 2019, p. 139).

Arruza, et al (2019) **concebem** a violência como uma particularidade da sociedade capitalista, argumentando que este sistema se sustenta em uma mistura de consentimento e coerção. Ressaltam que a violência de gênero que está presente com tanta frequência na sociedade atual é resultado tanto dos efeitos do capitalismo quanto das dinâmicas familiares. Para elas, a agressão está institucionalizada e instrumentalizada como uma forma de controle e poder, em uma hierarquia de gênero, raça e classe. As leis criadas com a justificativa de proteger a mulher também não são vistas como boas alternativas.

A resposta carcerária ignora a importância de alternativas para as sobreviventes. Leis criminalizando o estupro marital ou a agressão no ambiente de trabalho não vão ajudar as mulheres que não têm outro lugar pra ir nem aquelas sem nenhum meio para chegar lá. (Arruza et al, 2019, p. 61)

Apesar da compreensão de que as violências descritas na legislação podem não corresponder a toda complexidade de agressões, inclusive simbólicas, elas são a maneira mais palpável de, ao menos inicialmente, abordar o assunto.

O Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, o número de vítimas cresceu 5% no último ano, mostra levantamento exclusivo do Monitor da Violência (2023). Alta de casos vai na contramão dos assassinatos, que tiveram queda de 1% em 2022. São 1,4 mil mulheres mortas apenas pelo fato de serem mulheres - uma a cada 6 horas, em média. Este número é o maior registrado no país desde que a lei de feminicídio foi promulgada.

Uma das explicações para a alta do feminicídio, em um período de queda dos homicídios, é a redução expressiva do investimento em políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Durante o governo Bolsonaro, houve um corte expressivo da verba para essa área, dinheiro destinado, principalmente, às unidades da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres. Outros fatores são: a baixa fiscalização, o que permite que mesmo mulheres com medidas protetivas se tornem vítimas de feminicídio; o aumento do número de armas em circulação, com o relaxamento das leis; e a ascensão de movimentos conservadores que defendem a manutenção da desigualdade de gênero nas relações sociais e a manutenção do matrimônio mesmo em situação de violência.

3. Considerações finais e apontamentos para estudos futuros

A análise histórica do modo de produção capitalista nos remete a compreensão das relações sociais estabelecidas de forma estrutural e não hierárquica entre: exploração e

opressão. Dito de outra forma, a violência não é uma forma atemporal ou adjetiva, mas nessa sociabilidade se torna condição essencial. Outros modos de produção e suas inerentes relações sociais também experimentavam formas violentas, mas é na sociedade capitalista que essa forma de mediar relações é condição de perpetuação. Há algo mais violento do que trabalhar e não usufruir do seu trabalho, ou ainda ter a cada avanço tecnológico a intensificação do seu trabalho e não condições melhores de existência. Pode algo mais perverso do que não se reconhecer na mercadoria que produz. Temer a própria classe a qual pertence e se ver aliado aquele que o explora, sem saber.

Nas dimensões particulares da vida cotidiana, a violência se diversifica na forma, mas se mantém na essência: acumulação capitalista. Assim explicações biológicas, medidas educativas e apenas legislações protetivas não são suficientes para prevenção e extinção da violência no espaço doméstico. Ainda como destaca Arruza (2019),

A violência, em todas as formas, é parte integrante do funcionamento cotidiano da sociedade capitalista – pois é apenas por meio de uma mistura de coerção brutal e consentimento construído que o sistema consegue se sustentar com perfeição. (p. 65).

As explicações das diferenciações das habilidades por gênero, a naturalização do cuidado como prática intrínseca ao feminino tem a mesma base teórico-metodológica para expor atos violentos, impulsivos e infantis aos homens; as medidas educativas são também formas escamoteadoras e individualizantes do fenômeno da violência contra mulheres e crianças, não basta educar, não é só uma questão de mudança de hábito pessoal, ou divisão de tarefas, é uma condição social que exige um trato coletivo e não privado.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% um manifesto**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

Beauvoir, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019

FIESP, Federação das indústrias do Estado de São Paulo. 8 DE MARÇO: A ECONOMIA DO CUIDADO, TRABALHO NÃO REMUNERADO, PRINCIPALMENTE DAS MULHERES, SE FOSSE SETOR ECONÔMICO SERIA 11% DO PIB (8 de março: a economia do cuidado, trabalho não remunerado, principalmente das mulheres, se fosse setor econômico seria 11% do PIB - FIESP acessado em 10 de julho 2023).

FNPETI, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **O trabalho Infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas**. Brasília, 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil tem 4,6% das crianças e adolescentes em trabalho infantil, Agência Brasil, 2019.

IPEA. Atlas da Violência: Dados sobre estupro no Brasil, março de 2023. **Revista Em questão** n° 22. IPEA, março 2023.

KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. Na Cozinha dos Modernos. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, vol.15, no16, Belo Horizonte, 1o sem. 2008.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008;

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARX, Karl, **Teorias da mais-valia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. Volume I.

MARX, Karl, **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Volume 1. 27.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

MONITOR DA VIOLÊNCIA: Brasil bate recorde de feminicídios em 2022; uma mulher morre a cada 6 horas - 08/03/2023 (<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/01/numero-de-assassinatos-cai-1percent-no-brasil-em-2022.ghtml> acessado em 12 de julho de 2023.)

PIKETTY, Thomas. **O Relatório Mundial sobre as Desigualdades 2022**. (O novo mapa da desigualdade global - Outras Palavras, acessado em 10 de julho de 2023).

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

A Política de Assistência Social no governo Bolsonaro: um panorama do desmonte

Mossicleia Mendes da Silva
Ana Paula Ornellas Mauriel

1. Introdução

A discussão a seguir traz como objeto a política de assistência social brasileira no contexto de acirramento da crise capitalista, considerando a sua ampliação e a funcionalidade na reprodução rebaixada da força de trabalho, implicando um dado padrão focalizado de política social.

Neste sentido, o texto ora apresentado dará ênfase ao período que compreende o Governo Bolsonaro (2019-2022), tendo como finalidade fazer um balanço analítico acerca dos processos de desmonte e intensificação da precarização da política de assistência social. Com o aprofundamento da crise estrutural do capital e as demandas impostas ao Estado brasileiro para gerir os efeitos mais deletérios de suas particularidades na periferia do capitalismo, processa-se um endurecimento do ajuste fiscal de largas proporções para o financiamento das políticas sociais e, particularmente para a política de assistência social, demarcando uma corrosão da ainda frágil da organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dos direitos sociais a ele atinentes.

2. Crise, radicalização neoliberal e governo Bolsonaro

Em função do acirramento dos efeitos da crise estrutural do capital tem-se intensificado o processo de expropriação de direitos e desmonte das políticas sociais no Brasil. De um ponto de vista ainda mais amplo, deve-se apontar a consolidação de movimentos político-econômicos que, no sentido de enfrentamento à crise, tem fomentado a organização de grupos de extrema-direita e neofascistas, que assentados em importante mobilização popular, chegam ao poder executivo de vários estados nacionais.

Para Brown (2019), é preciso considerar, na base de tais movimentos, os efeitos “desdemocratizantes” do neoliberalismo, seja pela mediação da forma jurídica, seja pela forma neoliberal de razão e valoração. Nesse sentido, a autora defende a necessidade de considerar a relação entre a escalada de movimentos de extrema-direita e fascizantes com o lastro destrutivo do neoliberalismo.

As manifestações da crise estrutural do capital se agudizam na forma de uma crise financeira – que depois se espalha para outras formas capitais – em 2007-2008 nos países de capitalismo central e eclodem no Brasil um pouco mais tarde, entre 2013-2014. Os efeitos catalizadores desses processos com as jornadas de junho de 2013, como estopim inicial do movimento que culminaria no impeachment de Dilma, em 2016. A partir de então, uma terceira onda de neoliberalização compõe o mote central da estratégia burguesa para gerir a crise capitalista no Brasil, e tal como assinala Mascaro (2019, p. 25), “a horrenda sinfonia da crise, da hecatombe e do golpe parlamentar, é executada em uma só peça em dois andamentos, de Temer à Bolsonaro”.

A eleição de Bolsonaro à presidência da República se deu sustentada pelo que Demier (2019, p. 122) chama de “ativas hordas pequeno-burguesas”, mas também com ressonância entre as camadas médias e setores mais empobrecidos da classe trabalhadora, além de lideranças de igrejas neopentecostais, militares, segmentos das forças armadas e do próprio capital nacional, sobretudo o agronegócio, que na impossibilidade de eleição do candidato mais “apropriado” se viu na premência de garantir a eleição daquele que asseguraria a agenda de contrarreformas necessárias à reprodução capitalista nesta quadra histórica.

A profunda simbiose entre o projeto neoliberal e um governo de extrema-direita ou com traços neofascistas imprimiu a forma de uma direção não apenas alinhada à agenda do capital, mas sedimentada em valores ultraconservadores, que se expressaram em políticas governamentais e ofensivas destrutivas principalmente sobre a população negra, os povos indígenas, a comunidade LGBT, além de movimentos sociais, ataques à esquerda, artistas e todo campo progressista, cerceamento da liberdade, fortalecimento das milícias, produzindo em pouco tempo uma destruição no campo da proteção social, da democracia e dos direitos em múltiplas dimensões.

Isso porque o centro estratégico do governo Bolsonaro foi agenda econômica, a qual reside no aprofundamento de medidas em favor do grande capital financeirizado, com vistas a amplificar a superexploração da força de trabalho, garantindo altos patamares de transferência de valor exigidos pelo centro capitalista a partir da geração de agudos superávists primários para manutenção dos pagamentos dos juros da dívida pública e outras formas de remuneração da burguesia interna e externa, reforçando uma dinâmica estrutural que reitera nossa formação social de base racista, escravocrata e concentradora de renda.

É nesse sentido que devemos situar e entender as diversas medidas tomadas desde o início do seu mandato, pois com pouco tempo de governo já havia um saldo perverso e preocupante de assalto a direitos e extinção de pastas de trabalho importantes.

O ataque à população indígena e quilombola teve início com a transferência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a pasta do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Além disso, a identificação, delimitação e demarcação das terras passam a de responsabilidade do Ministério da Agricultura, cujo interesse esteve ligado diretamente ao agronegócio, que projetou um crescimento anual na produção bovina entre 1,4% e 2,4% até 2030, cuja expectativa é abater até 12 milhões de toneladas por ano para atender o mercado, em especial as exportações (O JOIO e O TRIGO, 2022). Diante disso, a “Nova Funai”, como Bolsonaro batizou o órgão indigenista, facilitou a regularização de terras invadidas e passou a estimular a mecanização da lavoura dentro das próprias terras indígenas. Durante todo o governo Bolsonaro houve omissão, violação de direitos e a condução de uma política genocida em relação aos povos originários, inclusive na fase mais crítica da pandemia da Covid-19, quando alguns territórios não tiveram acesso ao básico para se proteger do vírus (PAJOLLA, 2023).

Tais ações se ligam diretamente à questão ambiental, onde a soma da devastação e da impunidade por crimes ambientais expressam o resultado de expropriações violentas de territórios via remoções ilegais, grilagem, garimpo, desmatamento ilegal e aumento das queimadas da Amazônia, Cerrado e Pantanal, diante da demissão e perda de autonomia de técnicos para fiscalização e segurança ambiental (FONSECA, ALENCAR, 2021). Esse sacrifício de vida também pode ser quantificado de várias formas. Considerando que a devastação mensal do mês de setembro de 2022 reportada pelo Inpe somou 1.455 km², isso

significou perda de R\$ 582 milhões por um ano de serviços ecossistêmicos. Para além disso, não podemos deixar de considerar danos irreparáveis, como a extinção das espécies, ou mesmo a irreversão de determinados biomas, causando uma perda incalculável de patrimônio genético. Essa postura “ecocida” do governo Bolsonaro se configurou em um dispositivo para o funcionamento de um circuito expropriador, cujo intuito era ampliar as fronteiras de negócios extrativista-fundiários ligados ao agronegócio do capitalismo dependente brasileiro, turbinando inclusive a indústria de agrotóxicos (BRITO, 2021). Para isso, a postura do governo não deixou de ser violenta e militarizada: 99 militares estavam em cargos comissionados nos nove órgãos responsáveis pela gestão de políticas socioambientais no Brasil (FARAGE, LIMA, 2021, p.15).

A retirada de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e demais grupos LGBTs, ocorreu com a transformação do antigo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado pela Ministra Damares Alves, que realizou a exoneração de trabalhadores em função de mapeamento de suas opções político-ideológicas contrárias ao governo, a qual defendeu valores que reforçam uma visão única de família tradicional brasileira como base para reforçar uma ordem binário-generificada, heteronormativa que conduziram à postura contrária aos direitos sexuais e reprodutivos (FONSECA, ALENCAR, 2021).

Tais posturas conservadoras e reacionárias recuperam o núcleo do projeto colonizador branco, que para sua manutenção precisou de crescente militarização da vida social, seja via tecnologias de controle e vigilância nas políticas sociais (particularmente com a nova onda de informatização) seja pelo fortalecimento do complexo penal e militar, inclusive na burocracia do Estado.

A militarização do Estado ocorreu com a ocupação de cargos estratégicos por militares, com a incorporação de militares às escolas públicas, ou ainda, pela intervenção do Governo Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino. Já em julho de 2020, 6.157 militares ativos ocupavam cargos civis no governo, um aumento de 108,22% em relação a 2016. No início de 2021, os militares já haviam assumido oito dos 22 ministérios. Nesse processo, merece destaque a área da saúde, especialmente durante a pandemia da Covid-19, atuando em setores estratégicos, como planejamento, orçamento e finanças, atenção primária e saúde indígena (FARAGE, LIMA, 2021, p.10).

Como parte de sua agenda econômica de garantir o rebaixamento geral do valor da força de trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora está a contrarreforma da Previdência, que primeiro foi apresentada na versão da PEC 06/2019, mas foi aprovada em sua versão final na forma de EC 103/2019. A proposta incorporou além de outros mecanismos perversos, a alteração do regime previdenciário apresentando medidas que buscavam unificar as regras de acessos às aposentadorias dos setores privado e público, reduzindo o valor dos benefícios previdenciários e assistenciais a patamares mínimos e aumentando o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria, que passou a ser de 65 anos para os homens e 62 para mulheres (SILVA, 2019). Contudo, o mais trágico foi a desconstitucionalização da previdência social, o que autoriza futuras emendas à Constituição, podendo incorrer em novas investidas contra os direitos previdenciários.

Seguindo a estratégia de barateamento intensivo da força de trabalho que vem seguindo desde o golpe de 2016, várias investidas se deram no sentido de expropriar parte ainda maior do trabalho necessário, garantindo assim as condições de violação do valor da

força de trabalho. Nesse rol de ações podemos citar o contrato de trabalho “verde e amarelo” (MP 905/2019), que sob o argumento de estimular o emprego do segmento mais jovem da população ativa, institui forma de trabalho precária, “que intensifica a jornada de trabalho; flexibiliza mecanismos de fiscalização, registro e punição às infrações; fragiliza ações de saúde e segurança no trabalho” (CASSIM, 2022, p. 26), configurando um prolongamento da contrarreforma trabalhista de Temer.

Outro ponto chave contra os rendimentos do trabalho foram as investidas para deterioração do salário mínimo na composição da renda nacional, que em janeiro de 2019 já evidenciava o teor de austeridade da pauta econômica ao anunciar o menor aumento em 24 anos, com o valor de R\$998,00, rompendo com a política de valorização introduzida pelos governos petistas (CASSIM, 2022). Essa atitude teve um impacto imenso, pois o alcance da população que depende direta ou indiretamente do salário mínimo é enorme: no primeiro trimestre de 2022, 36,4 milhões de pessoas viviam na informalidade com rendimento entre meio e um salário mínimo (BRITO, 2022).

Um cenário que, mesmo antes da pandemia, já era resultante da corrosão de direitos advinda das contrarreformas trabalhistas de 2017, que segundo Antunes (2022) significou mais terceirização, mais informalidade, mais desemprego, mais subutilização, particularmente com a legalização do trabalho intermitente. Com isso, formou-se uma massa de trabalhadores/as sob uma nova condição jurídica de não assalariados, mas reconhecidos como colaboradores, prestadores de serviços, empreendedores, sem nenhum direito trabalhista ou previdenciário. Entre 2018 e 2019 mais que dobrou o número de contratos de trabalho intermitente; em 2021 os vínculos intermitentes aumentaram em 50% em relação a 2020, e em um período de cinco anos o trabalho vinculado a aplicativos aumentou em 979,8% (BRITO, 2022).

Mas mesmo recorrendo a todas essas medidas austeras, o primeiro ano de governo fechou com um crescimento pífio de 1,1% do PIB. Assim, quando a pandemia se tornou realidade em 2020, a crise econômica já se fazia presente na estagnação de vários setores da economia brasileira (PEIXOTO Et al., 2019).

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020. Para além das dificuldades ligadas à previsão dos impactos econômicos e sociais da pandemia no país, tivemos uma segunda dificuldade em realização ao seu enfrentamento, a atitude negacionista e a irresponsabilidade política do governo Bolsonaro que vieram a somar-se à agenda ultraneoliberal em defesa do capital financeirizado que já estava em curso. Isso se refletiu na expansão da doença no país, que do início da pandemia até dezembro de 2022 registrou 693.853 óbitos, do total de 36.331.281 casos acumulados (DATASUS).

Ao contrário do que se pensava inicialmente, o governo não estava perdido, mas rapidamente tratou de traçar uma estratégia, orientada pela perspectiva de atingir rapidamente a imunização coletiva ou “imunidade de rebanho”. Para isso, se utilizou de variados mecanismos para estimular a intensificação da contaminação (CALIL, 2021). Tal estratégia tem por fundamento as condições do nosso sistema de proteção social naquele momento, que era vítima de uma agenda extremamente regressiva (de sucessivos ajustes fiscais e desfinanciamento) associado às contrarreformas que deixaram descoberta grande parte da classe trabalhadora precarizada de direitos. Diante disso, a estratégia que responderia de forma a preservar mais a posição política do governo era a que escondesse a real situação da crise sanitária e da evolução da doença no país (PEIXOTO et al., 2019).

Dentre as medidas tomadas pelo governo podemos destacar: as falas de Bolsonaro nos seus pronunciamentos e nas redes sociais negando e distorcendo o que é científico, utilizando como escudo o fundamentalismo religioso, o conservadorismo e o reacionarismo; o presidente se colocou contrário às medidas preventivas adotadas nos estados e municípios, frequentou atos pró-governo e cumprimentou o público sem máscara em meio ao *lockdown* decretado em várias cidades, demitiu o ministro de saúde e deixou a pasta semanas sem liderança. A base de apoio do governo seguiu seus passos e realizou as “carreatas da morte” em várias cidades pedindo retomada imediata de todas as atividades econômicas. Além disso, a indústria farmacêutica foi a maior beneficiada com a produção e comercialização da hidroxicloroquina, sem a devida explicação sobre seus efeitos colaterais e sem evidências científicas. Houve boicote de soluções para o andamento das vacinas, o que possivelmente retardou sua elaboração, produção, chegada no país e o próprio processo de vacinação (MAURIEL, 2020).

Em maio de 2020 o presidente Bolsonaro sanciona o Projeto de Emenda Constitucional 10/2020, conhecida como PEC do “Orçamento de Guerra”, que instituiu um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para gerir um regime de urgência, o que, segundo o governo federal, seria necessário para enfrentar à calamidade pública no país decorrente da pandemia. A PEC legaliza a emissão de novos títulos a juros por parte do governo em condições muito arriscadas, permitindo ao Banco Central comprar derivativos sem lastro, sem limites de valor, sem identificar os beneficiários dessas transações, sem obedecer aos padrões de segurança mínimos recomendados (podendo ser de alto grau especulativo, com preços de referência totalmente fora dos parâmetros, por exemplo), sem possibilidade de investigação e pagando tudo com títulos da dívida pública. Isso recai sobre a população brasileira, pois provoca um aumento exponencial da dívida e as medidas de ajuste fiscal para remunerá-la, cortando na carne toda a capacidade de qualquer tipo de investimento nas áreas sociais essenciais como saúde, assistência, educação, direitos previdenciários e trabalhistas, mas mantendo a remuneração bilionária dos bancos.

No decorrer do enfrentamento à pandemia, o cenário de urgência apareceu como respaldo oportuno para se efetivarem medidas que avançaram na destruição da seguridade social e de mais direitos, ampliando a financeirização em vários âmbitos da vida social como projeto da extrema direita para aprofundar a precarização do trabalho e a deterioração das condições de vida, sobretudo das populações negra, LGBT e originárias. Isso mostra o ciclo agressivo de expropriações na gestão da crise que se apresentou como um ciclo vicioso onde “a necessidade de blindagem dos governos expropriadores os tornam ainda mais expropriadores” (GONÇALVES, 2019).

3. Assistência social no governo Bolsonaro: esvaziamento político e desmonte institucional

Os movimentos relativamente recentes de regulamentação da assistência social como política de seguridade social,¹ bem como a onda de normatização e institucionalização

¹ A própria Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, que regulamenta o disposto constitucional do direito à assistência social, bem como mudanças com a Lei nº 12.435/2011, que ampliaram o escopo de reconhecimento jurídico dos serviços do SUAS no corpo da LOAS, além de afinar critério de acesso ao BPC entre outros elementos.

alçaram um patamar qualitativamente novo,² do ponto de vista político-institucional e até mesmo cultural, para um campo historicamente atravessado pela lógica da benemerência, da caridade e do não direito. Tais movimentos não se deram sem contradições, conforme demonstrado por Silva (2020), comportando elementos de ruptura e continuidade, mas com relativa margem de disputa para a direção social a ser assumida pela assistência social.

Se no primeiro ciclo dos governos petistas (2003-2016) a política de assistência social brasileira estava em disputa, ainda que tenha prevalecido a centralidade dos programas de transferência monetária, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se consolidou e capilarizou pelos municípios brasileiros. Já com o governo Bolsonaro enveredou-se não apenas pelo trilho férreo da austeridade fiscal, mas por uma ofensiva na perspectiva do esvaziamento político da assistência social do seu sentido de obrigação pública do Estado.

Sob os efeitos da intensificação do ajuste fiscal, com a Emenda Constitucional N°95, poderíamos iniciar a análise do desmonte do ponto de vista do desfinanciamento, já que os efeitos mais visíveis dos ataques se dão no escoadouro de recursos, que retirou, apenas entre 2016 e 2020, cerca de 63% dos valores aportados nos serviços socioassistenciais do SUAS³ (Entretanto, a despeito de ser a EC/95 um atentado aos direitos sociais e regime fiscal sem parâmetros em outros países, tal é a sua robustez, o governo Bolsonaro acionou outros expedientes no sentido do desmanche financeiro da assistência social.

Entre tais expedientes está a Portaria n° 2362 do Ministério da Cidadania (publicada em 20 de dezembro de 2019), a qual, conforme sinalizado por Silva (2020a) teve efeito destruidor sobre o SUAS e praticamente inviabilizou a manutenção dos serviços socioassistenciais em muitos municípios, principalmente os de porte 1, haja vista a profunda dependência do cofinanciamento federal. A Portaria visava promover a equalização dos repasses realizados pelo FNAS aos Fundos de Assistência Social municipais, estaduais e distrital, priorizando o repasse de recursos limitados ao exercício financeiro vigente, conforme a disponibilidade financeira.

De acordo com Nota do CONGEMAS (2020), as implicações são graves sobre o SUAS, principalmente, em função de efeitos de “não pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores; pelo repasse condicionado à célere execução dos recursos, desconsiderando-se os ritmos e processos inerentes ao ciclo da política nas demais esferas de governo” (CONGEMAS, 2020, p. 2). A portaria implicou ainda no não pagamento de dívidas relativas a exercícios orçamentários anteriores (2017-2019) e, para o exercício de 2020. Com isso, a redução de repasse de parcelas do cofinanciamento para alguns municípios chegou a 40%.

De acordo com Queiroz (2022), os efeitos da EC/95, que já vinham corroendo o orçamento federal, resultaram “num quadro de déficits orçamentários e despesas com restos a pagar que ultrapassavam a própria previsão dos créditos orçamentários para o ano em exercício” (2022, p.202). A Portaria em questão é implementada como forma de driblar tal situação, uma vez que previa justamente o não pagamento dos chamados “restos a pagar” de exercícios anteriores, recursos vitais para manutenção dos serviços socioassistenciais. Além

² Citamos, entre os principais, a Política Nacional de Assistência Social (2004); A Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB-SUAS (2005/2012); a NOB-SUAS/RH (2006). A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais do SUAS (2009); os Planos Decenais de Assistência Social (2005-2015; 2016-2026).

³ DIREITOS VALEM MAIS - Coalizão pelo fim da Emenda Constitucional 95. Documento apresentado por organizações qualificadas como Amicus Curiae à Ministra Rosa Weber e aos demais Ministros do STF. Disponível em: https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2020/05/DOCUMENTO_STF_Maio_2020.pdf. Acesso em: 04/05//2022.

da perda de recursos, a Portaria significou, também, a instabilidade dos repasses, provocando interrupção nos repasses automáticos e incerteza quanto aos valores e sobre quando seriam transferidos.

Implementada sem nenhum debate e/ou pactuação com a principal instância de deliberação do SUAS para as questões do cofinanciamento e do próprio pacto federativo, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT), a normativa significou um rompimento drástico na sistemática do cofinanciamento da política de assistência social brasileira, fundamento central de sustentação da nova institucionalidade e um dos principais avanços normativos do processo de regulamentação e consolidação do SUAS.

Dados levantados pela Organização Direitos Valem mais (2022), demonstram a queda de recursos para os Serviços socioassistenciais e estruturação do SUAS.

Gráfico 1: LOA 2014-2022 E PLOA 2023 – Serviços Socioassistenciais e estruturação do SUAS. Valores em bilhões.



Fonte: CONGEMAS, 2022. Elaboração própria.

A perda contínua de recursos no âmbito do SUAS, desde 2014, fase áurea de investimentos do Plano Brasil Sem Miséria na expansão dos equipamentos e serviços, até o último ano do governo Governo Bolsonaro é expressão da escalada de radicalização neoliberal, que quanto mais ascendente, mais vai determinando o movimento descendente na alocação de recursos federais. Após o fim do ciclo expansivo viabilizado pelo projeto político-governamental de conciliação de classes petistas, encaminhou-se o endurecimento do ajuste fiscal para o amalgamento entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo, que implicam uma direção política para assistência social de desmontá-la pelo nível do desfinanciamento ao mesmo tempo e através do esvaziamento do sentido público estatal de política pública.

Em 2020, primeiro ano da Pandemia, à despeito dos R\$2,55 bilhões de créditos extraordinários aportados pelo Ministério da Cidadania em função do contexto de calamidade pública, os repasses federais ordinários para os serviços socioassistenciais tiveram a menor execução desde 2004, totalizando R\$ 1,36 Bilhão (IPEA, 2021). Mesmo com os créditos extraordinários tendo sido viabilizados para as demandas emergenciais de atuação

do SUAS como serviço essencial, a política já tinha um déficit orçamentário de mais de R1,4 bilhão.

Em face do risco eminente de paralização dos serviços e fechamento de equipamentos públicos do SUAS ante o desfinanciamento, que aliado ao cerceamento do diálogo e a escancarada unilateralidade das ações do governo federal ofereciam riscos sérios à política de assistência social, houve a atuação de colegiados como FONSEAS e CONGEMAS junto ao legislativo na perspectiva de recomposição orçamentária, o que garantiu, em 2019 destinação de crédito orçamentário de quase 1 bilhão de reais.

O Programa Bolsa Família (PBF), que sempre ocupou centralidade na política de assistência social brasileira dos anos recentes, no escopo da tendência de focalização das políticas sociais, também sofreu reveses. Em 2019, no cerne de uma ampla estratégia de “pente fino” do governo federal nos programas sociais, um robusto processo de revisão e atualização cadastral das famílias cadastradas no CadÚnico, ampliou-se a fila de espera de famílias em condições de elegibilidade que não estavam contempladas com o programa, chegando a 1,4 milhões de famílias em dezembro daquele ano. Em termos de orçamento, estudo do IPEA (2021). aponta para um aumento no volume de recursos nesse ano, o que se explica pelo pagamento do “décimo terceiro” (abono natalino) em dezembro, aos beneficiários, promessa de campanha do presidente, somente efetivada nesse ano. No entanto, em termos de famílias beneficiadas, o total era de 13,2 milhões de famílias, menor patamar desde 2013, dentro de um cenário em que os indicadores de pobreza, desemprego e fome tinham se elevado.

Na esteira da intensificação de uso de dados do CadÚnico como mecanismo de gerenciamento e fiscalização de benefícios e beneficiários, também o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi objeto de mudanças que operaram por dentro da institucionalidade dos serviços sociassistenciais e do INSS. O processo de digitalização dos serviços no INSS, pelo qual a maior parte de atendimento ao cidadão passaria a ser feito por via remota, ocorreria agora através do Meu INSS, pela central de atendimento 135 ou por meio de entidade representativa que tenha celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o INSS. Por outro lado, o INSS passou por um processo de desestruturação, sobretudo, a partir da falta de recomposição de trabalhadores. Paiva e Pinheiro (2021) demonstram que, entre 2014 e 2019 somente em 2019, 7 mil servidores se aposentaram, sem realização de novos concursos.

A massificação do uso das mediações digitais para acesso aos benefícios assistenciais se apresenta como falsa solução para a burocracia e morosidade nos processos de concessão de benefícios como o BPC, pois desconsidera a realidade da população mais empobrecida que solicita o benefício e das possibilidades reais de acesso e manuseio desses mecanismos. Em consonância com redução do trabalho vivo, o uso de tecnologias como mediação central na efetivação dos serviços sociais tende a amplificar as filas de espera e os limites de acesso.

Nesse sentido [...] pode provocar o aumento da intermediação para o acesso ao instituto, seja pela buscada no mercado privado ou em equipamentos do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), tornando mais penoso o processo para o acesso ao benefício. Ou ainda, é possível que os requerimentos preenchidos pelos potenciais beneficiários sem qualquer auxílio acabem por gerar, futuramente, mais indeferimentos ou, até mesmo, mais judicializações (PAIVA e PINHEIRO, 2021, p.25).

Na outra ponta do atendimento, sobretudo com a exigência de cadastramento e reatualização cadastral no CadÚnico⁴ para acesso ao BPC, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CRASS) operam no limite da precarização, em função do desfinanciamento e desmonte que temos problematizado, assumindo novas e intensificadas demandas sem recomposição de equipes. Todos esses processos se refletem na qualidade dos processos abertos e, portanto, no aumento do tempo de espera, bem como bloqueios cessações.⁵

A deterioração do INSS se expressou, entre outros elementos, na fila de espera em torno do BPC, que em 2019 assumiu ~~tal~~ proporção nunca antes vista, cuja solução arranjada pelo governo Bolsonaro foi um programa de bonificação para os peritos - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios (BMOB) -, em conjunto com a Estratégia Nacional de Atendimento Tempestivo (Enat). Paiva e Pinheiro (2022) atestam, no entanto, que a experiência de aumento de análise de requerimento não surtiu o efeito esperado, em especial aqueles destinados à pessoa com deficiência (PCD).

[...] a quantidade de despachos mensais de BPC Idoso observados entre outubro de 2019 e abril de 2020 bateram recordes em comparação a qualquer outro mês, considerando o período de janeiro de 2014 a agosto de 2020. Após maio de 2020, tal procedimento retornou aos patamares observados antes da adoção da Enat. Em contrapartida, as análises de requerimentos de BPC PCD apresentaram um leve incremento a partir de outubro de 2019 – que se manteve até março de 2020 – em relação ao início do ano, atingindo patamares observados ao longo de 2018. Entretanto, em maio de 2020, os requerimentos analisados de BPC PCD foram os mais baixos da história deste benefício. Isto é, no período em que houve a adoção da bonificação para análise de benefícios (a partir de agosto de 2019), na comparação do mesmo benefício (BPC) para diferentes públicos (idosos e deficientes), ficou evidente a priorização dada aos despachos relacionados ao BPC Idoso em relação ao BPC PCD (PAIVA e PINHEIRO, 2021, p. 31).

Como temos defendido nenhum movimento, do ponto de vista da alocação fundo público, neste caso da questão orçamentária, é meramente técnico-financeiro, mas implica e responde, ao mesmo tempo em que emprega uma dada direção político-econômica e ideocultural. Nesse sentido, as investidas do governo Bolsonaro no sentido do desfinanciamento do SUAS compuseram o bloco de uma estratégia mais ampla de ajuste fiscal e escalada ultraneoliberal que implicou também uma ofensiva de cunho político, ideológico e cultural no sentido de tornar inócuas as bases de sustentação do pacto federativo que deram relativa robustez à assistência social como campo de proteção social pública-estatal.

Apostando na fratura da institucionalidade, que a despeito de suas contradições, é vital no âmbito de uma política de histórica pulverização, fragmentação e indefinição institucional no Estado brasileiro, o governo Bolsonaro empreendeu descontinuidade no

⁴ “Em outubro de 2020, cerca de metade das 600 mil requisições do BPC aguardando análise eram elegíveis a esse auxílio segundo o critério de renda, mas não tinham acesso a ele devido a pendências cadastrais relacionadas ao CadÚnico” (PAIVA e PINHEIRO, 2021, p. 48)

⁵ Não vamos entrara no debate das mudanças na legislação do BPC pelos limites desse trabalho e pela centralidade da reflexão proposta nas ações do Executivo, mas o Benefício foi objeto de amplas mudanças no campo legislativo como a Lei 14.176/2021, com profundas inflexões inclusive para o trabalho das assistentes sociais no INSS.

processo de aprimoramento do SUAS com absoluta fragilização das condições políticas e institucionais necessárias para sua consolidação, em consonância com o II Plano Decenal (2016/2026) (SILVEIRA e LOPES, 2020).

Em relação ao controle social, as principais instâncias os Conselhos, não passaram incólumes aos desmandados do governo de extrema-direita. Sob direção antidemocrática era muito esperada uma empreitada contra espaços de participação e controle popular democrático. Nesse sentido, podemos elencar como fatos de maior visibilidade a extinção de vários conselhos de direitos logo no início do governo e, especificamente no campo da assistência social, a não convocação da Conferência Nacional de Assistência Social em 2019.⁶ Além disso, soma-se a corrosão das instâncias de controle social, como os conselhos em todas os entes federados, e o desrespeito às suas deliberações, bem como as decisões verticalizadas tomadas à revelia de debates nas instâncias de pactuação tradicionais do SUAS, como as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e Comissões Intergestores Tripartite (CITs).

Ao longo dos quatro anos, incidências de desqualificação das funções essenciais dos conselhos, sobretudo o nacional, como àquelas relativas à aprovação de orçamento e deliberações acerca da política, ocorreram sistematicamente. As discrepâncias entre os valores aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para o orçamento dos serviços socioassistenciais do SUAS e o efetivamente executado pelo governo são dados evidenciadores da questão indicada. Em 2019, o valor orçamentário aprovado por Resolução do CNAS foi de R\$ 2.739.858 bilhões, enquanto que o que foi efetivamente autorizado pelo governo federal foi R\$ 1,6 bilhão (CNAS, 2019). Para 2021, novamente as indicações aprovadas no CNAS foram desconsideradas. O Conselho aprovou, para o exercício de 2021, o indicativo de proposta orçamentária que previa R\$ 2,6 bilhões para o custeio dos serviços e ações socioassistenciais, entretanto, “a Lei Orçamentária da União foi aprovada com previsão de R\$ 1,1 bilhão para as mesmas funções programáticas, ou seja, uma redução de 59% no volume orçamentário destinado ao custeio das despesas discricionárias” (QUEIROZ, 2022, p. 219).

No cerne da escalada ultraconservadora consolidada no executivo federal, a expansão das comunidades terapêuticas exprime um ataque não apenas à política de saúde mental, sob os princípios da reforma sanitária, mas tem incidências no campo da assistência social, uma vez que o Ministério da Cidadania passa a ser uma das pastas centrais na difusão de Editais de financiamento para entidades, como entusiasta e gestora de ações nesse campo.

Nessa direção, cria a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) junto à Secretaria Nacional de Assistência Social, na estrutura administrativa do Ministério da Cidadania, promovendo um insidioso atravessamento de um campo avesso aquele previsto nas normativas da política de assistência social. Nessa mesma linha, o reconhecimento das Comunidades Terapêuticas⁷ como entidades de assistência social e a imunidade tributária de que passam a ser mandatárias traduzem objetivos articulados: atacar a política de saúde mental e privilegiar uma ótica religiosa conservadora para o enfrentamento

⁶ Nesse ano foi realizada a Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, realizada de modo autônomo por movimentos sociais, fóruns de trabalhadores, gestores estaduais e municipais, de usuários, entre outros, que organizaram a Conferência como forma de resistência, contestação e denúncia em relação à conduta autoritária e ofensiva do Governo em relação às regimentais constituições acerca do controle social no âmbito da assistência social.

⁷ Ainda que esse reconhecimento tenha se dado no âmbito do legislativo, contou com ampla mobilização do governo e intensa vanguarda na viabilização de sua execução.

à questão da dependência de álcool e outras drogas, desidratando o movimento antimanicomial; e retomar práticas pretéritas no campo da assistência social em que ações pulverizadas, indefinidas e de vários campos acabavam sendo jogadas no rol das ações assistenciais, tornando cada vez mais inócua a possibilidade de definição do que efetivamente seja o campo de ação da assistência social.

É importante frisar que não há respaldo nas normativas vigentes que reconheçam tais entidades como serviços de assistência social, tampouco está reconhecida na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais do SUAS. Ademais, conforme demonstra o estudo produzido pela Conectas e Cebrap (2021),

[...] ainda que escamoteadas como “organizações de assistência social”, as instituições que atuam na redução da demanda de drogas – o que inclui as “CTs de Acolhimento” – há evidência de que não atuam na área da assistência social, de modo que não é juridicamente possível seu enquadramento como tal. Assim, é inegável que a inserção das CTs na referida norma representa um verdadeiro privilégio conferido a essas entidades, em afronta ao princípio constitucional da isonomia entre pessoas jurídicas, na medida em que favorece um tipo específico de entidade atuante em segmento não relacionado à educação, à saúde ou à assistência social (CONNECTAS e CEBRAP, 2021, p. 55).

Do ponto de vista da disputa do fundo público, somente em 2021 o montante investido pelo governo federal através da função orçamentária 08, que corresponde à assistência social no âmbito do orçamento público chegou à marca de R\$ 124, 948 milhões. Já em 2022 o montante entre valores pagos e restos a pagar somaram R\$ 271.259.951 (SIGA BRASIL, 2022).

A política de educação permanente para trabalhadores e gestores do SUAS, bem como a adoção de ações estratégicas para gestão do trabalho também foram negligenciadas, o que acirrou as já precárias condições e relações de trabalho na assistência social. A culminância desses processos se deu na Pandemia, contexto em que se explicitou a falta de coordenação central por parte do governo federal e inexistência de garantias básicas para segurança dos trabalhadores.

As equipes tiveram que enfrentar um volume imenso de demandas em função da crise sanitária que exponenciou uma crise econômico-social que se arrastava de antes da pandemia e explicitavam as contradições e limites da desestruturação do sistema de proteção social, das contrarreformas trabalhista e previdenciária, do recente desmonte do SUAS, bem como das contradições da focalização, como demonstrado por Silva (2020).

O uso de aplicativo para cadastramento e concessão do Auxílio Emergencial abriu margens para o governo federal carrear e intensificar o uso de tecnologias digitais no SUAS e em 2021, com o lançamento do Auxílio Brasil, implementou-se também o aplicativo do CadÚnico, que dava a possibilidade dos beneficiários realizarem autocadastro, o qual deveria ser validado nos CRASSs.

O CadÚnico, principal sistema de cadastro e produção de dados do governo federal, que funciona como base de acesso para quase integralidade dos programas sociais no país, também passou por desorganização do seu aparato técnico do nível central. Com a possibilidade do autocadastro, que fez explodir o volume de cadastros unipessoais, o que conduziu também a uma profunda deturpação dessa base de dados, com uma mudança significativa no padrão médio de composição das famílias.

A extinção do PBF e Criação do Auxílio Brasil,⁸ com explícito caráter clientelista-eleitoreiro, às vésperas ano eleitoral, fez com que o programa já surgisse com sérios problemas de concepção, com benefícios fragmentados, com um assento muito forte dos auxílios complementares, com alguns alinhados numa lógica meritocrática e com mecanismos de ativação para o mercado de trabalho. Implementado de forma unilateral, sem debates com as instâncias de pactuação e demais entes federados, foi constituído de forma quase paralela ao SUAS, na medida em que este vem sendo minado tanto pela perda de recursos federais como pela deslegitimação política-institucional governo Bolsonaro, como estamos demonstrando.

Ao longo de todo governo Bolsonaro o PBF não teve ajuste de seus benefícios, ao passo que, com a instituição do Auxílio Brasil, o valor médio dos benefícios aumentou de R\$ 189,00 para R\$400,00. Já em 2021 o governo acionou estratégias para garantir o financiamento desse ajuste, com a aprovação da chamada PEC dos precatórios, indo contra seus próprios argumentos liberais de não contrair endividamento público para financiar programas sociais. Ao longo de 2022, outros expedientes responderam às táticas político-eleitoreiras para financiar novos aumentos no valor do Auxílio Brasil, como a aprovação da PEC Kamikaze (Emenda Constitucional 123). Enquanto isso, as equipes do SUAS enfrentavam toda sorte de complexidade no atendimento e gerenciamento de demandas insufladas pelo aumento da pobreza, da fome e das novas condutas relativas ao Auxílio Brasil, em equipamentos arrasados pela devastação do governo Bolsonaro.

4. Considerações Finais

O inventariado de processos, feito ao longo desse texto, não esgota a necessária explicitação da ofensiva de desmanche político-institucional da política de assistência social brasileira ao longo do governo Bolsonaro, processos que, se não iniciados em seu governo, são levados ao limite sob sua condução. No entanto, contribuem para desvelar o sentido de tal investida, conforme defendido ao longo da reflexão: o desfinanciamento do SUAS, que se expressa na sua desestruturação e nas mudanças em alguns de seus benefícios, foram acompanhados da tentativa da desorganização institucional, da quebra no pacto federativo e, sobretudo, no fronte mais conservador, qual seja, na direção de esvaziamento do sentido político da assistência social como direito, política pública de responsabilidade estatal e dever do Estado.

Enquanto operava nessa direção, o quadro de vida classe trabalhadora brasileira se deteriorava amplamente, com retorno do aumento dos índices de pobreza, miséria, da fome, da população em situação de rua. As contrarreformas recentes e os processos de expropriações sociais completavam um quadro de aumento do desemprego, da informalidade, da uberização, da precarização irrestrita e da desproteção social, exponenciadas no contexto da crise sanitária.

Sob a gestão negacionista do governo em questão, além das questões referentes aos riscos do vírus, a sociedade, e sobretudo as frações mais empobrecidas da classe trabalhadora tiveram que enfrentar uma profunda crise econômico-social, manifestação da própria crise capitalista que se alastrava no país, antes da pandemia e, que, mesmo com a radicalização

⁸Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021

neoliberal capitaneada pelo governo Bolsonaro em conjunção com um projeto ultraconservador, não foi capaz de reverter.

Ao longo da pandemia e no período pós-pandêmico o SUAS teve o volume de demandas exponenciado, assumindo cada vez mais a centralidade de ser o único recurso legal para a classe trabalhadora desprovida de direitos relativos ao trabalho, com a ampliação de um novo perfil de público relacionado a um segmento da classe trabalhadora que historicamente não demandava os serviços e benefícios da assistência social, como aqueles com pequenos negócios ou os chamados “empreendedores”. Termos semânticos criados pela novilíngua neoliberal para camuflar o desemprego, cujas estratégias se mostram cada vez mais incapazes de garantir a sobrevivência dos trabalhadores e, tampouco, proteção social.

Durante o período eleitoral o governo investiu na estratégia da transferência monetária, como forma de capitalização clientelista-eleitoreira, no escopo da velha e bem sucedida política focalizada de alívio à pobreza, criando o Auxílio Brasil, sem recomposição do SUAS e de suas equipes técnicas. O que evidenciou mais do que nunca a concepção e a direção política desse governo para o campo da assistência social: clientelismo, focalização seletiva, fiscalização policialesca, paternalismo. Enfim, programas sociais dispersos e paralelos de alívio à pobreza, que não configuram um sistema descentralizado e participativo de assistência social nos moldes da seguridade social prevista na Constituição Federal de 1988, regulamentado na LOAS e em vários dispositivos normativos como citados no início do presente artigo, mas que são funcionais à gestão da miséria e a manipulação político-ideológica, bem ao gosto do mais puro conservadorismo brasileiro.

Para o SUAS, nesse novo governo, estão colocados muitos desafios, os quais passam pela recomposição orçamentária, pela reorganização institucional, retomada da aprimoração dos processos de gestão, do pacto federativo, do respeito e fortalecimento das instâncias de controle social, do fortalecimento dos fóruns de trabalhadores do SUAS, pelo avanço do debate da implementação da renda universal básica de cidadania, entre outros. Sobretudo está na pauta da luta de classes a disputa pelo fundo público, face o novo arcabouço fiscal, as disputas em função dos blocos no poder e do projeto vencedor nas urnas e daquele que é possível em função da correlação de forças com o poder legislativo. É sempre tempo de lutar para garantir que a política de assistência social seja efetivamente reconhecida no rol dos direitos sociais com todas as consequências que isso requer, políticas, jurídicas, institucionais, financeiras e culturais, substancializando sua condição de política pública de responsabilidade do Estado e dever do cidadão.

Referências

ANTUNES, R. Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13840, 2022.

Disponível em <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13840>

BRITO, F. Notas sobre a devastação do trabalho no Brasil atual e o bolsonarismo. **Blog da Boitempo**. Publicado em 06 set. 2022. Disponível em

<https://blogdaboitempo.com.br/2022/09/06/notas-sobre-a-devastacao-do-trabalho-no-brasil-atual-e-o-bolsonarismo/>

BRITO, F. Notas sobre fome, dividendos e espoliação no Brasil atual. **Blog da Boitempo**. Publicado em 07 dez. 2021. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2021/12/07/notas-sobre-fome-dividendos-e-espoliacao-no-brasil-atual/>

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CALIL, G.G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfjNTypm87qS/abstract/?lang=pt>

CASSIN, M.P.S. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe 2016. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 17-33, jan./jun. 2022. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37772>

COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONGEMAS. **Posicionamento do CONGEMAS** acerca da Portaria nº 2.362 de 20 de dezembro de 2019 do Ministério da Cidadania. 2020. Disponível em: [http://www.congemas.org.br/posicionamento-do-congemas---portaria-n%C2%BA-2362-noticias#:~:text=A%20Portaria%20tem%20graves%20implica%C3%A7%C3%B5es,de%20governo%2C%20e%20o%20cen%C3%A1rio](http://www.congemas.org.br/posicionamento-do-congemas---portaria-n%C2%BA-2362-noticias#:~:text=A%20Portaria%20tem%20graves%20implica%C3%A7%C3%B5es,de%20governo%2C%20e%20o%20cen%C3%A1rio.). Acesso em: 05/08/2022.

COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONGEMAS . **SUAS em números**: análise do financiamento do SUAS e dos benefícios socioassistenciais: vol. 2. SILVEIRA, J. I. (organizadora). 1.ed. Curitiba, PR: NDH-PUCPR, 2022.

CONNECTAS Direitos Humanos; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Financiamento público de comunidades terapêuticas brasileiras entre 2017 e 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2022/04/Levantamento-sobre-o-investimento-em-CTs-w5101135-ALT5-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Disponível em: <https://www.blogcnas.com/>. Acesso em: 03/05/2021.

DEMIER, F. Democracia e Bonapartismo no Brasil pós-golpe. CISLAGHI, J.F., DEMIER, F.(orgs). **O neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

FARAGE, E., LIMA, K. **Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino**. ANDES, Brasília, 2021.

FONSECA, R. S. R da; ALENCAR, T.R. de. Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social. **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. 6, nº 10, p. 317-338, jan.-jun./2021. Disponível em <http://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/article/view/717>

GONÇALVES, G. L. Crise, expropriações e autoritarismo. CISLAGHI, J.F., DEMIER, F.(orgs). **O neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 28 Brasília: Ipea, 2021.

MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo:Boitempo, 2019.

MAURIEL, A. P. O. Crise, pandemia e suas manifestações no Brasil. **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 7, n. 12, p. 41-63 Jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/issue/view/657>

PAIVA, A. B.; PINHEIRO, M. B. **BPC em disputa: como alterações regulatórias recentes se refletem no acesso ao benefício**. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/ Rio de Janeiro : Ipea, 2021.

PEIXOTO, E.M.M. [Et. Al.]. Crise do capital, crise sanitária e crise política. Notas de conjuntura e educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 11, n. 3, p. 30-73, dez. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36394>

QUEIROZ, C. C. O Sistema Único de Assistência Social sob o impacto do novo regime fiscal: uma análise do federalismo cooperativo na gestão da política pública. **Tese de Doutorado**. Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.

SIGA BRASIL. Painel Especialista. Dados referentes ao investimento do Ministério da Cidadania em Comunidades Terapêuticas. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SILVA, M. M. O neoliberalismo no Brasil e os ataques à proteção social pública: da ofensiva dos anos 1990 à corrosão dos dias atuais. **Revista Serviço Social Em Perspectiva**, 3(1), 81–101, 2020. Disponível em <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/256>

SILVA, M. M. Política de Assistência Social no Brasil: um balanço da modernização da gestão. In: Revista **Temporalis**. Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 11-26, jan./jun. 2020.

SILVA, M. M.. A Política de Assistência Social na pandemia: há uma crise sanitária no caminho da crise do capital. In: MAURIEL, A. P. O.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M. da; LIMA, R. S. (Orgs.). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: NavegandoPublicacoes, 2020a.

SILVEIRA, J. I.; LOPES, M. H. Carvalho. Sistema Único de Assistência Social em tempos de Covid-19: aprofundamento do desmonte e agenda política. BRAGA, I. A.; FRANÇA, R.M.S. de; COSTA, T.C.M. (orgs.). **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID19**. – Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020.

Sites consultados:

PAJOLLA, Murilo. Há provas de que Bolsonaro cometeu genocídio contra os Yanomami, diz organização indígena. <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/23/ha-provas-de-que-bolsonaro-cometeu-genocidio-contra-os-yanomami-diz-organizacao-indigena>

O JOIO E O TRIGO. <https://ojoioetrigo.com.br/2022/09/o-que-sabemos-sobre-bolsonaro-e-a-questao-indigena/>

DATASUS. COVID-19 no Brasil. https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

Experienciando a construção do Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro

Rachel Gouveia Passos
Amanda de Almeida Sanches
Bruno Lopes Lima
Daniel de Souza Campos
Isabel Cristina Lopes Barbosa
Jessica Taiane da Silva
Lucas Moura Santos Silva
Priscila Fernandes da Silva
Thaissa dos Santos
Tatiana Wargas de Faria Baptista

1. Introdução

O presente capítulo visa apresentar o percurso teórico e metodológico do Censo Psicossocial dos usuários atendidos na Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro (RAPS/ERJ). A pesquisa faz parte das ações desenvolvidas pelo Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), em parceria com a Coordenação de Atenção Psicossocial da Secretaria Estadual de Saúde (SES/RJ). Em curso desde 2020, o Luta Antimanicomial e Feminismos desenvolve ensino, pesquisa e extensão, promovendo formação e intervenções junto à comunidade, por meio da estratégia da educação popular, além de qualificar os debates acerca da luta antimanicomial, com ênfase na intersecção entre saúde mental e as relações de gênero, raça e classe, entre outros marcadores sociais (PASSOS *et al.*, 2022).

De acordo com Passos (2023), a intensificação da violência justificada pela famigerada “Guerra às Drogas” vem produzindo o crescimento do consumo desenfreado de psicotrópicos, especialmente, em territórios de favela. Além disso, o isolamento social proporcionado pela pandemia de COVID-19 também elevou a busca por medicamentos controlados. Dessa maneira, os equipamentos e profissionais da saúde mental estão sendo cada vez mais procurados para “sanar” o sofrimento e adoecimento psicossocial da população, em destaque, de mulheres, negros, pobres e favelados. Além disso, a realidade econômica, política e social do país também elevou a busca por especialistas, o que demonstra que a saída para crises estruturais tem sido a patologização, medicalização e psiquiatrização da sociedade, afirmado por uma certa noção de normalidade (PASSOS, 2023).

No caso do Estado do Rio de Janeiro, até o presente momento, não é de conhecimento público a produção de um levantamento do perfil da população atendida na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ou seja, nos equipamentos que substituem o hospital psiquiátrico e são parte constituinte da Reforma Psiquiátrica brasileira. Assim, identificar o perfil e os atravessamentos interseccionais que impactam diretamente na saúde mental da população atendida torna-se primordial para qualificar tanto a construção e viabilização da

política pública, quanto na qualificação dos profissionais e das estratégias de cuidado em saúde mental.

Com o intuito de contribuir com o avanço da Reforma Psiquiátrica brasileira, o fortalecimento da RAPS, a qualificação do trabalho em saúde mental e a produção do conhecimento científico propomos a construção, execução, monitoramento e avaliação do Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. Como método de análise partimos do materialismo histórico dialético para melhor apreensão da realidade social. O artigo divide-se em dois momentos: primeiramente será apresentado o referencial teórico sobre saúde mental e interseccionalidade e, em segundo, discorreremos acerca dos primeiros passos metodológicos e políticos que estão sendo percorridos. Portanto, o objetivo é apresentar a sistematização dessa experiência que se encontra em curso.

2. Saúde Mental e Interseccionalidade

O processo que viabilizou a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), proporcionou a mudança processual do modelo de assistência, permitindo a implantação da Atenção Psicossocial no Brasil. Neste percurso, deslocou-se o tratamento psiquiátrico clássico – centralizado no paradigma da tutela, do isolamento e da ausência de direitos sociais - para um modelo de cuidado que busca se pautar na liberdade, nos direitos humanos e na autonomia (PASSOS, 2017). No modelo da Atenção Psicossocial, as ações são realizadas a partir da desinstitucionalização e na criação de novas práticas assistenciais, viabilizadas através dos serviços substitutivos de base comunitária e territoriais, a exemplo dos Centros de Atenção Psicossociais que são os equipamentos centrais da RAPS.

De acordo com Amarante (2007), um grande desafio para a RPB é a redução deste movimento a uma mera reestruturação dos serviços. Para superar esse obstáculo é fundamental pensar como um processo social, sendo necessário o permanente deslocamento para transformações constantes. “Neste caminhar vão surgindo novos elementos, novas situações a serem enfrentadas. Novos elementos, novas situações, pressupõem que existam novos atores sociais, com novos - e certamente - conflitantes-interesses” (AMARANTE, 2007, p.63). É a partir da entrada desses novos elementos que podemos pensar em como, atualmente, os marcadores sociais ganham importância para a vida de pessoas em sofrimento e adoecimento psíquico e qual o papel da RAPS neste cenário.

Sendo assim, para pensar a associação entre Reforma Psiquiátrica e formação, Amarante (2015) indica a importância da dimensão teórico-conceitual, ou epistêmica, para a qualificação dos profissionais da RAPS, pontuando que, apesar de ser o âmbito menos utilizado, é um dos mais importantes, pois nos norteiam a refletir constantemente sobre a nossa prática a partir do surgimento de novas configurações.

A formação dos trabalhadores em saúde mental precisa contemplar outras histórias epistemológicas, outras concepções de modelos de atenção, as histórias e trajetórias das experiências internacionais, para que seja possível saber avaliar serviços, sistemas, redes; atuar em redes, em territórios, em comunidades; construir redes não apenas de assistência psiquiátrica, ou de saúde mental, ou de atenção psicossocial, mas de saúde, de outros recursos e dispositivos públicos, sociais, etc. É preciso saber lidar com as famílias,

mas não apenas como "parentes", como "cuidadores", mas como agentes sociais, como sujeitos políticos. (AMARANTE, 2015, p.74-75)

Vale ressaltar, que falar sobre a Reforma Psiquiátrica no contexto brasileiro requer que façamos uma visita à formação social, considerando-o um país de economia dependente situado na América Latina, parte constitutiva da periferia do capital. Enquanto um país periférico, o seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) reflete as desigualdades sociais construídas e reiteradas ao longo da sua história e perpetuada pela sua relação com o restante do mundo, sendo características presentes e marcantes o colonialismo, a escravidão, a exploração de povos originários, a apropriação de terras, o racismo estrutural, a desigualdade de classes e a forte concentração de riqueza por um percentual pequeno da população. Para reforçarmos esta perspectiva, lançaremos mão do debate da interseccionalidade.

Quando optamos por retomar a construção sócio-histórica do país e pensar nas consequências de uma Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas existente no Sistema Único de Saúde em determinado território, como no Estado do Rio de Janeiro, também escolhemos por reconhecer a construção dessa política como fruto de um processo coletivo, e para isso, vamos precisar visitá-la para argumentar a necessidade da existência de um Censo Psicossocial com os profissionais de saúde que atuam diretamente com os usuários.

Crenshaw (1994) descreve a interseccionalidade como uma interdependência das relações de poder de gênero, raça e classe, não como uma forma hierarquizada de analisar as diferenças sociais, mas compreendendo que todas fazem parte de uma mesma estrutura. Portanto, é de suma importância a aproximação dos profissionais com a perspectiva interseccional, sendo parte da dimensão teórico-conceitual que atualmente mais se aproxima da realidade vivenciada pelos usuários atendidos na RAPS. A interseccionalidade é um conceito criado nos anos 2000, mas somente recentemente ganhou notoriedade. Crenshaw (2002) parte do entendimento de que a interseccionalidade

[...] é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Isto é, através dessa ferramenta, podemos fazer análises que considerem como a intersecção entre raça, gênero, classe, orientação sexual, religião e entre outros marcadores influenciam as experiências da população, principalmente, das pessoas em sofrimento e adoecimento psíquico em relação ao seu processo saúde-doença. Portanto, a interseccionalidade nos permite compreender como a realidade e as subjetividades são constituídas a partir das intersecções dos marcadores sociais da diferença.

Em 2021, a Coordenação de Atenção Psicossocial, vinculada à Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade - (SAPV/RJ), aplicou uma pesquisa a fim de mapear algumas demandas apontadas pelos Centros de Atenção

Psicossocial (CAPS) distribuídos por todo o Estado do Rio de Janeiro, dando uma devolutiva para as Coordenações Municipais de Saúde Mental, além de servir como ferramenta de trabalho para as gestões municipais e para os apoiadores das regiões do estado.

Quanto aos dados, 87 municípios contribuíram para o levantamento. Dentre eles, 97% responderam que há necessidade de ações de capacitação/educação permanente para os profissionais da RAPS municipal. 52% informaram que não há atividades de educação permanente no seu município. 58% dos municípios relataram que usuários e seus familiares não possuem participação nas discussões da RAPS municipal. 94% dos CAPS informaram que não acompanham populações quilombolas, e 96% não acompanham populações indígenas. Quanto à identidade de gênero e raça/cor dos usuários, houve uma grande defasagem de dados, o que não é uma exclusividade da saúde mental, mas que precisa ter a devida atenção, uma vez que tais marcadores impactam diretamente nas condições de vida, sociabilidade e, conseqüentemente, na saúde mental da população. Nesse caminho, tal realidade demonstra a urgência da qualificação dos profissionais acerca da intersecção das opressões/exploração e o processo de sofrimento e adoecimento psíquico.

3. A construção do Censo Psicossocial: desafios e possibilidades

Para que possamos pensar a organização do Censo Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro no tempo previsto, ressaltamos a importância de nos apropriarmos do trabalho realizado pela Coordenação de Atenção Psicossocial, compreendendo o contexto do território, o processo de trabalho da equipe e os desafios à nível estadual, que intrinsecamente se relacionam com os municipais e federal. Uma estratégia inicial para implicar a equipe estadual, considerando que o levantamento dos dados subsidia a construção de políticas públicas, fomentando a relação entre universidade e gestão, instituiu-se a lotação de dois residentes do segundo ano, vinculados ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria (IPUB/UFRJ) na Coordenação de Atenção Psicossocial. Mesmo que essa parceria já existisse anteriormente, a inserção dos residentes, voltados especificamente para a construção da pesquisa, possibilita maior integração e qualifica o saber técnico da outra parte da equipe que não está imersa na gestão.

Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro se divide em nove regiões: Metropolitana I, Metropolitana II, Baía da Ilha Grande, Médio Paraíba, Centro Sul, Serrana, Baixada Litorânea, Norte e Noroeste. A equipe da Coordenação de Atenção Psicossocial se organiza através do formato de Apoiadores em Saúde Mental, sendo até três profissionais por região, representando uma ponte entre a coordenação estadual e os municípios. Além de contribuir na elaboração e efetivação dos Planos Regionais, pensar o cofinanciamento, fóruns e outros desafios, os Apoiadores também fazem parte dos Grupos de Trabalho para Desinstitucionalização de pessoas internadas em hospitais psiquiátricos ainda existentes do ERJ.

MUNICÍPIOS POR REGIÃO - ERJ	
REGIÕES	MUNICÍPIOS
Baía de Ilha Grande	Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba
Baixada Litorânea	Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema
Centro-Sul	Areal, Comendador, Levy Gasparian, Eng ^o Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios, Vassouras, Paracambi
Médio Paraíba	Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda
Metro I	Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Seropédica
Metro II	Itaboraí, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim
Noroeste	Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, St ^o Antônio de Pádua, Cardoso Moreira, São José de Ubá, Varre e Sai
Norte	Campos dos Goytacazes, Carapebus, Conceição Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra
Serrana	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, St ^a Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim

Fonte: SES - RJ, 2023

A partir da parceria com a Coordenação de Atenção Psicossocial da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, estruturamos a proposta de ação em dois momentos: 1º) a realização de oficinas, na perspectiva da educação permanente e, concomitantemente, será realizada uma pesquisa com os trabalhadores da saúde com o intuito de compreender a percepção deles quanto aos impactos do atravessamento dos marcadores sociais da diferença no atendimento e seus principais desafios¹; 2º) Mapeamento do perfil dos usuários atendidos nos Centros de Atenção Psicossocial e nos Serviços Residenciais Terapêuticos, vinculados a RAPS do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2023 a 2024.

É necessário destacar que é de suma importância a realização das oficinas com os trabalhadores da equipe técnica dos dispositivos por alguns motivos que serão destacados a seguir: em primeiro lugar, em sua maioria, são esses profissionais que realizam o atendimento inicial dos usuários nos serviços e preenchem os seus respectivos dados sociodemográficos exigidos na ficha de acolhimento. Outro ponto importante é que os dados que a Secretaria Estadual de Saúde tem sobre os dados sociodemográficos dos usuários, principalmente sobre o quesito raça/cor/etnia, não se aproximam da realidade encontrada nos serviços. O que nos indica a necessidade de estimular a mudança da cultura institucional dos equipamentos

¹ Enfatizando a necessidade de preencher corretamente os formulários dos sistemas de informação da saúde no que diz respeito à condição de raça, orientação sexual, identidade de gênero e entre outros quesitos.

quanto à percepção sobre a relevância do olhar interseccional sobre os usuários e, conseqüentemente, sobre o preenchimento adequado desses tópicos. Por fim, é preciso compreender o grau de entendimento dos profissionais em relação aos temas que envolvem racismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia, violência armada, etc., no sentido de fortalecer o que eles já se apropriaram ao longo de outros espaços de educação permanente e, caso necessário, fornecer subsídios para qualificar o atendimento quanto a essas questões estruturais que atravessam o cotidiano tanto dos usuários quanto dos trabalhadores da política de saúde mental da rede estadual.

Para que possamos acessar os profissionais que atuam nos dispositivos territoriais de forma que compreendam a importância dos marcadores sociais em suas diferentes rotinas, destacando que o Censo se faz à partir de uma parceria entre a gestão e a universidade, buscamos qualificar essa argumentação também em documentos que regulamentam a existência das unidades em que atuam. Como estratégia, realizamos uma análise da Portaria 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para a população em sofrimento e adoecimento psíquico e uso prejudicial de álcool e drogas no Sistema Único de Saúde (SUS). Como ponto principal, destacamos que o Censo Psicossocial tem como premissa a responsabilidade do Estado em mapear o público que acessa as políticas públicas, para melhor aprimorá-las de acordo com as demandas que surgem a partir dessa aproximação.

De acordo com o artigo 2º da Portaria, que descreve as diretrizes para o funcionamento da RAPS, destacamos também: II- Promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais de saúde; III- Combate à estigmas e preconceitos; X- Organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado. Como descrito nos tópicos anteriores, a construção do Censo Psicossocial conta com dois momentos que se complementam. Cabe destacar que o primeiro momento da pesquisa se alinha com um dos objetivos específicos da RAPS, presente no artigo 4º, que indica a promoção de mecanismos de formação permanente aos profissionais de saúde enquanto uma responsabilidade dos estados e municípios, compreendendo cada uma das esferas.

Em relação ao instrumento de coleta de dados haverá perguntas acerca dos marcadores sociais da diferença, como os quesitos raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e etc., além das principais dificuldades na viabilização do cuidado em saúde mental nos territórios. Investigaremos sobre a relevância dos quesitos, a forma como os profissionais abordam a questão e se há conhecimento acerca das políticas de saúde que envolvem a equidade.

A metodologia das oficinas seguirá a abordagem da Educação Permanente em Saúde (EPS). A EPS se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais que acontecem no cotidiano do trabalho, considerando-se o contexto de trabalho e sua característica de dinamismo, promove uma reflexão compartilhada sobre os processos de trabalho e as possíveis mudanças institucionais. “Aproximar a educação da vida cotidiana é fruto do reconhecimento do potencial educativo da situação de trabalho [...] Esta perspectiva não se limita a determinadas categorias profissionais, mas a toda a equipe” (BRASIL, 2009, p. 45).

Já em relação a segunda etapa, a mesma será uma pesquisa de abordagem quantitativa com coleta de dados secundários fornecidos pelo banco de dados de cada equipamento.

Aplicaremos um questionário fechado. Recorreremos ao apoio dos profissionais que participaram das ações de educação permanente para coletar essas informações em seus serviços.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, o projeto será submetido à aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa e aos participantes da pesquisa serão apresentados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado com base nas Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, informando-lhes sobre o objetivo, importância e metodologia da investigação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e descrição. Assim, tendo em vista que o uso de dados é uma importante ferramenta para os gestores locais, os resultados desta pesquisa subsidiarão a implementação de um modelo mais dinâmico de gestão na Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ), no qual se prevalece o uso de dados baseados em evidências para a tomada de decisão quanto os rumos da política pública de saúde mental a nível estadual.

A vantagem desse tipo de gestão permeia por um lado na identificação de demandas dos trabalhadores de forma mais alinhada com a suas reais necessidades e, por outro lado, no suporte acerca do uso dos recursos de maneira mais eficiente; contribuindo para o desenvolvimento de uma determinada região de saúde de forma mais sustentável e pautada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (BID, 2020). A partir desta pesquisa, a SES/RJ, através da Coordenação Estadual de Atenção Psicossocial, poderá priorizar ações a fim de produzir maior eficácia e efetividade na política de saúde mental no estado do Rio de Janeiro, assegurando a otimização do uso dos recursos públicos.

Como sinalizado anteriormente, hoje no Brasil não há um Censo Psicossocial que seja focado nos equipamentos de base territorial - CAPS, Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) e Unidades de Acolhimento (UAs) - no campo da Saúde Mental que tenha sido feito a nível estadual sobre os dispositivos territoriais. A experiência mais próxima de Censo da temática que temos foi realizada pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, em hospitais psiquiátricos, no ano de 2008². Na metodologia, os únicos pontos que se aproximam é a organização à nível estadual e a sua realização em instituições que acompanham - mesmo que em mandatos e momentos históricos diferentes - pessoas com questões de saúde mental.

No entanto, quando contextualizamos experiências outras na história, buscamos falar sobre uma dificuldade ainda presente na atualidade: sistemas de informações que possuam dados próximos da realidade e que se cruzam. Mesmo que não façamos o levantamento de dados através de prontuários físicos, como no Censo realizado em São Paulo, ainda não possuímos hoje na rede um sistema que seja único para todas as nove regiões do Estado do Rio de Janeiro.

Foi possível acessar informações sobre o perfil da população acompanhada em dispositivos no território em questão, porém, mesmo que esses dados estejam publicizados no site do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o manejo da plataforma se mostra complexo, necessitando do auxílio de quem já a conhece de forma técnica. Os CAPS e SRTs em um território extenso e populoso compactam os dados sobre a população acompanhada

² Dados disponíveis no Censo Psicossocial dos Moradores de Hospitais Psiquiátricos do Estado de São Paulo. Secretaria Estadual de Saúde -SP, 2008.

da forma que é possível, momento em que identificamos a ausência ou disparidade de dados próximos da realidade. Sendo assim, a falta de sistemas de informação que cruzem os dados da RAPS e a dificuldade de comparação dos que ainda serão coletados pelo Censo Psicossocial à nível nacional, com dados atuais sobre a população brasileira, torna-se um desafio para a equipe.

Até o mês de julho de 2023, apresentamos o projeto do Censo Psicossocial em diversos eventos estaduais promovidos pela Coordenação de Atenção Psicossocial, inclusive nos que ocorrem uma vez ao ano. As falas de apoio, pontuações de contribuição e curiosidade evidenciam a formação de algo que une um público acadêmico e de profissionais que se mostram interessados nos desdobramentos que pode trazer para a RAPS e para os movimentos sociais. Sobretudo, é notório o impacto do movimento que já foi iniciado pela RPB e que está em constante construção. Portanto, essa é uma pesquisa que pretende contribuir com a produção de conhecimento científico crítico, a qualificação da política pública e seus profissionais, além de subsídios para os coletivos, entidades e movimentos sociais.

4. Considerações Finais

Como uma breve análise inicial de um movimento em curso, torna-se fundamental que enquanto equipe de trabalhadores e pesquisadores, além da sociedade e movimentos sociais, possamos ficar atentos aos desdobramentos que o Censo Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro pode trazer de impacto nas diferentes regiões em que será aplicado, assim como no campo das políticas públicas e na universidade. Os desafios e possibilidades encontradas nesse pouco tempo de atuação continuarão existindo, inclusive em maior escala quando nos aproximarmos dos espaços de educação permanente e dos municípios no interior do Estado. Reconhecer as diferentes formações sociais dentro de um Estado é um movimento que exige cuidado, mesmo que essa aproximação se dê através de apoiadores e gestores públicos.

Além disso, é necessário ficarmos atentos ao movimento e temporalidade processual do Censo Psicossocial, reconhecendo os desafios e apostando nas potencialidades. Nesse momento, precisamos acompanhar o rumo que a Reforma Psiquiátrica tem tomado. Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 487, que institui a Política Antimanicomial no Poder Judiciário, gerando uma discussão em torno dos hospitais psiquiátricos de custódia e dispositivos territoriais da RAPS. Aprovada em 15 de maio de 2023, o documento visa a adequar a atuação da Justiça às normas nacionais e internacionais sobre os direitos das pessoas em sofrimento mental ou com deficiência psicossocial em conflito com a lei.

A partir desta Resolução, acreditamos que haverá um impacto ainda maior na produção dos dados do Censo Psicossocial, retomando dois pontos fundamentais da pesquisa: fomento ao espaço de educação permanente na RAPS, para que a equipe técnica se aproprie dessa discussão, e o mapeamento do perfil dos usuários acompanhados pelos dispositivos nesse momento de transição. Dessa maneira, estimula-se o fomento ao debate sobre o lugar da loucura e a relação com a suposta periculosidade, assim como o perfil dessas pessoas que ocuparam por tanto tempo os hospitais de custódia e que agora irão experimentar o cuidado em liberdade. Nesse caminho, desejamos que o projeto de pesquisa proporcione

o fortalecimento de políticas, práticas e ações antimanicomiais e antirracistas, rompendo com as experiências de destruição e manicomialização da vida.

Referências

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Ed. Fiocruz. 123p, 2007.

AMARANTE, Paulo. Cultura da formação: reflexões para inovação no campo da saúde mental. In: AMARANTE, P.; BRASIL, L (Org.). **Saúde Mental, formação e crítica**, LAPS/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Políticas Públicas orientadas por dados: os caminhos possíveis para governos locais**. 41p. 2020.

BARROS, S.; BATISTA, L.E.; DELLOSI, M.E.; ESCUDER, M.M. Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo: um olhar sob a perspectiva racial. **Revista Saúde Soc.**, São Paulo, v.23, n.4, p.1235-1247, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CARDOSO, A.J.C. *et al.* Violência institucional e enfermidade mental: narrativas de egressos de um manicômio da Bahia. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.44, nº127, p. 1105-1119, out.-dez., 2020.

COSTA, P.H.A.; MENDES, K.T. Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a psicologia brasileira. **Revista Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 36, p. 1-12, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé W. "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". In: FINEMAN, Martha Albertson & MYKITIUK, Roxanne (orgs.). **The public nature of private violence**. Nova York, Routledge, pp. 1994.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188, Los Angeles, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estadual de Saúde de 2020-2023**. 192 p. 2020.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **ODS 10 Redução das Desigualdades**, 2019. Sítio eletrônico. Acesso em: 13 de fev de 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>

- MENDES, E. V. Um novo paradigma sanitário: a produção social de saúde. In: **Uma agenda para a saúde**. São Paulo, ABRASCO, 1999.
- PASSOS, R.G. **Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, Selo Diálogos da Diáspora, 2023.
- PASSOS, R.G. *et al.* Experienciando uma formação feminista interseccional: contribuições ao Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, 32, n°1, p. 263-278, 2022.
- PASSOS, R.G. Luta Antimanicomial no cenário contemporâneo: desafios atuais frente a reação conservadora. **Revista Sociedade em Debate**, 23 (2), p.55-75, 2017.
- PEREIRA, M.O.; PASSOS, R.G. Luta Antimanicomial e Feminismos: manicomializações, Estado e racismo. In: PEREIRA, M.O.; PASSOS, R.G (orgs.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: inquietações e resistências**. Editora Autografia, Rio de Janeiro, 2019.
- PEREIRA, M.O.; PASSOS, R.G. **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira**. Editora Autografia, Rio de Janeiro, 2017.
- WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Revista Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

Sobre os/as autores/as

Marcos Paulo Oliveira Botelho - Professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui mestrado (2008) e doutorado (2018) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de conhecimento do Serviço Social, com ênfase na pesquisa da teoria social de Marx e da vida cotidiana no capitalismo.

Marcelo Braz Moraes dos Reis - Docente do DESSO/UFRN; Professor Colaborador do PPGSS da ESS/UFRJ. Pós-doutorado em Economia, 2015, pelo ISEG - Universidade de Lisboa/Portugal (Bolsista CAPES). Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em fundamentos da vida social, atuando principalmente nos seguintes temas: - fundamentos da Crítica da Economia Política; - capitalismo contemporâneo; - marxismo e socialismo; - partido e movimentos sociais; - questão social e Serviço Social - Serviço Social e projeto ético-político, - Formação Social e Cultural brasileira; samba e a questão cultural no Brasil. Pesquisador Bolsista produtividade do CNPq (PQ 2) com a pesquisa "Crise contemporânea e projeto ético-político".

Cézar Maranhão - Professor Associado 2 do Departamento de Políticas Sociais e Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). É Mestre (2004) e Doutor (2009) em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de conhecimento do Serviço Social, com ênfase no estudo e pesquisa da tradição marxista e da relação entre Trabalho e políticas sociais no Brasil. Também desenvolve estudos sobre a obra "Para uma Ontologia do Ser Social" de György Lukács e suas contribuições para a análise de categorias como trabalho, ideologia, práxis e alienação. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Teoria Social e Serviço Social – NETSSS / UFRJ e Professor Colaborador dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UFPE.

Mavi Rodrigues - Graduada em Serviço Social (UFF em 1991), possui mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996), doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e dois pós-doutorados: um pela Universidade Federal de Pernambuco (2021) e outro pela Universidade Lusíada de Lisboa (2022). Pesquisadora do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS) e líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Teoria Social e Serviço Social (NETSSS) é professora Associado IV da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde exerce suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e tem abordado diversos temas relativos aos fundamentos do Serviço Social, dentre eles: intervenção e formação do assistente social na Era neoliberal; Teoria Social, tradição marxista e conservadorismo e crise do capital e irracionalismos (como o pós-moderno e o neofascista).

Rafael Barros Vieira - Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, aprovado no concurso para Formação Social Brasileira, Estado e Direitos. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx, UFF), o Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS-UFRJ), e o Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo (UERJ). Foi Professor Adjunto do Curso de Políticas

Públicas da Universidade Federal Fluminense (Julho de 2016-Março de 2020). Realizou estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ, na linha de Teoria e Filosofia do Direito, onde desenvolveu a pesquisa "Walter Benjamin: O direito e o Estado sob o fascismo alemão (1933-1940)". Mestre e Doutor em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Realizou estágio de doutorado no Birkbeck Institute for the Humanities e na Birkbeck School of Law (University of London), através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior com bolsa da CAPES (2014-2015). Foi professor temporário na Universidade Federal Fluminense (2012-2013). Foi professor substituto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fernanda Kilduff - Professora Adjunta do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DPS/ESS/UFRJ). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Pós-doutorado (2017), Doutorado (2015) e Mestrado (2009) em Serviço Social pelo mesmo programa; Graduada em Serviço Social (2003) pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Coordenadora da Subseção de Pesquisa e Extensão ligada à Seção de Planejamento e Educação Permanente de Serviço Social da Divisão de Apoio Assistencial do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ (Portaria nº 2172, março de 2023). Desde 2019, integra o Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (ESS/UFRJ) e participa do projeto de pesquisa "Exploração do trabalho e privação de direitos no Brasil: Os direitos não cabem no Estado". E-mail: profa.nandakil@gmail.com

André Saldanha Costa - Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2015); doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Professor da Universidade Cândido Mendes (UCAM/RJ). Pesquisador do LAESP (UFF) e do LFC (UFRJ). E-mail: andre.saldanha@professor.ucam.edu.br

Luana de Souza Siqueira - Professora Associada I da Escola de Serviço Social da UFRJ. Pedagoga formada pela UERJ (2002), Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), pós-graduada em ergonomia pela COPPE-UFRJ, mestre em Ensino em Biociências e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (2005) e mestre pelo programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ (2006). Doutora formada pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ (2011). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, Educação Especial e Alfabetização, assim como em Saúde Mental, Assistência Social, Saúde do Trabalhador e Ergonomia. atuando principalmente plataforma de petróleo, escolas, hospital universitário, CADS e CRASS. Pesquisadora do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC), pesquisadora do Laboratório sobre Marx e a Teoria Marxista da Dependência (LEMARX-TMD/ESS-UFRJ) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM- ESS - UFRJ). Coordenadora da pesquisa "Mulher, superexploração, pobreza, violência e resistência", e do Projeto de Extensão "Biblioteca Feminista da Praia Vermelha".

Gláucia Lélis Alves - Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2000) e mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora no Programa Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, assistência social, Estado, controle social, conselhos e democracia, ideologia, formação profissional em Serviço Social, feminismo. Coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC/UFRJ). Pesquisadora do Núcleo

de Pesquisa e Estudos Marxistas (NEPEM/UFRJ). Coordenadora do Projeto de Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha.

Mossicléia Mendes - Assistente Social. Professora da graduação e pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018); Pesquisadora no Laboratório de Pesquisa GEMPS - Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social -NEPEM/UFRJ. Estudos e pesquisas voltados para o campo da política social, política de assistência social e as particularidades do Estado social no capitalismo dependente brasileiro no trato às demandas da reprodução da força de trabalho. Membro do Comitê de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC/PIBITI/UFRJ/CNPq). Coordenadora do Projeto de Extensão: Expropriação de direitos e desfinanciamento das políticas sociais no Brasil. Conselheira no Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região (CRESS/RJ).

Ana Paula Ornellas Mauriel - Ana Paula Ornellas Mauriel - Graduou-se em Serviço Social (1993) e concluiu o Mestrado em Serviço Social (2000) na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (2008). Atualmente é Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense onde compõe o corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE).

Rachel Gouveia Passos - Assistente Social. Pós-doutora em Direito (PUC/RJ). Professora da graduação e da pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos. Coordenadora da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários atendidos nos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente está como Assessora Técnica Especializada do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde. E-mail: rachel.gouveia@gmail.com.

Amanda de Almeida Sanches - Assistente Social. Especialista em Saúde da Criança e do Adolescente (IPPMG/UFRJ). Residente Multiprofissional em Saúde Mental (IMPP/SMS). Integrante da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: sanches.aamanda@gmail.com.

Bruno Lopes Lima - Assistente Social. Residente Multiprofissional em Saúde Mental (IPUB/UFRJ). Integrante da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: blopes.social02@gmail.com

Daniel de Souza Campos - Assistente Social. Mestre em Saúde Coletiva pela Fiocruz. Doutor em Serviço Social e professor da graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenador da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: d.campos@ess.ufrj.br

Isabel Cristina Lopes Barbosa - Assistente Social. Integrante da Pesquisa Censo Psicossocial dos Usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: isabelclbarbosa@gmail.com

Jessica Taiane da Silva - Assistente Social. Residente Multiprofissional em Saúde Mental (IPUB/UFRJ). Integrante da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: jessica.piccs@gmail.com

Lucas Moura Santos Silva - Graduando em Psicologia (IP/UFRJ). Integrante da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: ralucas.moura@gmail.com

Priscila Fernandes da Silva - Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRJ). Integrante da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: fernandes.spri88@gmail.com

Thaissa dos Santos - Graduanda em Serviço Social (ESS/UFRJ). Integrante da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica CNPq. E-mail: thaiissa.santos@gmail.com

Tatiana Wargas de Faria Baptista - Psicóloga. Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). Pesquisadora do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ. Integrante da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: twargas@ensp.fiocruz.br

